

A MESA DIRETORA  
Deputado **RICARDO MOTTA**  
**PRESIDENTE**

Deputado **GUSTAVO CARVALHO**  
1º VICE-PRESIDENTE  
Deputado **POTI JÚNIOR**  
1º SECRETÁRIO  
Deputado **VIVALDO COSTA**  
3º SECRETÁRIO

Deputado **LEONARDO NOGUEIRA**  
2º VICE-PRESIDENTE  
Deputado **RAIMUNDO FERNANDES**  
2º SECRETÁRIO  
Deputado **DIBSON NASSER**  
4º SECRETÁRIO

## S U M Á R I O

### PROCESSO LEGISLATIVO

Propostas de Emenda à Constituição

Projetos de Lei Complementar Ordinária

Projetos de Iniciativa

de Deputado  
de Comissão da Assembleia  
do Governador do Estado  
do Tribunal de Justiça  
do Tribunal de Contas  
do Procurador Geral de Justiça

Indicações

Requerimentos

Requerimentos de Informações  
Requerimentos Sujeitos à Deliberação  
do Plenário

Atas

### ATOS ADMINISTRATIVOS

Atos da Mesa

Atos da Presidência

Atos das Secretarias

Atos da Procuradoria Geral

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**TITULARES**

DEPUTADO AGNELO ALVES (PDT) Pres.  
DEPUTADA LARISSA ROSADO (PSB) Vice  
DEPUTADO TOMBA FARIAS (PSB)  
DEPUTADO EZEQUIEL FERREIRA (PTB)  
DEPUTADO FERNANDO MINEIRO (PT)

**SUPLENTES**

DEPUTADO FÁBIO DANTAS (PHS)  
DEPUTADA MÁRCIA MAIA (PSB)  
DEPUTADO RAIMUNDO FERNANDES (PMN)  
DEPUTADO GILSON MOURA (PV)  
DEPUTADO POTI JÚNIOR (PMDB)

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E INTERIOR**

**TITULARES**

DEPUTADO GILSON MOURA (PV) Pres.  
DEPUTADO DIBSON NASSER (PSDB) Vice  
DEPUTADO FERNANDO MINEIRO (PT)

**SUPLENTES**

DEPUTADO EZEQUIEL FERREIRA (PTB)  
DEPUTADO RAIMUNDO FERNANDES (PMN)  
DEPUTADA LARISSA ROSADO (PSB)

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

**TITULARES**

DEPUTADO LEONARDO NOGUEIRA (DEM) Pres.  
DEPUTADO FERNANDO MINEIRO (PT) Vice  
DEPUTADO NÉLTER QUEIROZ (PMDB)

**SUPLENTES**

DEPUTADO JOSÉ DIAS (PMDB)  
DEPUTADO TOMBA FARIAS (PSB)  
DEPUTADO GEORGE SOARES (PR)

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRABALHO**

**TITULARES**

DEPUTADO TOMBA FARIAS (PSB) Pres.  
DEPUTADO GETÚLIO RÊGO (DEM) Vice  
DEPUTADO HERMANO MORAIS (PMDB)

**SUPLENTES**

DEPUTADO GEORGE SOARES (PR)  
DEPUTADO LEONARDO NOGUEIRA (DEM)  
DEPUTADO POTI JÚNIOR (PMDB)

**COMISSÃO DE FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO**

**TITULARES**

DEPUTADO JOSÉ DIAS (PMDB) Pres.  
DEPUTADO RAIMUNDO FERNANDES (PMN) Vice  
DEPUTADO GEORGE SOARES (PR)

**SUPLENTES**

DEPUTADO WALTER ALVES (PMDB)  
DEPUTADA GESANE MARINHO (PMN)  
DEPUTADO NELTER QUEIROZ (PMDB)

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**TITULARES**

DEPUTADO GUSTAVO FERNANDES (PMDB) Pres.  
DEPUTADA GESANE MARINHO (PMN) Vice  
DEPUTADA MÁRCIA MAIA (PSB)

**SUPLENTES**

DEPUTADO GUSTAVO CARVALHO (PSB)  
DEPUTADO DIBSON NASSER (PSDB)  
DEPUTADA LARISSA ROSADO (PSB)

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.**

**TITULARES**

DEPUTADO HERMANO MORAIS (PMDB) Pres.  
DEPUTADO WALTER ALVES (PMDB) Vice  
DEPUTADO POTI JÚNIOR (PMDB)

**SUPLENTES**

DEPUTADO NELTER QUEIROZ (PMDB)  
DEPUTADO JOSÉ DIAS (PMDB)  
DEPUTADO EZEQUIEL FERREIRA (PTB)

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**TITULARES**

DEPUTADO ANTÔNIO JÁCOME (PMN) Pres.  
DEPUTADO FÁBIO DANTAS (PHS) Vice  
DEPUTADO VIVALDO COSTA (PR)

**SUPLENTES**

DEPUTADA GESANE MARINHO (PMN)  
DEPUTADO GETÚLIO RÊGO (DEM)  
DEPUTADA MÁRCIA MAIA (PSB)

**PROCESSO LEGISLATIVO**

PROJETO DE LEI Nº 0163/2011  
PROCESSO Nº 1801/2011

Em Natal, 30 de agosto de 2011.

Mensagem n.º 019/2011 - GE

Excelentíssimo Senhor  
Deputado Ricardo Motta  
M.D. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à apreciação dessa Egrégia Assembléia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso Projeto de Lei que "Autoriza o Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio do Poder Executivo, a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e dá outras providências".

A Proposta Normativa tem por objetivos:

- (i) autorizar o Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio do Poder Executivo, a contrair empréstimo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), até o valor de US\$540.000.000,00 (quinhentos e quarenta milhões de dólares norte-americanos), mediante concessão de garantia pela União;
- (ii) possibilitar que o Estado, por meio do Poder Executivo, ofereça como contragarantia à União - pela garantia a ser ofertada na operação de crédito cogitada - as receitas provenientes dos arts. 155, 157 e 159, I, a, e II, todos da Constituição Federal, as quais poderão ser complementadas com recursos próprios; e
- (iii) determinar que o Poder Executivo Estadual promova a inclusão - nos projetos de planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias e leis orçamentárias anuais - de dotações suficientes para a cobertura das responsabilidades financeiras decorrentes da operação de crédito em tela.

Os recursos oriundos da operação de crédito objeto da autorização legislativa alvitrada serão utilizados para financiar a execução do Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável (RN Sustentável), por meio do qual o Poder Executivo Estadual pretende, entre outras finalidades:

- (i) promover a inclusão social mediante o fortalecimento de cadeias e arranjos produtivos locais, ampliando a divulgação de produtos regionais no mercado de consumo;
- (ii) combater a miséria no âmbito do Estado;
- (iii) aprimorar o atendimento à saúde prestado à sociedade, com ênfase nas redes de atenção (iii.1) materno-infantil, (iii.2) oncológica, e (iii.3) à urgências e emergências;
- (iv) melhorar a qualidade do ensino no âmbito das escolas públicas estaduais;
- (v) adquirir novos equipamentos e tecnologias destinadas a otimizar a atuação do Poder Público.

Desse modo, evidencia-se a importância da Proposição, porquanto permitirá a realização de investimentos voltados para acelerar o desenvolvimento socioeconômico do Estado, além de retomar o processo de modernização da Administração Pública.

Ciente da relevância da matéria, que certamente será inserida no ordenamento jurídico do Estado do Rio Grande do Norte, confio na rápida tramitação do incluso Projeto de Lei, em regime constitucional de urgência, na forma do art. 47, § 1º, da Constituição Estadual, e, ao final, na sua aprovação por essa Casa Legislativa.

**ROSALBA CIARLINI ROSADO**  
GOVERNADORA

PROJETO DE LEI

Autoriza o Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio do Poder Executivo, a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e dá outras providências.

**A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:** Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio do Poder Executivo, fica autorizado a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), até o valor de US\$540.000.000,00 (quinhentos e quarenta milhões de dólares norte-americanos), mediante concessão de garantia a ser prestada pela União.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada no **caput** deste artigo serão aplicados, exclusivamente, na execução de ações relacionadas com o Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável (RN Sustentável).

Art. 2º O Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio do Poder Executivo, fica autorizado a oferecer como contragarantia à União, pela garantia concedida para a realização da operação de crédito externo referida no art. 1º, **caput**, desta Lei, as receitas próprias mencionadas no art. 155, além daquelas previstas nos arts. 157 e 159, I, "a", e II, todos da Constituição Federal.

Art. 3º O Poder Executivo deverá incluir nos projetos de planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias e leis orçamentárias anuais dotações suficientes para cobrir as responsabilidades financeiras do Estado decorrentes da operação de crédito de que trata esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal, de de  
2011, 190º da Independência e 123º da República.

Ofício nº 1962/2011-GAC

Natal, 1º de setembro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor

**Deputado POTI JÚNIOR**

Primeiro Secretário da Assembleia Legislativa do Estado

Praça 7 de Setembro

Nesta

Assunto: **Operação de crédito externo com o BIRD - Mensagem nº 019/2011**

Senhor Primeiro Secretário,

Com o propósito de subsidiar a deliberação da Assembleia Legislativa acerca do projeto de lei encaminhado com a Mensagem nº 019/2011, da Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, o qual autoriza a contratação de operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), encaminho a essa Casa o inteiro teor da Carta Consulta a ser dirigida ao Banco, via Comissão de Financiamentos Externos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Como exposto na Mensagem referida, o financiamento se destina à implantação do Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte - Projeto RN SUSTENTÁVEL, cujo inteiro teor também encaminho à Assembleia em anexo.

Os dois documentos detalham minuciosamente as ações de Desenvolvimento Econômico, Social e Humano, e aquelas de Reestruturação e Modernização da Gestão, as quais o financiamento do BIRD certamente concretizará.

Na certeza de estar contribuindo para a adequada deliberação da Assembleia Legislativa quanto à matéria em questão, reitero minhas cordiais saudações.

**Paulo de Tarso Pereira Fernandes**  
Secretário-Chefe

## PROJETO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO GRANDE DO NORTE – PROJETO RN SUSTENTÁVEL

Trata-se de um projeto que integra um conjunto de ações multisetoriais voltadas ao desenvolvimento socioeconômico regional sustentável do Rio Grande do Norte, visando aproveitar as oportunidades e viabilidades identificadas no Estado, possibilitando a elevação de renda e a melhoria da qualidade de vida da população potiguar, tendo como premissa um novo padrão de gestão pública baseada em resultados e com uma visão de estratégica de desenvolvimento integrado de médio e longo prazos.

**INVESTIMENTO TOTAL:** US\$ 540 milhões *integralmente pleiteados com financiamento externo, com execução prevista em 02 etapas*, sendo a 1º etapa no valor de US\$ 360 milhões, e a 2ª etapa no valor de US\$ 180 milhões com liberação vinculada ao desembolso de 40% dos recursos propostos na 1ª etapa do Projeto.

### ORGÃOS ENVOLVIDOS E VOLUME DE RECURSOS

SECRETARIA	RECURSOS*	
	US\$**	%
SAPE	127.316.770	23,6%
SETHAS	43.447.205	8,0%
SETUR	58.211.180	10,8%
SEDEC	20.000.000	3,7%
DER	80.000.000	14,8%
SESAP	37.652.174	7,0%
SEEC	92.167.702	17,1%
SEPLAN	37.267.081	6,9%
SEARH	43.937.888	8,1%
<b>TOTAL</b>	<b>540.000.000</b>	

Notas:

\*Valores adotados na Carta Consulta. Na fase de elaboração do Projeto, o volume de recursos para cada uma das ações serão revistas em conjunto com o Banco Mundial e os órgãos envolvidos.

\*\* Cotação: US\$ 1,00 - R\$ 1,61, em 06 de maio de 2011.

**SETORES ENVOLVIDOS:** Planejamento; Administração e Recursos Humanos; Saúde; Educação; Assistência Social; Desenvolvimento Econômico (atividades econômicas agrícolas e não-agrícolas), Infra-estrutura; e Turismo Regional.

## **OBJETIVO GERAL DO PROJETO**

Promover o desenvolvimento regional econômico do Rio Grande do Norte, com inclusão social e sustentabilidade ambiental, visando contribuir para a erradicação da pobreza extrema e diminuição da pobreza no Estado, estando organizado em dois grandes eixos estratégicos:

1. **Componente A:** Desenvolvimento Regional Econômico, Social e Humano, e
2. **Componente B:** Reestruturação e Modernização da Gestão.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

### **Componente A – Desenvolvimento Regional Econômico, Social e Humano**

- Promover a inclusão produtiva através do fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos locais em base sustentáveis, com foco no acesso aos mercados;
- Promover e fortalecer ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, com foco no combate à miséria;
- Promover a inserção de mulheres e jovens no mercado de trabalho, visando combater as desigualdades sociais;
- Promover a ampliação e melhoria da infraestrutura socioeconômica, de forma que permita a logística integrada e eficiente voltada ao desenvolvimento regional sustentável;
- Melhorar a qualidade da atenção à saúde, com ênfase na rede de atenção materno infantil; rede de atenção oncológica; e rede de atenção às urgências e emergências;
- e
- Melhorar a qualidade do ensino com foco no resultado, aprendizagem e desenvolvimento regional.

### **Componente B – Reestruturação e Modernização da Gestão**

- ✓ Recuperar a capacidade de planejamento e gestão das políticas, programas e projetos de desenvolvimento do Estado.

**ÁREA DE ATUAÇÃO:** será executado em todo território do Rio Grande do Norte, dentro de uma concepção estratégica de desenvolvimento econômico e social sustentável, tendo por referência as 08 (oito) regiões de desenvolvimento do estado.

**PERÍODO DE EXECUÇÃO:** 05 anos – 2011 a 2016

**PÚBLICO ALVO:** População do Rio Grande do Norte, com foco na população em condições de pobreza.

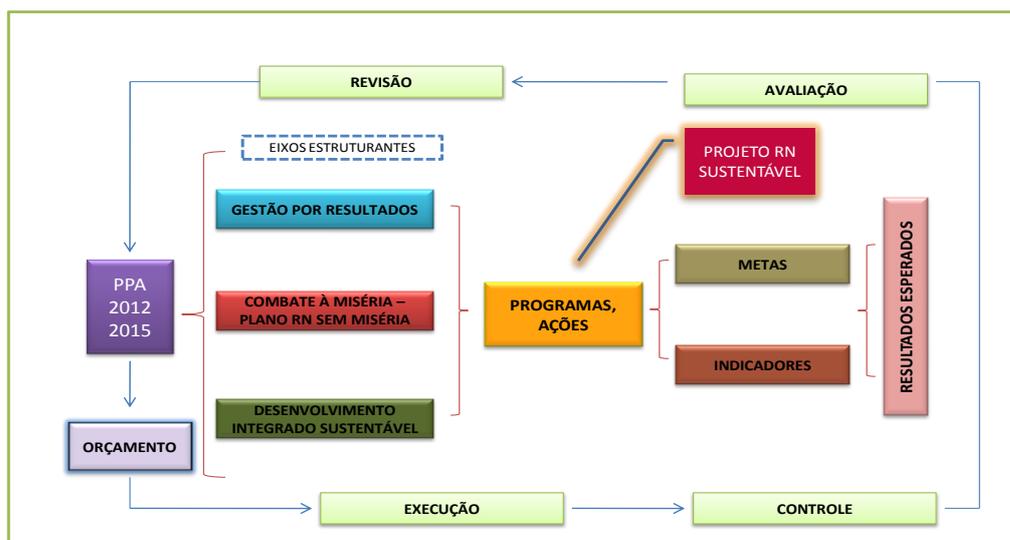
### **ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO:**

A proposta é ampliar a capacidade do Estado de funcionar como articulador do desenvolvimento regional, com efeitos sistêmicos multidimensionais (humano-social, econômico, científico-tecnológico, ambientalmente sustentável, político institucional,

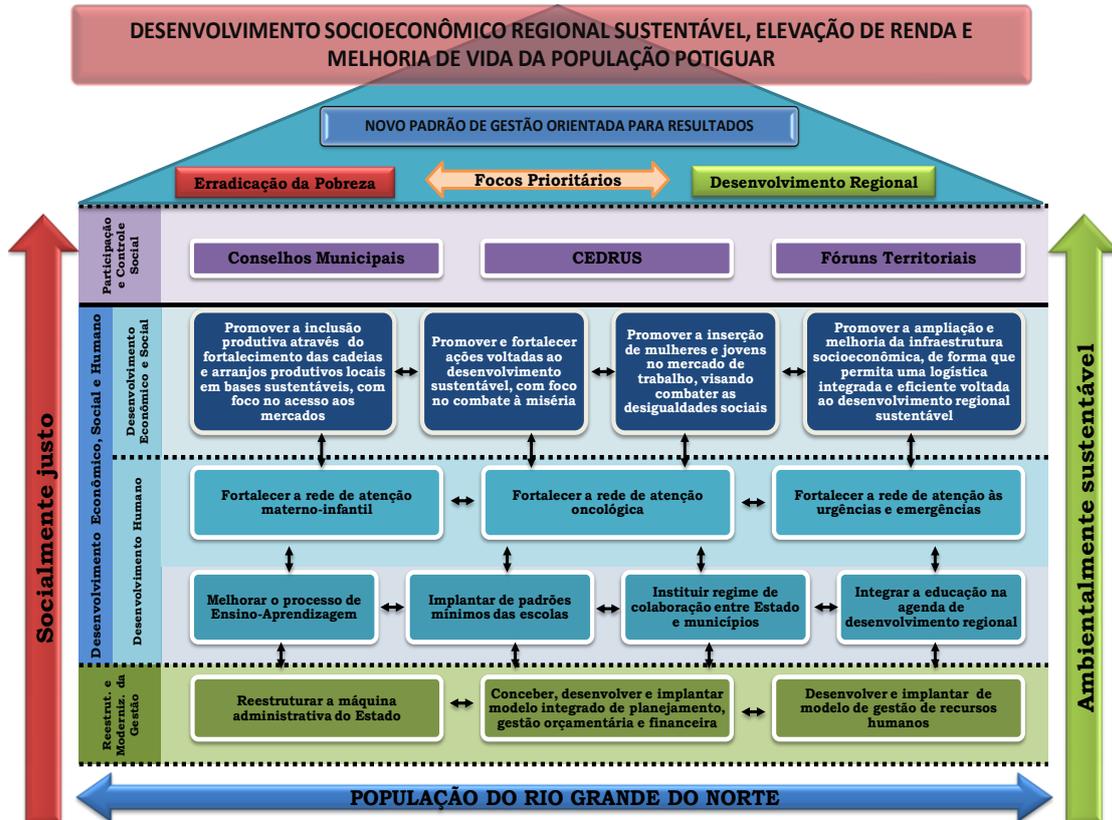
democrático, regional e local), priorizando ações de saúde; educação; inclusão social e produtiva; convivência com o semiárido e combate à desertificação; infraestrutura social e de logística; e turismo regional, com objetivo maior de promover o desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Norte.

Para tanto, o **Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável** foi definido como um dos projetos estruturantes e estratégicos do Plano Plurianual, considerando que o mesmo prioriza e integra um conjunto de ações multisetoriais pautadas nos três eixos centrais da ação governamental e que representam, em termos concretos, a estratégia de intervenção do Governo do Rio Grande do Norte para o quadriênio 2012-2015 - **Combate à Pobreza – Plano RN Sem Miséria; Desenvolvimento Integrado Sustentável; e Gestão por Resultados**, que irão possibilitar o desenvolvimento integral do Rio Grande do Norte, do ponto de vista econômico, social, humano, ambiental e tecnológico, apoiada por uma gestão pública eficiente e eficaz, possibilitando a elevação da renda e melhoria da qualidade de vida da população potiguar, em especial a população em condições de extrema pobreza.

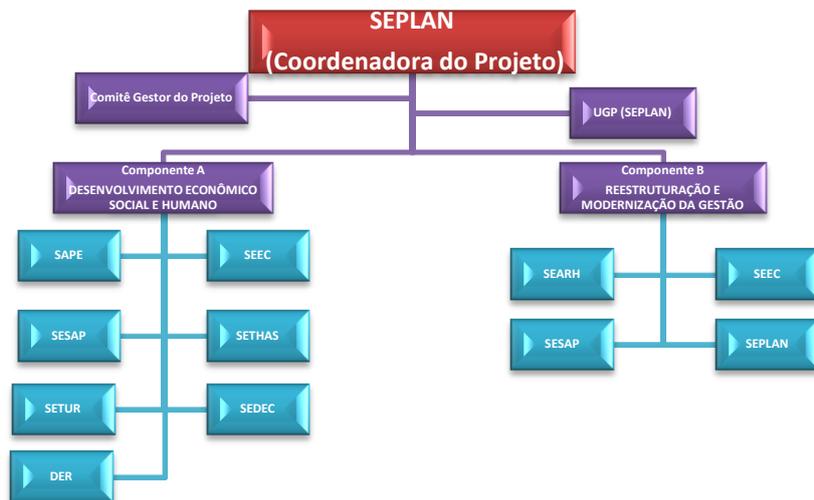
## PLANO DE AÇÃO DA GESTÃO GOVERNAMENTAL – PLANO PLURIANUAL 2012 2015



## MAPA ESTRATÉGICO DO PROJETO



## ARRANJO INSTITUCIONAL



## **AÇÕES PREVISTAS NO PROJETO**

### ***Componente A – Desenvolvimento Regional Econômico, Social e Humano***

1. Desenvolvimento Econômico e Social
2. Atenção à Saúde; e
3. Melhoria na Qualidade da Educação Básica.

### ***Componente B – Reestruturação e Modernização da Gestão***

1. Concepção, Desenvolvimento e Implantação de um Modelo Integrado de Planejamento, Gestão Orçamentária e Financeira;
2. Reestruturação da Máquina Administrativa e;
3. Desenvolvimento e Implantação de Novo Modelo de Gestão de Recursos Humanos.

## **CATEGORIAS DE GASTOS DE INVESTIMENTOS:**

### ***Componente A – Desenvolvimento Regional Econômico, Social e Humano - US\$ 458.795.031 (85%)***

#### ***1. Desenvolvimento Econômico e Social – US\$ 328.975.155 (60,9%)***

- (i) Inclusão produtiva através do fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos locais em base sustentáveis, com foco no acesso aos mercados
  - ampliação e melhoria da base produtiva local e territorial ambientalmente sustentável;
  - estímulo às atividades competitivas e inovadoras que possam propiciar geração de renda e agregação de valor aos produtos regionais;
  - apoio a investimentos relacionados à certificação do processo produtivo e dos produtos nas atividades de base familiar e de economia solidária;
  - promoção e apoio à realização de feiras e eventos, nacionais e internacionais, voltadas à inserção de mercados do público alvo do Projeto;
- (ii) promoção e fortalecimento de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, com foco no combate à miséria
  - apoio a investimentos voltados a sustentabilidade socioambiental, convivência com o semiárido e manejo da caatinga, visando à recuperação de áreas degradadas e a reversão do processo de desertificação;
  - apoio a investimentos voltados ao acesso das organizações comunitárias aos programas de aquisição de alimentos, com foco nos mercados e na segurança alimentar e nutricional;
  - apoio a investimentos hídricos necessários à atividade produtiva, consumo humano e dessedentação animal;
  - fomento a inserção das organizações sociais em redes de cooperação solidárias para atuação no desenvolvimento sustentável;
  - realização de estudos, planos e diagnósticos, visando fomentar e difundir inovações tecnológicas e fortalecer as cadeias produtivas, com foco na sustentabilidade socioambiental; e
  - apoio em ações de capacitação, formação e assistência técnica voltadas ao desenvolvimento sustentável, com foco no público-alvo do Projeto.

(iii) inserção de mulheres e jovens no mercado de trabalho, visando combater as desigualdades sociais

- apoio em ações voltadas à inserção de mulheres e jovens empreendedores nas atividades produtivas, com foco no mercado de trabalho e na geração de renda.

(iv) ampliação e melhoria da infraestrutura socioeconômica, de forma que permita a logística integrada e eficiente voltada ao desenvolvimento regional sustentável;

- apoio a investimentos de infraestrutura voltados ao fortalecimento do turismo regional sustentável; e
- apoio a investimentos de infraestrutura voltados ao fortalecimento das atividades regionais, com foco nos mercados.

### **A.2 -Atenção à Saúde – US\$ US\$ 37.652.174 (7,0 %)**

(i) fortalecimento da rede de Atenção Materno Infantil

- qualificar profissionais da área de atenção primária na classificação de risco, método canguru e cuidados intensivos;
- implantar e monitorar protocolos de atendimento as gestantes nas maternidades;
- construir, ampliar e equipar bancos de leite humano dos municípios de Mossoró e Pau dos Ferros;
- equipar leitos de UTI Neonatal em hospitais e maternidades do Estado e Municípios;
- construir e implantar Hospital da Mulher em Mossoró; e
- reformar, ampliar e equipar maternidades filantrópicas na assistência à mulher e ao recém nascidos do Rio Grande do Norte.

(ii) fortalecimento da rede de Atenção Oncológica

- promover estudos de viabilidades para implantação de Centros de Referência de Atenção à Saúde de Mulher com especificidade em câncer de colo de útero e mama;
- aquisição de equipamentos para Centros de Referência de Atenção à Mulher em Oncologia;
- Construção de laboratório estadual de anatomohistopatologia;
- Reforma de laboratório estadual de citopatologia;
- capacitar profissionais de saúde para qualificação nas ações de controle e diagnóstico de câncer de colo de útero e de mama.

(iii) fortalecimento da rede de Atenção de Urgência e Emergência

- adequar a estrutura física e adquirir equipamentos para hospitais da rede de urgência e emergência do Estado; e
- capacitar profissionais de 05 hospitais gerais em cuidados intensivos.

### **A.3 – Melhoria na Qualidade da Educação Básica - US\$ 92.167.702 (17,1%)**

(i) melhoria do processo de Ensino-Aprendizagem

- construção das diretrizes e matrizes curriculares da rede estadual de ensino;
- desenvolvimento de programa de inovação pedagógica (Projetos Inovadores-Bolsa e Aulões para o ensino médio); e

- implantação do Observatório da Vida do Estudante da Educação Básica.
- (ii) implantação dos padrões mínimos das escolas
- realização de estudos para definição dos padrões mínimos escolares;
  - elaboração dos projetos executivos; e
  - instalação e adequação das escolas aos padrões mínimos definidos (construção, reforma e equipagem).
- (iii) instituição de regime de colaboração entre Estado e municípios
- definição de um programa de apoio sistemático aos municípios;
  - capacitação focada nas necessidades da melhoria do desempenho profissional dos docentes no processo de ensino-aprendizagem da rede pública ; e
  - promoção da assessoria técnica aos municípios com base na agenda educacional comum constituída.
- (iv) integração da educação na Agenda de Desenvolvimento Regional
- apoio a investimentos de infraestrutura voltados à educação no campo;
  - aquisição de veículos para transporte escolar;
  - integração da rede de educação profissional as cadeias produtivas regionais; e
  - fomento nas escolas para inserção dos agricultores familiares junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

***Componente B – Reestruturação e Modernização da Gestão - US\$ 81.204.969 (15%)***

***B.1 – Concepção, Desenvolvimento e Implantação de um Modelo Integrado de Planejamento, Gestão Orçamentária e Financeira - US\$ 41.639.752 (7,7%)***

- (i) desenvolvimento, teste e implantação de um processo sistemático e continuado de planejamento e gestão estratégica que envolva as estruturas gerenciais do Estado, desdobrando-se de níveis centrais para níveis setoriais e organizacionais, considerando as prioridades de governo;
- (ii) revisão dos processos atuais e remodelagem dos processos e procedimentos geradores de informações gerenciais de apoio à implementação das ações do governo no âmbito do planejamento, gestão orçamentária e financeira do Estado;
- (iii) instituição e aperfeiçoamento de processos de monitoramento e avaliação de programas e projetos governamentais;
- (iv) instituição e aperfeiçoamento dos modelos e processos de comunicação e gerenciamento das informações, com estruturação das bases de dados provendo integração entre os sistemas gerenciais de planejamento, gestão orçamentária e financeira adotados pelo Estado –S.I. integrado de planejamento, gestão orçamentária e financeira;
- (v) complementação da infraestrutura de infovia e inclusão digital do Estado;
- (vi) aperfeiçoamento dos sistemas de controle e organização patrimonial do Estado;
- (vii) desenvolvimento e implantação de modelo de contratualização e monitoramento de resultados no âmbito das unidades do governo;

- (viii) implantação de infraestrutura governamental e equipe de apoio aos investimentos produtivos; e
- (ix) apoio a implementação do Projeto.

### ***B.2 – Reestruturação da Máquina Administrativa – US\$ 26.397.516 (4,9%)***

- (i) realização de análise (com base na experiência de implantação da gestão orientada para resultados), proposição e detalhamento de novo modelo de gestão; e
- (ii) diagnóstico, proposição, detalhamento e implantação de nova estrutura organizacional, incluindo o arcabouço legal, sistemas gerenciais, equipamentos e infraestrutura física da administração estadual.

### ***B.3 – Desenvolvimento e Implantação de Modelo de Gestão de Recursos Humanos – US\$ 13.167.702 (2,4%)***

- (i) levantamento e diagnóstico detalhado do quadro de Recursos Humanos do Estado, incluindo necessidades de desenvolvimento de competências;
- (ii) formulação de política de gestão de RH, inclusive remuneratória por esforços e resultados;
- (iii) revisão da estrutura de cargos e carreiras, proposição e implantação do novo quadro de pessoal do Governo do Estado;
- (iv) proposição detalhada de programa de qualificação de servidores voltado ao novo modelo de gestão de recursos humanos a ser implantado;
- (v) apoio a implementação do programa de qualificação de servidores voltado ao novo modelo de gestão de recursos humanos;
- (vi) desenvolvimento, teste e implantação de sistema informatizado de apoio à Gestão de Recursos Humanos, operado via web.

#### **ASPECTOS INOVADORES:**

Multisetorialidade; integração regional planejada; focalização na população em condições de extrema pobreza; ações específicas para inserção das mulheres e jovens no mercado de trabalho; inclusão produtiva e acesso aos mercados com logística integrada; ações específicas em tecnologias socioambientais de convivência com o semiárido e combate à desertificação; valorização dos recursos humanos; planejamento, gestão e controle orçamentário/ financeiro, com foco em resultados.

#### **RESULTADOS ESPERADOS:**

Considera-se que haverá uma ampliação da capacidade de gestão do Estado; aumento da competitividade e produtividade; aumento da renda e ofertas de trabalho; melhoria na qualidade de vida; atenuação dos desequilíbrios regionais; incremento e diversificação das exportações do RN; elevação do PIB local; aumento na participação do agronegócio no PIB do Rio Grande do Norte; integração federativa; crescimento organizado das regiões; redução das desigualdades sociais; reconhecimento social e visibilidade das entidades executoras, bem como melhoria da sua habilidade de articulação e negociação de políticas, programas e projetos de desenvolvimento e do controle social.

# **ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

## **RIO GRANDE DO NORTE *PROJETO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL***

**CARTA CONSULTA A SER APRESENTADA À COMISSÃO DE  
FINANCIAMENTOS EXTERNOS (COFIEX)**

**SOLICITAÇÃO DE FINANCIAMENTO AO BANCO MUNDIAL PARA  
O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Natal, julho de 2011

# GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**Rosalba Ciarlini**

Governadora do Estado do Rio Grande do Norte

**Robinson Faria**

Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Norte

## SECRETARIAS E AUTARQUIA DIRETAMENTE ENVOLVIDAS

**Francisco Obery Rodrigues Junior**  
Secretário de Estado de Planejamento e  
das Finanças

**José Anselmo de Carvalho Junior**  
Secretário de Estado da Administração e  
dos Recursos Humanos

**Betânia Leite Ramalho**  
Secretária de Estado de Educação e da  
Cultura

**Domício Arruda Câmara Sobrinho**  
Secretário de Estado de Saúde

**Luiz Eduardo Carneiro Costa**  
Secretário de Estado do Trabalho, da  
Habitação e da Assistência Social

**Carlos Alberto de Sousa Rosado**  
Secretário de Estado de Agricultura,  
Pecuária e da Pesca

**Ramzi Giries Elali**  
Secretário de Estado do Turismo

**Benito da Gama Santos**  
Secretário de Estado do Desenvolvimento  
Econômico

**Demetrio Paulo Torres**  
Departamento de Estradas de Rodagem

## EQUIPE DE CONSULTORES BANCO MUNDIAL

**Fátima Amazonas**  
**Ezaú Pontes**  
**Maria Madalena P. dos Santos**  
**Gilberto do Carmo Lopes Siqueira**

## EQUIPE TÉCNICA DO ESTADO

**Ana Cristina Olímpio Guedes Spinelli**  
Consultora Técnica da SEPLAN  
**Carlos Nascimento da Silva**  
Consultor Técnico da SEPLAN

## COLABORADORES

Vera Maria Olímpio Guedes  
**Subsecretária de Planejamento e Controle – SEPLAN**  
Marília Cunegundes de Freitas  
**Coordenadora de Estudos Socioeconômicos – SEPLAN**  
José Luciano Araújo de Lacerda  
**Assessor Técnico - SEPLAN**

José Simplício de Holanda  
**Secretário Adjunto - SAPE**  
Eribaldo Cabral de Vasconcelos  
**Coordenador da Assessoria Técnica – SAPE**

Ana Tânia Lopes Sampaio  
**Secretaria-Adjunta SESAP**  
Terezinha Guedes Rego de Oliveira  
**Coordenadora de Planejamento e Controle do Sistema de Saúde – SESAP**  
Maria Goretti F. da Cunha  
**Assessora Técnica – SESAP**  
Divaneide Ferreira de Souza  
**Assessora Técnica – SESAP**  
Alana Soares Brandão Barreto  
**Assessora Técnica – SESAP**

Adriana Valéria Santos Diniz  
**Secretária-Adjunta – SEEC**  
Elizabeth Barbosa de Lima  
**Coordenadora da Assessoria Técnica e de Planejamento - SEEC**  
Afonso Gomes Filho  
**Subcoordenador de Avaliação Educacional – SEEC**

Marisa Rodrigues da Silva  
**Coordenadora de Projetos Especiais- SETHAS**  
José Dinart Lima de Jesus Filho  
**Supervisor Técnico – SETHAS**  
Gerardo José Batista Guará  
**Supervisor Técnico – SETHAS**  
Andréa Karina P. Batista  
**Consultora Técnica - SETHAS**  
Mario Sergio Correia  
**Consultor Técnico – SETHAS**

Carmem Vera Araújo de Lucena  
**Coordenadora Técnica - SETUR**  
Nicodemus Ferreira  
**Técnico do Prodetur - SETUR**

Manoel Marques  
**Diretor de Obras - DER**

Mauro Lourenço  
**Diretor da Macroplan Prospectiva Estratégica & Gestão**



## **APRESENTAÇÃO**

Este documento constitui-se na Carta Consulta a ser submetida à Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX) da Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando obter financiamento do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) para o “Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte”, com objetivo de promover o desenvolvimento regional econômico e social do Estado, de forma inclusiva e com sustentabilidade.



Rio Grande do Norte

## LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

FIGURA 1. MAPA DO RIO GRANDE DO NORTE	8
FIGURA 2. ÁREAS SUSCEPTÍVEIS À DESERTIFICAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE	10
FIGURA 3. BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO GRANDE DO NORTE	11
FIGURA 4. SISTEMAS AQUÍFEROS DO RIO GRANDE DO NORTE	13
FIGURA 5. SISTEMAS ADUTORES DO RIO GRANDE DO NORTE	14
FIGURA 6. MAPAS DA EXTREMA POBREZA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010	18
FIGURA 7. PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS POR CLASSES, EM R\$ 1.000, 2008.	26
FIGURA 8. CLASSIFICAÇÃO GERAL DAS ESTRADAS DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010.	28
FIGURA 9. POLOS TURÍSTICOS DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010	30
FIGURA 10. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	47
FIGURA 11. PLANO DE AÇÃO DA GESTÃO GOVERNAMENTAL – PLANO PLURIANUAL 2012-2015	51
FIGURA 12. MAPA ESTRATÉGICO DO PROJETO	53
FIGURA 13. REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE	56
FIGURA 14. ARRANJO INSTITUCIONAL	74
GRÁFICO 1. POPULAÇÃO RIO GRANDE DO NORTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	8
GRÁFICO 2. EVOLUÇÃO DO IDH, 1980 - 2007	16
GRÁFICO 3. COEFICIENTE DE GINI - DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA, 1992- 2009	16
GRÁFICO 4. EVOLUÇÃO DA TAXA POBREZA ABSOLUTA E DA TAXA DE POBREZA EXTREMA NO RN, 2001-2009	17
GRÁFICO 5. PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006	20
GRÁFICO 6. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO FAMILIAR E SUAS DIMENSÕES. BRASIL, NORDESTE E RIO GRANDE DO NORTE, 2010.	21
GRÁFICO 7. TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB. BRASIL, NORDESTE E RIO GRANDE DO NORTE. 2002 - 2010	24
GRÁFICO 8. VALOR ADICIONADO DO PIB, POR SETOR DE ATIVIDADE, 2008	25
GRÁFICO 9. MORTALIDADE PROPORCIONAL POR CAUSA, RIO GRANDE DO NORTE, 2004-2008	34
GRÁFICO 10. Nº DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, 2010	37
GRÁFICO 11. Nº DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, 2006 - 2010	38
GRÁFICO 12. DISTORÇÃO IDADE/ANO/SÉRIE, POR REDE, 2010.	39
GRÁFICO 13. INDICADORES DO IDEB, 2010	40
GRÁFICO 14. PERCENTUAL DE NÚMERO DE SERVIDORES ATIVOS E FOLHA DE PAGAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, 2011	48
GRÁFICO 15. PROPORÇÃO DE SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.	48



Rio Grande do Norte

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1. CUSTO TOTAL E FONTES DE RECURSOS	6
QUADRO 2. POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010	7
QUADRO 3. RENDIMENTO ESCOLAR DO RIO GRANDE DO NORTE, EM NÚMEROS ABSOLUTOS, 2010	40
QUADRO 4. COMPONENTES DO PROJETO	58
QUADRO 5. RECURSOS DESTINADOS AOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA DO RIO GRANDE DO NORTE EM 2010	65
TABELA 1. PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇO BÁSICO, RIO GRANDE DO NORTE, 2002-2008.	25
TABELA 2. PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES E PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA	26



Rio Grande do Norte

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>1</b>	
<b>LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS</b>	<b>2</b>	
<b>LISTA DE QUADROS E TABELAS</b>	<b>3</b>	
<b>1.1</b>	<b>INFORMAÇÕES GERAIS DA PROPOSTA</b>	<b>6</b>
1.1.1	TÍTULO DO PROJETO	6
1.1.2	TÍTULO ABREVIADO OU SIGLA DO PROJETO	6
1.1.3	CUSTO TOTAL E FONTES DE RECURSOS	6
1.1.4	PRAZO DE EXECUÇÃO	6
1.1.5	INDICAÇÃO DA MOEDA E TAXA DE CÂMBIO	6
<b>1.2</b>	<b>JUSTIFICATIVAS E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA</b>	<b>7</b>
1.2.1	JUSTIFICATIVAS	7
1.2.1.1	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	7
1.2.1.2	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	50
1.2.1.3	JUSTIFICATIVA PARA A SOLICITAÇÃO DE FINANCIAMENTO EXTERNO	53
1.2.1.4	JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DA FONTE EXTERNA	54
1.2.2	APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	54
1.2.2.1	OBJETIVO(S) GERAL(IS)	54
1.2.2.2	OBJETIVO(S) ESPECÍFICO(S)	54
1.2.2.3	LOCALIZAÇÃO	55
1.2.2.4	BENEFICIÁRIOS	56
1.2.3	IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA	57
1.2.3.1	MEDIDAS PRÉVIAS À EXECUÇÃO DE AÇÕES PREVISTAS NO PROJETO	57
1.2.3.2	AÇÕES PREVISTAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO	58
<b>1.3</b>	<b>INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS À PROPOSTA</b>	<b>72</b>
1.3.1	ARRANJO INSTITUCIONAL	72
1.3.2	REPASSE DE RECURSOS	75
1.3.3	PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL, COMUNIDADES E/OU SETOR PRIVADO	75
1.3.4	GASTOS COM CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ESTUDOS	76
1.3.5	OPERACIONALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO	76



Rio Grande do Norte

<b>1.3.6</b>	<b>ÔNUS E BENEFÍCIOS DECORRENTES DO PROJETO</b>	<b>77</b>
<b>1.3.7</b>	<b>IMPACTO AMBIENTAL</b>	<b>78</b>
<b>1.4</b>	<b>INFORMAÇÕES SOBRE O MUTUÁRIO, EXECUTOR E CO-EXECUTOR(ES)</b>	<b>80</b>
<b>1.4.1</b>	<b>INFORMAÇÕES SOBRE O MUTUÁRIO</b>	<b>80</b>
<b>1.4.1.1</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO DO MUTUÁRIO</b>	<b>80</b>
<b>1.4.1.2</b>	<b>EXPERIÊNCIAS DO MUTUÁRIO COM ORGANISMOS FINANCEIROS MULTILATERAIS E AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS ESTRANGEIRAS</b>	<b>80</b>
<b>1.4.1.3</b>	<b>INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADAS EXCLUSIVAMENTE QUANDO O MUTUÁRIO FOR ESTADO, DISTRITO FEDERAL OU MUNICÍPIO</b>	<b>80</b>
<b>1.4.1.4</b>	<b>INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADAS QUANDO O MUTUÁRIO FOR EMPRESA PÚBLICA (FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL)</b>	<b>80</b>
<b>1.4.1.5</b>	<b>INDICAÇÃO DE CONTRAGARANTIAS</b>	<b>81</b>
<b>1.4.2</b>	<b>INFORMAÇÕES SOBRE O EXECUTOR E CO-EXECUTOR (ES)</b>	<b>81</b>
<b>1.4.2.1</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO DO EXECUTOR</b>	<b>81</b>
<b>1.4.2.2</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO DE CO-EXECUTOR (ES)</b>	<b>81</b>
<b>1.4.2.3</b>	<b>EXPERIÊNCIAS DO EXECUTOR E DO(S) CO-EXECUTOR(ES) COM ORGANISMOS MULTILATERAIS E AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS ESTRANGEIRAS</b>	<b>83</b>
<b>1.4.2.4</b>	<b>AÇÕES NECESSÁRIAS PARA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO EXECUTOR E DO(S) CO-EXECUTOR(ES)</b>	<b>84</b>
<b>1.5</b>	<b>DETALHAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO DA PROPOSTA</b>	<b>84</b>
<b>1.5.1</b>	<b>CRONOGRAMA ANUAL FÍSICO-FINANCEIRO</b>	<b>84</b>
<b>1.5.1.1</b>	<b>COMPONENTES</b>	<b>84</b>
<b>1.5.1.2</b>	<b>SUBCOMPONENTES</b>	<b>85</b>
<b>1.5.1.3</b>	<b>FONTES DE RECURSOS</b>	<b>86</b>
<b>1.6</b>	<b>RESPONSÁVEIS PELO CONTATO COM A SECRETARIA EXECUTIVA DA COFIEIX</b>	<b>87</b>
	<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS</b>	<b>88</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>95</b>



Rio Grande do Norte

## 1.1 INFORMAÇÕES GERAIS DA PROPOSTA

### 1.1.1 TÍTULO DO PROJETO

*Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte*

### 1.1.2 TÍTULO ABREVIADO OU SIGLA DO PROJETO

*Rio Grande do Norte Sustentável - RN Sustentável*

### 1.1.3 CUSTO TOTAL E FONTES DE RECURSOS

O Projeto terá um custo total estimado de US\$ 540 milhões de dólares norte americanos, integralmente pleiteados com financiamento externo, conforme demonstrado no Quadro 1, **com execução prevista em 02 etapas**, sendo a 1º etapa no valor de US\$ 360 milhões de dólares norte americanos, e a 2ª etapa no valor de US\$ 180 milhões de dólares norte americanos, estando a sua liberação vinculada ao desembolso de 40% dos recursos propostos na 1ª etapa do Projeto.

O financiamento pleiteado será um Empréstimo para Investimento Específico (*Specific Investment Loan – SIL*), voltado aos setores de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional com Inclusão Produtiva e Social (Educação e Saúde) do Rio Grande do Norte.

**Quadro 1.** Custo total e fontes de recursos

DISCRIMINAÇÃO	VALORES (em US\$ 1,000)	%
(1) FONTE(S) EXTERNAS		
BANCO MUNDIAL	540,000	100%
(2) FONTE(S) INTERNA(S)		
GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE	-	-
<b>TOTAL (1+2)</b>	<b>540,000</b>	<b>100%</b>

### 1.1.4 PRAZO DE EXECUÇÃO

O **Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte** terá o prazo de execução de 05 (cinco) anos - 2012 a 2016, estrategicamente alinhado com o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015.

### 1.1.5 INDICAÇÃO DA MOEDA E TAXA DE CÂMBIO

O Contrato de Empréstimo com o Banco Mundial (BIRD) deverá ser financiado em dólares americanos, com paridade cambial com a moeda brasileira (US\$ 1,00 = R\$1,6103 – câmbio de 06/05/2011).



## 1.2 JUSTIFICATIVAS E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

### 1.2.1 JUSTIFICATIVAS

#### 1.2.1.1 CONTEXTO

##### ➤ Aspectos Gerais do Rio Grande do Norte

O estado do Rio Grande do Norte localiza-se na região Nordeste do Brasil e ocupa uma extensão territorial de 52.796,791Km<sup>2</sup>, com população total de 3.168.027, correspondendo a densidade demográfica de 59,99 hab/km<sup>2</sup>, formado por 167 municípios dos quais 130 estão em área de caatinga, agrupados em 08 regiões de desenvolvimento, onde 77,80% da população residem em áreas urbanas e 22,19% em áreas rurais. Destaca-se que apenas 25,62 % dos domicílios estão ligados a rede geral de esgoto ou pluvial e 20,49% a fossa séptica (IBGE, 2010).

A distribuição etária do estado apresenta uma estrutura com 67,6% de pessoas na classe dos 15 a 64 anos e 24,8% na classe etária menor dos 15 anos, demonstrando, em termos gerais, uma pirâmide etária com grande concentração de jovens (IBGE, 2010).

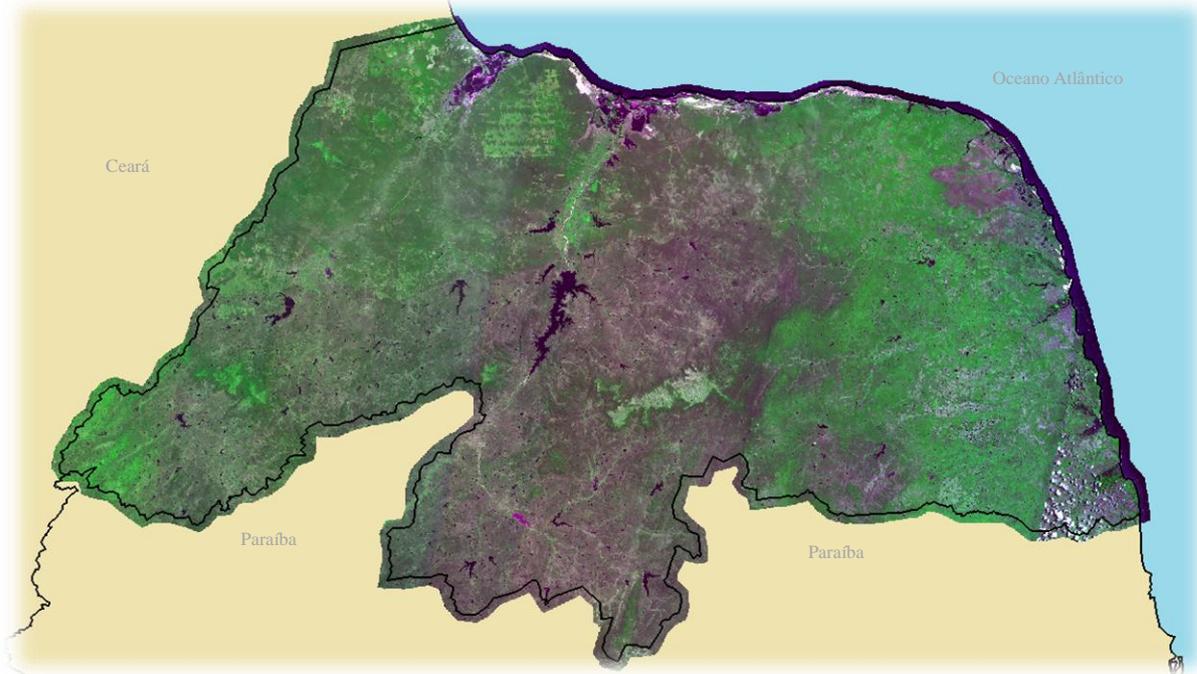
**Quadro 2.** População do Rio Grande do Norte, 2010

<b>População</b>	<b>Número de Pessoas</b>	<b>Percentual (%)</b>
Residente	3.168.027	100,00
Urbana	2.464.991	77,80
População Rural	703.036	22,19
População Masculina	1.548.887	48,89
População Feminina	1.619.140	51,11

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010.

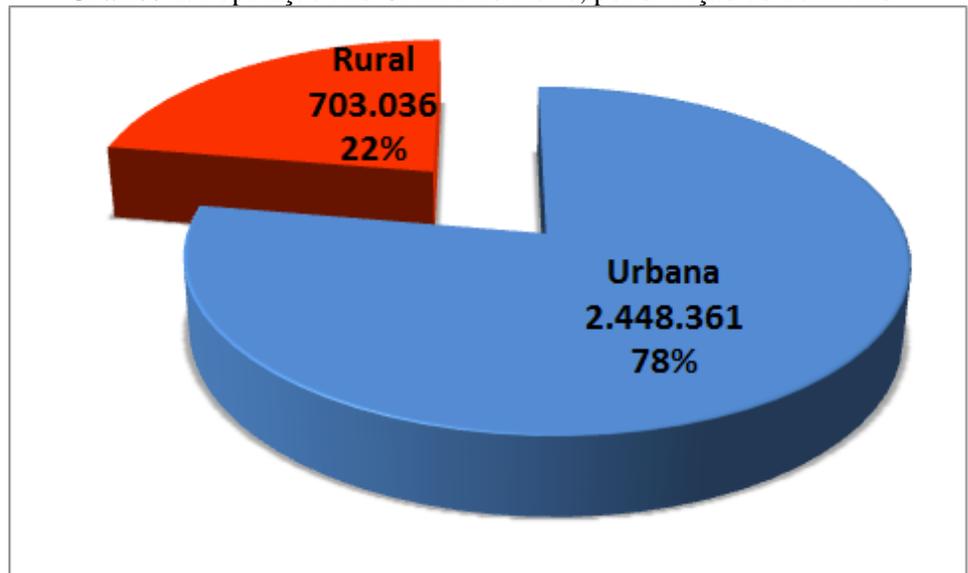


**Figura 1.** Mapa do Rio Grande do Norte



Fonte: INPE. Atlas Interativo do Nordeste, 2011.

**Gráfico 1.** População Rio Grande do Norte, por situação do domicílio



Fonte: IBGE, SIDRA, 2011

Em decorrência da diversidade litológica, e da variação no relevo e no regime de umidade do solo, no Rio Grande do Norte existe uma diversidade nos tipos de solos.

Os solos pedregosos, predominantes na área centro sul do estado que abrange regiões do Seridó e uma pequena parte do Vale do Açu,



Rio Grande do Norte

Litoral Norte e do Agreste, apresentam características semelhantes no que se refere a baixa profundidade, alta erodibilidade, deficiência de umidade e um relevo suavemente ondulado.

Os solos arenosos ocupam toda a extensão do litoral e de algumas áreas do Agreste, do Médio Oeste e do Seridó. Eles apresentam elevada taxa de infiltração, baixa fertilidade e são bastante susceptíveis a erosão, principalmente quando ocorre o desmatamento indiscriminado.

Os solos argilosos, predominantes no Alto Oeste, também podem ser encontrados nas regiões do Médio Oeste, de Mossoró, do Litoral Norte e do Agreste, Potengi e Trairi. Eles apresentam profundidade mediana, com elevado grau de erodibilidade e tendência a salinização, principalmente em áreas irrigadas com deficiência de drenagem (SECTMA, 2004).

Os solos salinos ocupam maior parte do Agreste, Potengi e Trairi, sendo ainda encontrados nas regiões de Mossoró, Açu e Litoral Norte. Apresentam tendências “[...] a liberação de sais, com drenagem deficiente, baixa capacidade de infiltração e retenção de água, tornando-se produtivos apenas nos períodos chuvosos” (GUERRA, 2007, p. 14).

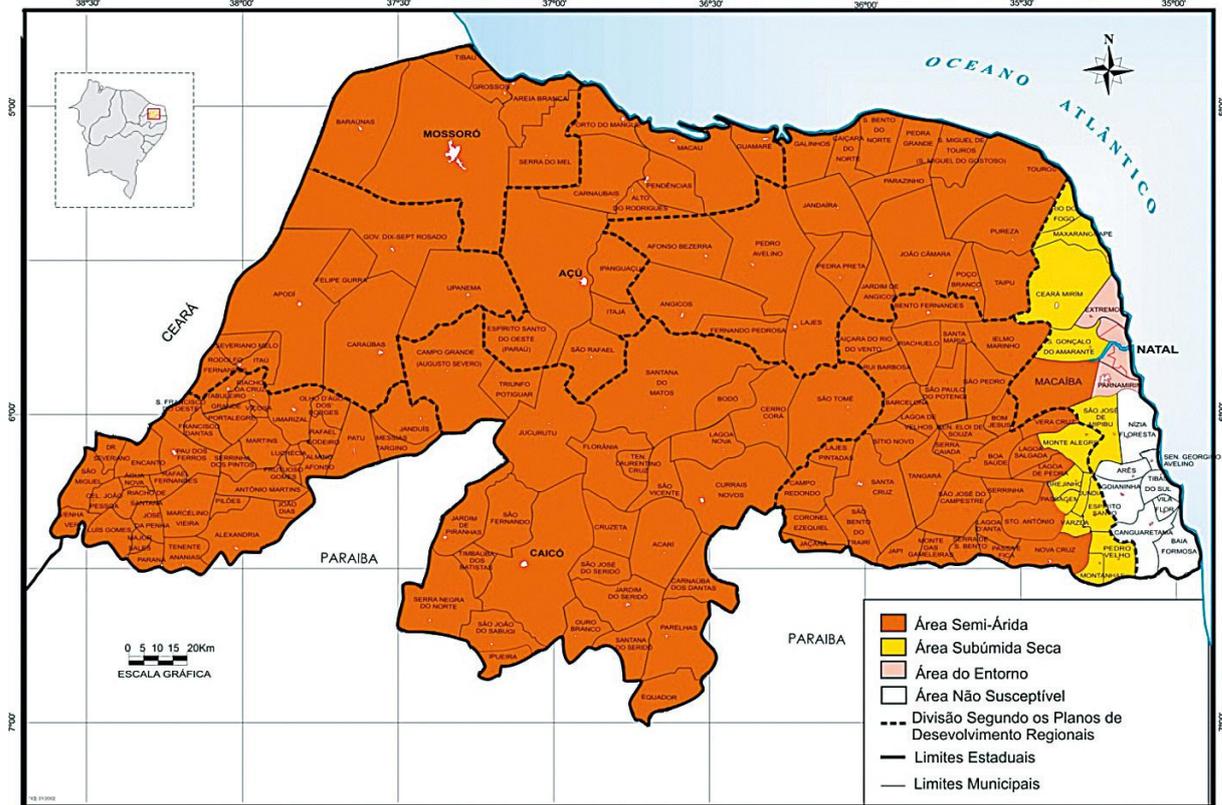
Os solos de várzeas, basicamente localizados na extensão do rio Piranhas-Açu, são geralmente férteis e aptos à irrigação, porém, em virtude da textura argilosa apresentam algumas dificuldades de drenagem, que pode levar algumas áreas a salinização se manipuladas de forma incorretas.

No Rio Grande do Norte, as Áreas Susceptíveis à Desertificação – ASD correspondem a 97,6% do território e abrigam a 95,6% da população, compreendendo 159 municípios. Nos 48.706,01 km<sup>2</sup> das referidas áreas, 2.792,418 km<sup>2</sup> apresentam um nível de degradação muito intenso, configurando o Núcleo de Desertificação do Seridó, abrigando uma população de 91.673 habitantes, dos quais 73,91% residem em espaços urbanos e 26,08% são moradores rurais.

A cartografia da desertificação no Rio Grande do Norte referenda a correlação estabelecida entre o fenômeno e a área do Bioma da Caatinga, ou seja, sob o domínio do semiárido. Considerando que, em aproximadamente 75% do território estadual, o clima predominante é o semiárido e que as ASD também abarcam espaços subúmidos secos e a área do entorno, tem-se um quadro em que, apenas, 2,4% da superfície potiguar não demonstram susceptibilidade à desertificação.



Figura 2. Áreas suscetíveis à desertificação no Rio Grande do Norte



Fonte: SEMARH. PAE, 2010.

Este nível de abrangência da desertificação no estado está diretamente associado a forma como a sociedade ocupou e explorou o espaço ao longo dos séculos, onde, principalmente na região do Seridó, se desenvolvem atividades de alto potencial de degradação pela exploração dos recursos naturais sem critérios de sustentabilidade. Entre elas, destacam-se: a mineração, a cerâmica, a agricultura e pecuária, na maioria das vezes desenvolvidas com técnicas inadequadas.

Com a destruição da vegetação em áreas de declive, o solo mais fértil é carregado pelas chuvas intensas para as partes mais baixas contribuindo para o assoreamento dos corpos de água como: rios, lagoas e reservatórios, implicando na redução da capacidade hídrica de armazenamento e na produção.

Assim sendo, no âmbito desse diagnóstico, tratar da pobreza se faz pertinente como forma de trazer à tona uma realidade que tem se mostrado, em alguns lugares, articulada à degradação ambiental, ampliando-se o processo de desertificação já existente no estado.

Além disso, no Rio Grande do Norte, os recursos hídricos constituem-se como elementos de viabilidade social e econômica nas Áreas Suscetíveis a Desertificação – ASD. Isso se deve ao fato de que



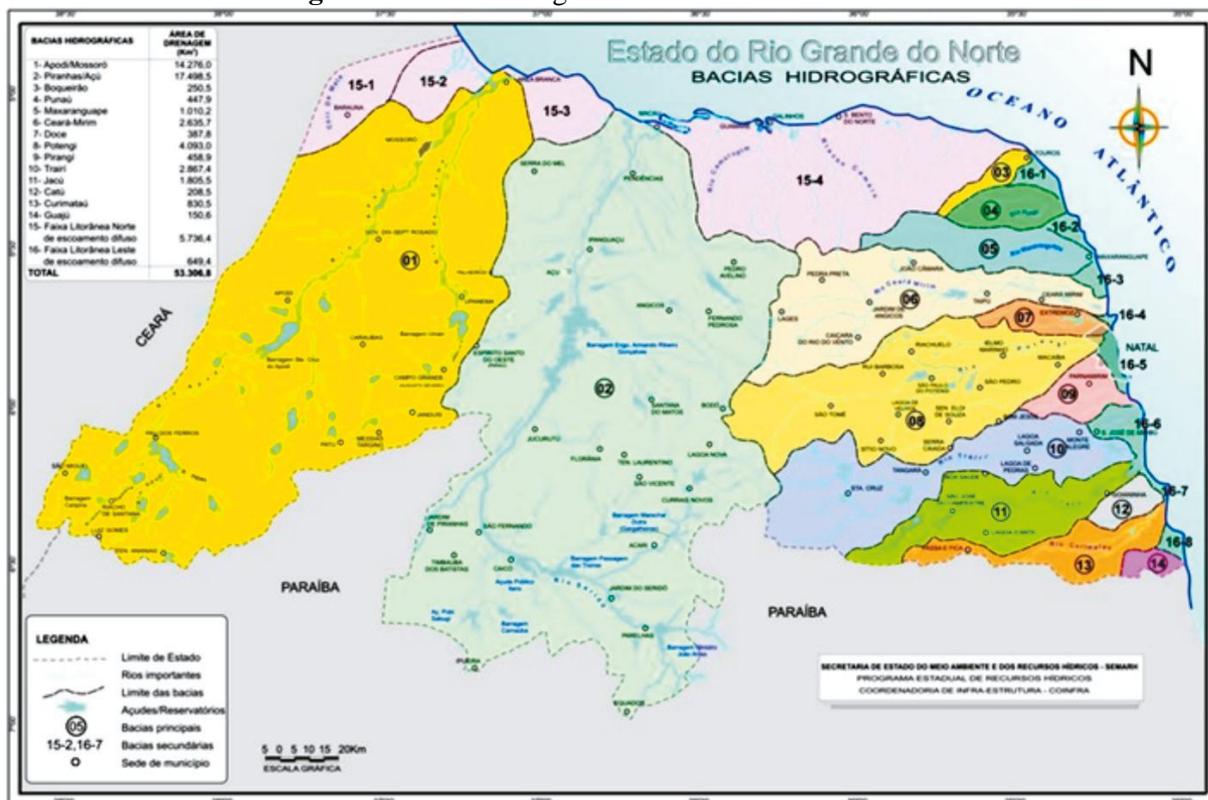
Rio Grande do Norte

elevado contingente populacional residente nessas áreas necessita de uma disponibilidade hídrica bastante significativa para o abastecimento humano, dessedentação animal e atividades produtivas, o que gera problemas de gestão e demanda hídrica.

A malha hidrográfica do Rio Grande do Norte é constituída por 16 bacias: Apodi-Mossoró, Piranhas-Açu, Boqueirão, Punaú, Maxaranguape, Ceará-Mirim, Doce, Potengi, Pirangi, Trairí, Jacu, Catu, Curimataú, Guaju, Faixa Litorânea Norte de escoamento difuso, e Faixa Litorânea Leste de escoamento difuso.

Considerando a extensão das bacias hidrográficas percebe-se que a do Piranhas-Açu e a do Apodi-Mossoró estendem-se pela área semiárida, apresentando, na sua grande maioria, rios intermitentes. Essas duas bacias representam um papel socioeconômico importantíssimo para a sobrevivência e o desenvolvimento do homem nesse espaço.

Figura 3. Bacias hidrográficas do Rio Grande do Norte



Fonte: SEMARH, PAE, 2010.

A bacia do Piranhas-Açu, que em terras potiguaras se estende pelas regiões do Seridó e Vale do Açu, possui 1.112 açudes, o que representa um percentual de 49,3% dos reservatórios potiguaras. O potencial de acumulação desses açudes corresponde a 79,6% do volume de água superficial existente no estado (MMA, 2005).



Rio Grande do Norte

É importante referendar que o maior reservatório de água do estado – Barragem Armando Ribeiro Gonçalves – encontra-se nessa circunscrição, sendo responsável pelo desenvolvimento da fruticultura irrigada do Vale do Açu e pelo abastecimento de dezenas de cidades. Além desse reservatório, ainda destaca-se os açudes e barragens de grande porte como o Boqueirão, em Parelhas, o Itans, em Caicó e o Marechal Dutra, em Acari, que respondem pelo abastecimento humano de várias cidades e de inúmeras comunidades rurais, garantindo também o suprimento alimentício de diversas famílias seridoenses.

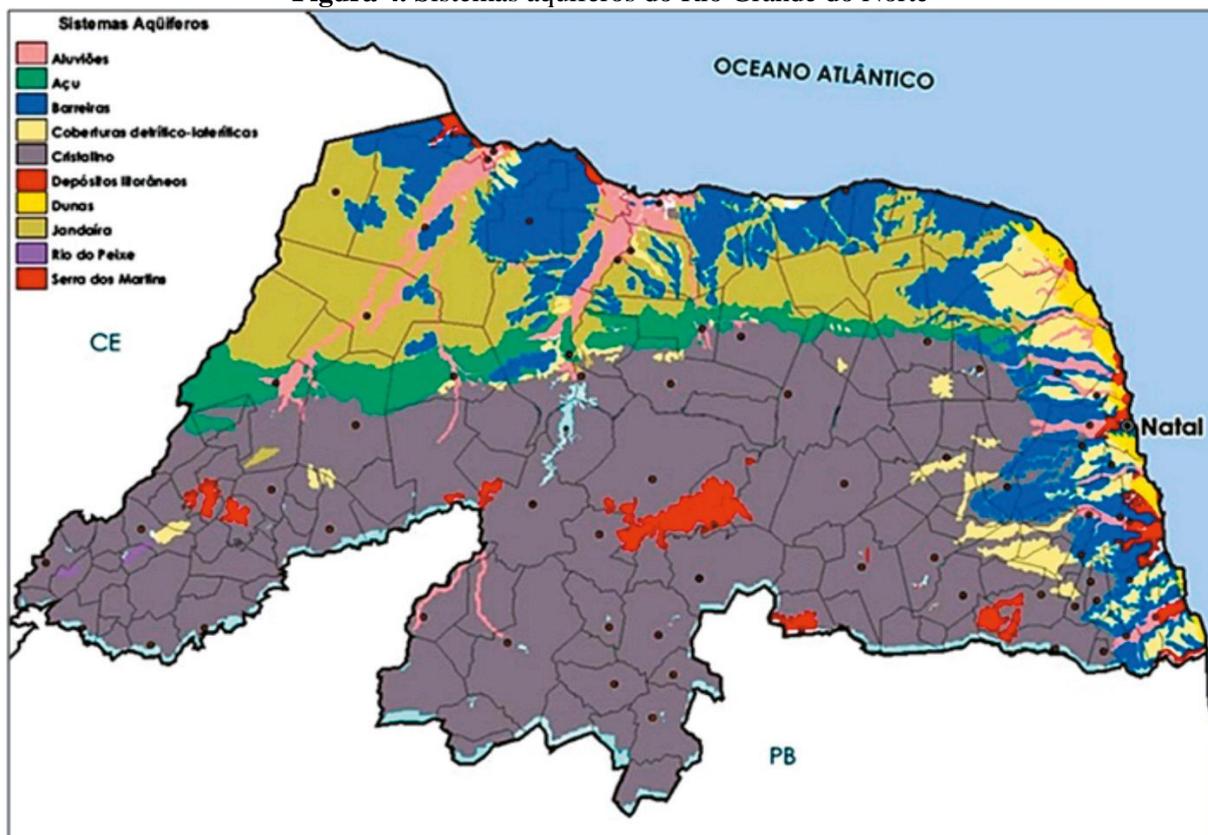
A bacia hidrográfica do Apodi-Mossoró, que se estende pelas regiões do Alto Oeste, do Médio Oeste e de Mossoró, apresenta um volume de acumulação de 1.364.882.650 m<sup>3</sup> de água. Ao longo da sua extensão contabiliza-se 619 açudes, destacando-se a Barragem de Santa Cruz do Apodi e a de Umari (MMA, 2005).

De acordo com a Agência Nacional das Águas (2008), o estado do Rio Grande do Norte apresenta três domínios hidrológicos: Poroso, Fraturado e Fraturado-Cárstico.

Nesse contexto, os aquíferos de maior potencial hídrico são os Porosos e o Fraturado – Cárstico. Eles totalizam 43,6% da superfície estadual. Por outro lado, o domínio Fraturado (sistema aquífero Cristalino) predominante em 56,4% do Rio Grande do Norte apresenta baixo potencial hídrico.

Observando a cartografia abaixo, percebe-se que a circunscrição do cristalino confunde-se com a delimitação geográfica da maior parte das ASD. Convém ressaltar que é justamente neste território afetado pelas secas que a potencialidade hídrica dos aquíferos subterrâneos é limitada, apresentando também um elevado teor de sais nas suas águas.

Figura 4. Sistemas aquíferos do Rio Grande do Norte



Fonte: SEMARH, PAE, 2010.

Para minimizar a situação crítica quanto à disponibilidade hídrica no estado, instituiu-se ao longo do tempo a construção de grandes, médios e pequenos reservatórios de água que garantem o abastecimento da população nos períodos mais estios do ano. Os dados indicam a existência de pequenos açudes e barragens que tem disponibilidade de água para, no máximo, dois anos com pouca precipitação.

Além do mais, é possível observar um descompasso entre oferta de água espacialmente concentrada e a demanda espacialmente distribuída, que obrigou a tomada de algumas medidas alternativas, visando minimizar essa situação.

Nessa perspectiva, o programa de implantação de adutoras despontou como uma alternativa viável para reduzir os efeitos drásticos das secas, principalmente nas zonas urbanas do interior do estado.

O sistema adutor Agreste, Trairi e Potengi utiliza as águas da lagoa do Bomfim, localizada no município de Nísia Floresta. Os sistemas adutores Sertão Central – Cabugi, Serra de Santana, Mossoró e Médio Oeste são abastecidos pela barragem Armando Ribeiro Gonçalves. No sistema Médio Oeste encontra-se também a subadutora que atende as comunidades da Serra de João do Vale.



Rio Grande do Norte

Figura 5. Sistemas adutores do Rio Grande do Norte



Fonte: SEMARH, PAE, 2010

Além das adutoras citadas, destacam-se os sistemas adutores: Piranhas-Caicó, abastecida pelo rio Piranhas; Jardim do Seridó, que capta água da Barragem Passagem das Traíras e Santana do Seridó, que retira água do Açude Caldeirões. A adutora do Alto Oeste, em fase de implantação, beneficiará um grande número de municípios localizados na referida região, incluindo distritos e pequenas comunidades rurais.

Do mesmo modo, a perfuração de poços nas porções semi-árida e subúmida seca foi uma solução encontrada para amenizar a problemática da escassez de água nos espaços mais longínquos e que não tinham açudes nas suas proximidades.

A maior concentração de poços encontra-se na área semiárida, ou seja, no domínio do aquífero cristalino. É justamente nessas reservas que a salinidade impera como fator limitante para o consumo humano e animal.

Em decorrência dessa situação, foram instalados dessalinizadores, visando o acesso a água potável. No entanto, a deposição inadequada dos seus rejeitos vem causando sérios problemas ambientais, como a salinização do solo, que repercute na improdutividade agrícola e na expansão da desertificação pelo estado.



Também foram identificados processos de salinização nos perímetros irrigados de Pau dos Ferros, localizado em Pau dos Ferros, e no Itans/ Sabugi, em Caicó, decorrentes de baixas precipitações, altos déficits hídricos, drenagem deficiente e prática de irrigação.

Igualmente, ainda como alternativas de capilarizar a oferta de água em áreas difusas, destaca-se a construção de barragens subterrâneas em leitos de rios temporários e construção de cisternas, o que comprovam a importância social dessas construções.

Mediante o quadro apresentado, o estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH, em parceria com o Governo Federal e apoio da GTZ, IICA e a Articulação do Semiárido, elaborou o Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no Rio Grande do Norte – PAE/RN, com objetivo de nortear a sociedade norte-rio-grandense no combate ao processo de desertificação que afeta extensas áreas do estado.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH, juntamente com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte – IDEMA, são as instituições estaduais com ações mais direcionadas e que, por conseguinte, são responsáveis pela coordenação do PAE/RN, tendo como principal função, no âmbito operacional, a de buscarem ampla articulação entre os programas das diversas instituições públicas, privadas e não governamentais afins com o Programa, com o objetivo de estabelecer ações centrais para a redução da pobreza e da desigualdade; ampliação sustentável da capacidade produtiva; preservação, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais.

### ➤ **O Desenvolvimento Social do Rio Grande do Norte**

Quando se comparam as estatísticas de 1999 e 2009, observam-se alguns avanços sociais importantes no Rio Grande do Norte. A taxa de mortalidade infantil decresceu de 52,4%, para 32,23% e a esperança de vida melhorou e passou de 67,46 a 71,1 anos, um pouco acima da média nordestina, porém, ainda abaixo da média nacional. No campo educacional, a taxa de analfabetismo também teve uma redução, registrando uma queda de 40,57% em 2002, para 18,1% em 2009 (IBGE/PNAD).

Em 2009, a renda familiar *per capita* média mensal do Rio Grande do Norte foi de R\$ 456,64, 18ª no rank dos estados, superando todos os demais Estados nordestinos, um indicador que caracteriza um ambiente social e econômico bastante favorável na perspectiva do desenvolvimento econômico (CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/IBGE). No entanto, o problema distributivo se agrava quando se considera que 69,3% da renda estadual é apropriada na classe dos 20%

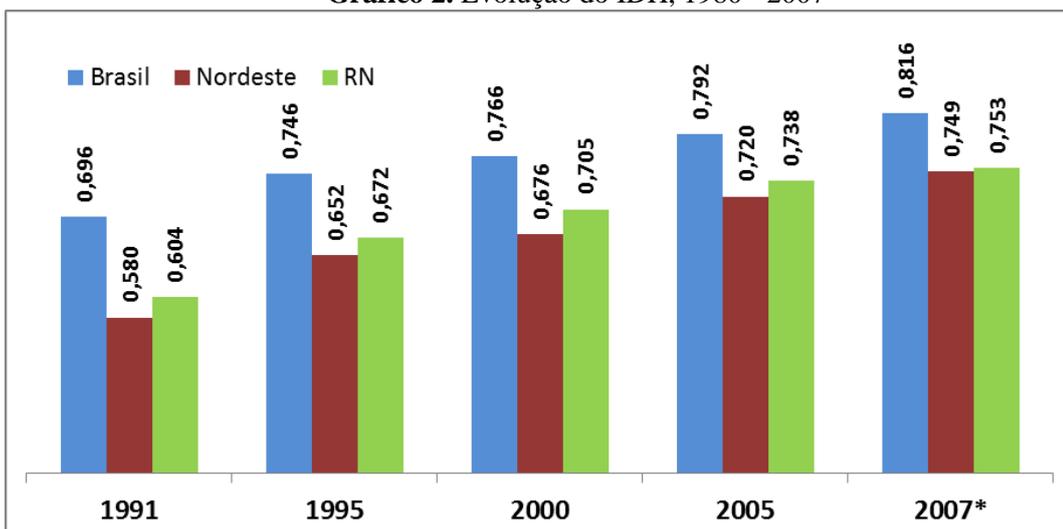


Rio Grande do Norte

mais ricos, o que coloca o estado praticamente nas últimas posições em termos da distribuição de renda nacional.

Neste sentido, embora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tenha passado de 0,604 em 1991 para 0,738 em 2007 (último dado disponível para estados e regiões), o Rio Grande do Norte permanece em ambiente de médio desenvolvimento, abaixo de Sergipe e Bahia no Nordeste e, em termos nacionais, em 21ª no rank de desenvolvimento humano.

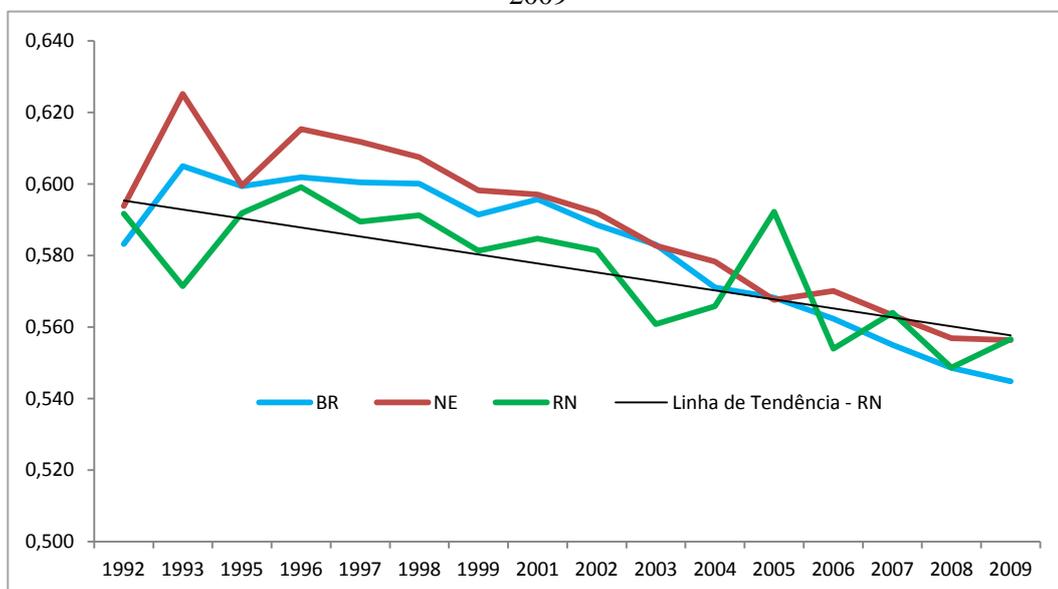
**Gráfico 2.** Evolução do IDH, 1980 - 2007



Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000. Banco Central, 2010

\*Nota: Estimativa do Banco Central do Brasil

**Gráfico 3.** Coeficiente de Gini - Desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita, 1992-2009





Rio Grande do Norte

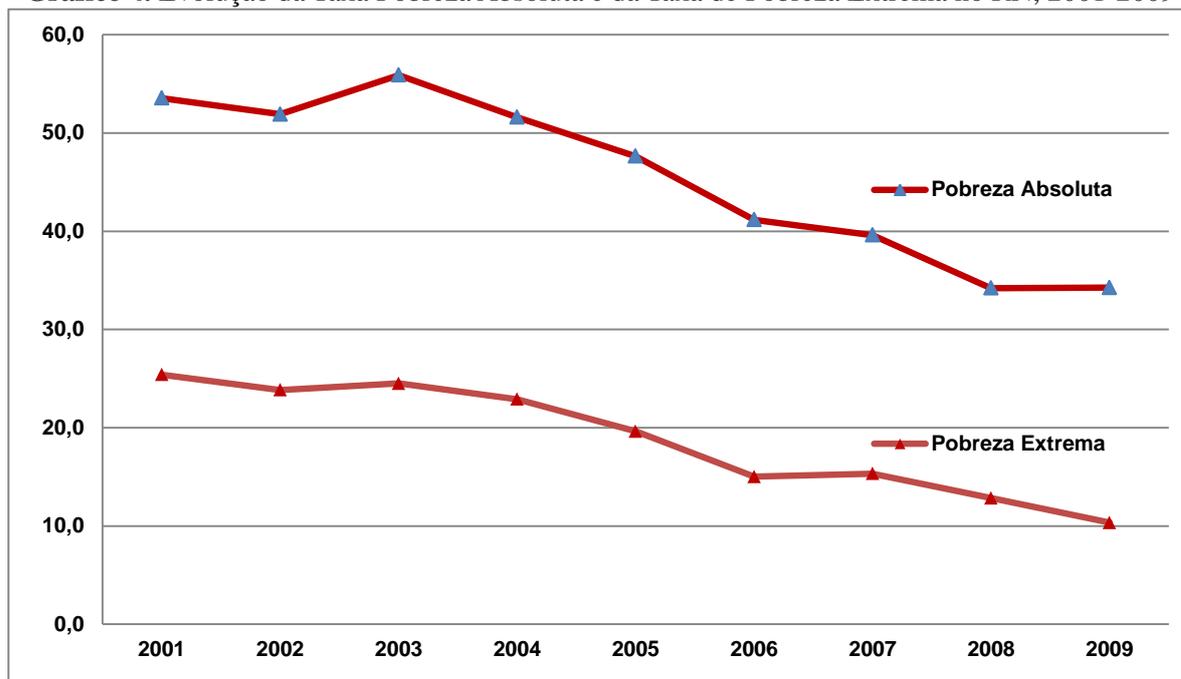
Fonte: IBGE, Sidra 2011. Elaboração própria

Em 2001, a taxa de pobreza absoluta do Rio Grande do Norte era de 53,6% e, em 2009 essa taxa caiu para 34,3%, estando entre os estados do Nordeste com maior redução na taxa de pobreza absoluta, perdendo somente para a Bahia. Já a taxa de pobreza extrema, que em 2001 era de 25,4%, foi reduzida em 2009 para 10,3%, demonstrando resultados positivos dos investimentos e ações voltadas ao desenvolvimento que o Estado vem realizando durante as últimas décadas.

Contudo, de acordo com dados recentes divulgados pelo IBGE (Censo 2010), cerca de 1 milhão de pessoas continuam a viver em condições de pobreza no Rio Grande do Norte. Dentre essas, cerca de 405 mil pessoas vivem em condições de extrema pobreza – 12,8% da população potiguar, sendo maior essa concentração na zona rural, onde vive um quarto da população, com acesso limitado a infra-estrutura básica e serviços, demonstrando que as ações de combate a pobreza não podem desconsiderar as características e dinâmicas econômicas territoriais, sejam elas, rurais ou urbanas.

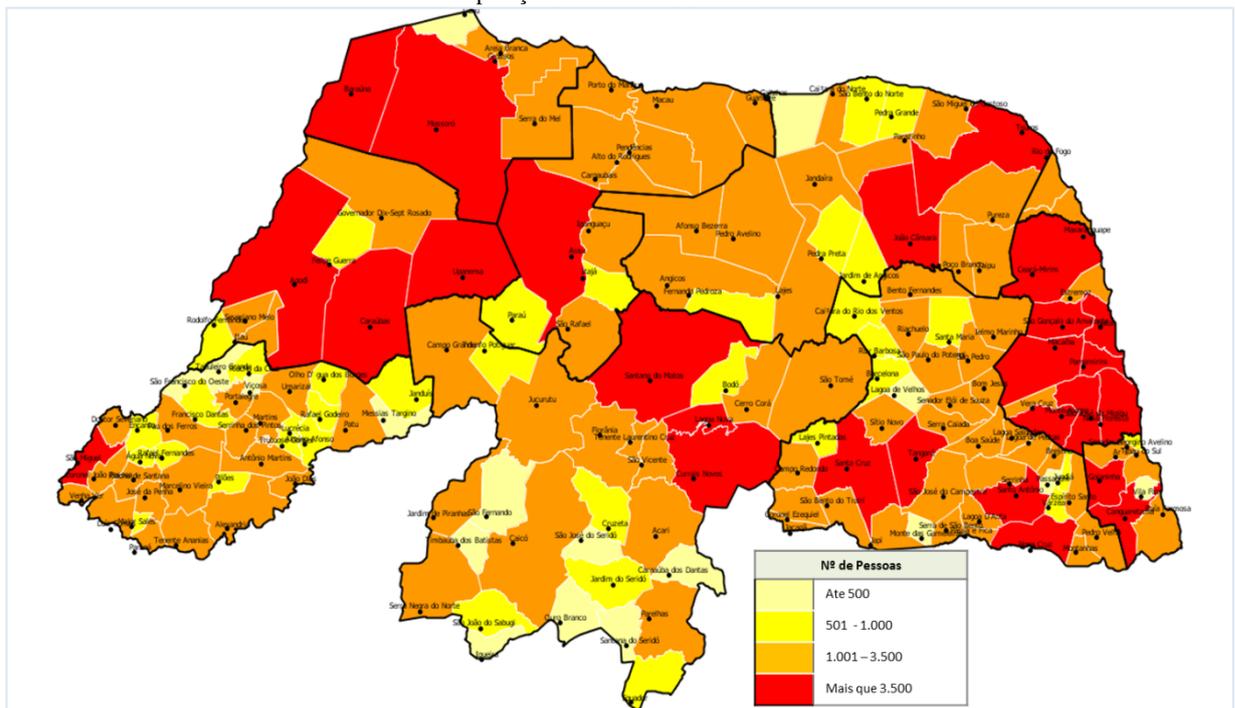
Além disso, os dados indicam que 16% dos municípios potiguares possuem metade de sua população em condições de extrema pobreza.

Gráfico 4. Evolução da Taxa Pobreza Absoluta e da Taxa de Pobreza Extrema no RN, 2001-2009

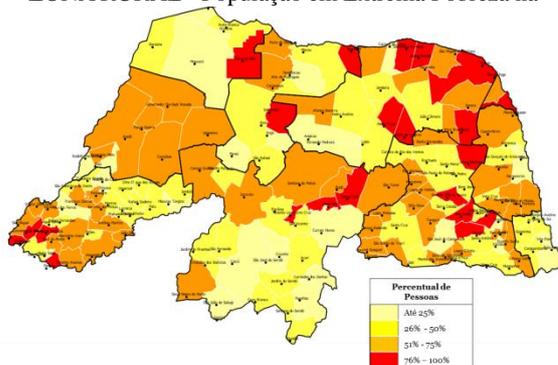


Fonte: IPEA. Ipeadata, 2011.

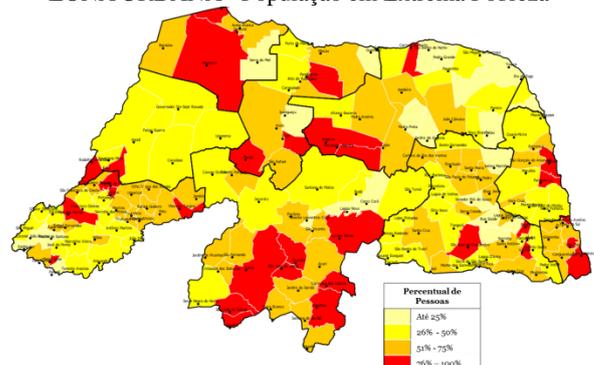
**Figura 6. Mapas da Extrema Pobreza do Rio grande do Norte, 2010**  
População em Extrema Pobreza



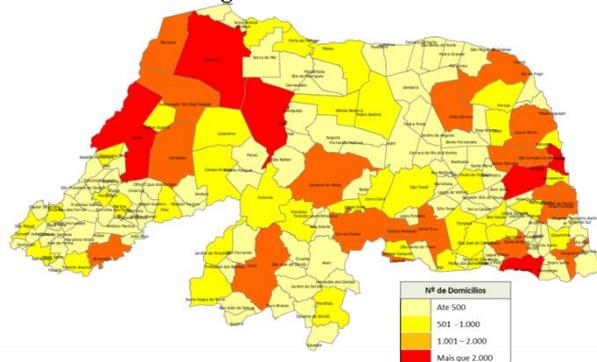
ZONA RURAL - População em Extrema Pobreza na



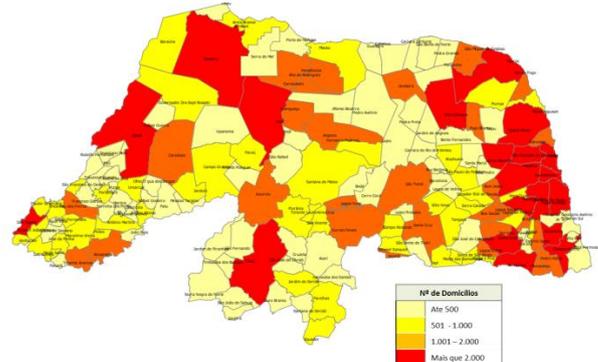
ZONA URBANA - População em Extrema Pobreza



Nº de domicílios **sem ligação a rede geral de distribuição de água - CAD-ÚNICO**



Nº de domicílios com **escoamento sanitário precário CAD-ÚNICO**



Fonte: IBGE, 2010. MDS, Cad-Único, 2011



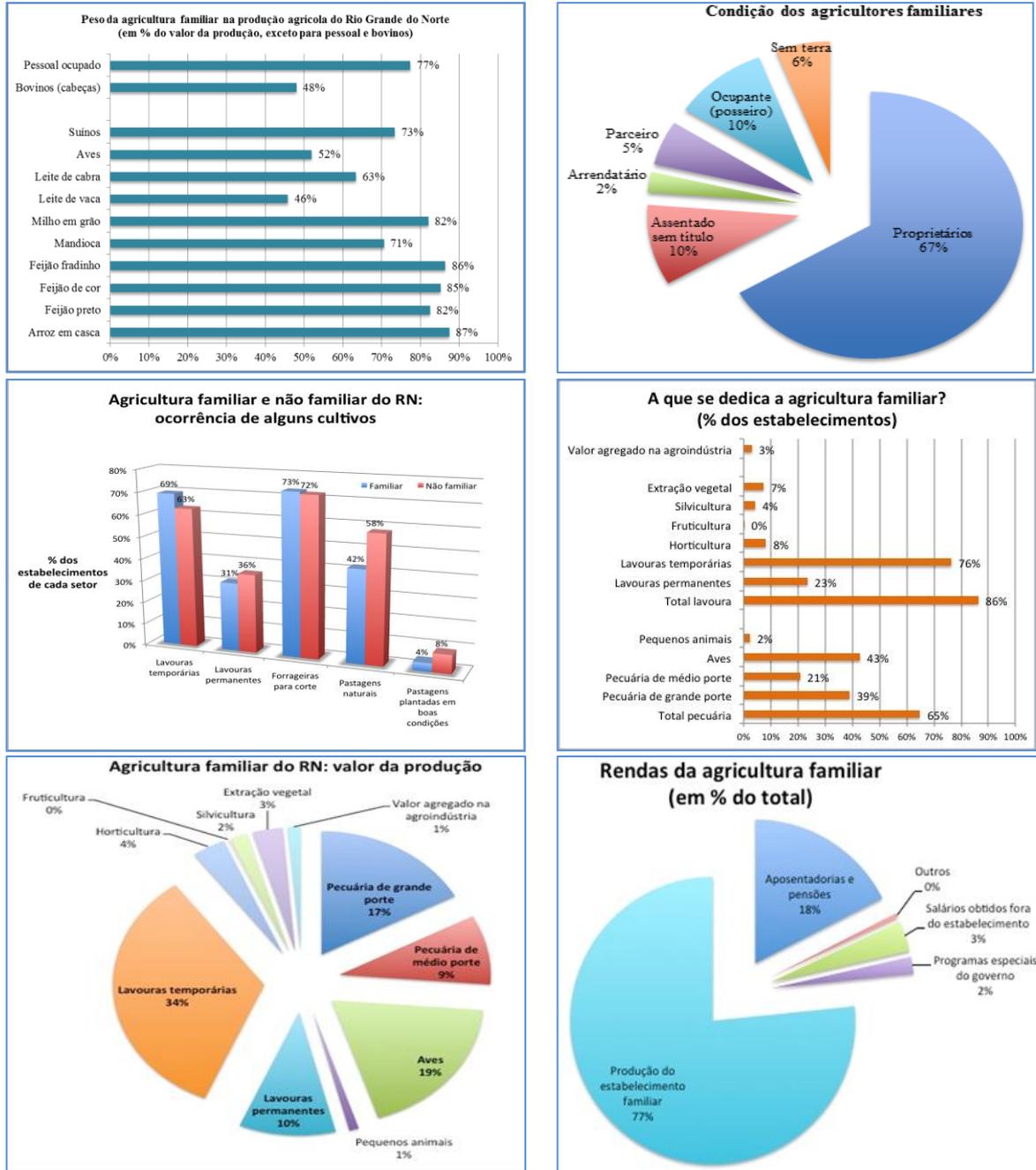
## **Perfil da Agricultura Familiar no Rio Grande do Norte**

A agricultura familiar ocupa um terço da área do Rio Grande do Norte (contra 24% no Brasil e 37% no conjunto do Nordeste), representando 86% do total dos estabelecimentos, ocupando 77% da mão de obra da agricultura estadual e porcentagens expressivas da produção dos principais produtos alimentares do Estado.

Segundo dados de Censo Agropecuário de 2006, algumas características desta Agricultura Familiar merecem ser destacadas:

- Grande parte dos agricultores familiares são proprietários de suas terras ou assentados ainda sem título de propriedade, ou seja, têm garantia de acesso à terra, mesmo que em pequena quantidade e de forma precária;
- Se considerarmos os grandes grupos de culturas, não percebemos diversidade de padrão na ocupação do solo entre a agricultura familiar e a patronal, mas detecta-se um grande grau de diversificação da agricultura familiar;
- Constata-se, também, que a pecuária – tanto bovina, quanto ovina e caprino – tem um papel importante para a agricultura familiar, pois está presente em 65% dos estabelecimentos;
- O analfabetismo é elevado na agricultura familiar e atinge 49% do pessoal ocupado que mantinha laços de parentesco com o chefe do estabelecimento familiar;
- As mulheres representam 28% do pessoal ocupado nos estabelecimentos familiares, mas apenas 12% dos estabelecimentos são chefiados por elas; e
- As rendas obtidas do próprio estabelecimento são responsáveis por 77% da renda familiar, as aposentadorias e pensões por outros 18%.

**Gráfico 5. Perfil da agricultura familiar do Rio Grande do Norte, 2006**



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006.



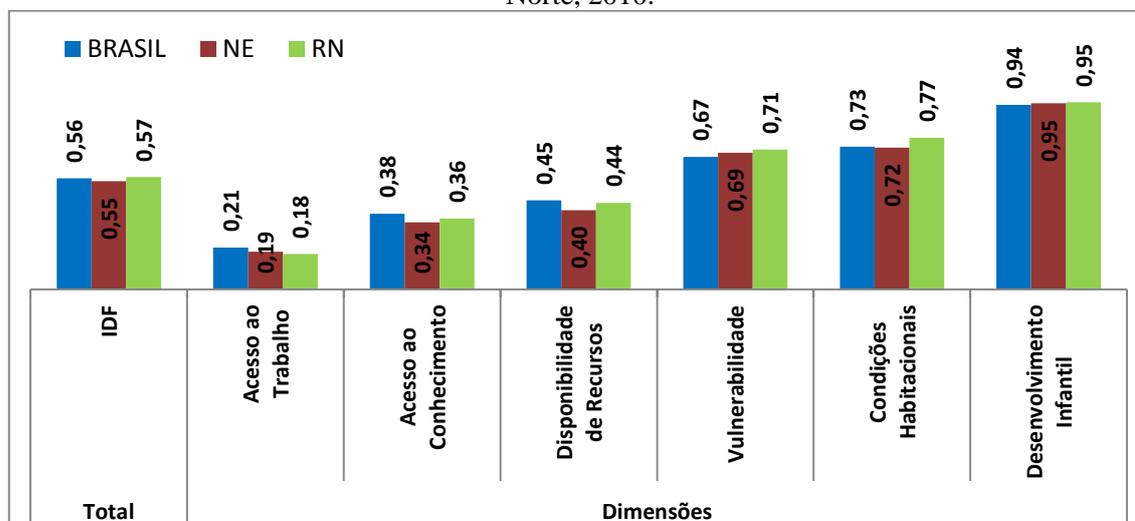
## Políticas Sociais e de Transferência de Renda no Rio Grande do Norte

Segundo estimativas do IPEA, as transferências públicas de renda – que incluem aposentadorias, pensões e programas sociais – tais como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) - são responsáveis por cerca de um terço da redução da desigualdade de renda.

Atualmente o Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal conta com 545.578 famílias inscritas no Rio Grande do Norte. Dentre essas, 445.769 famílias possuem renda *per capita* mensal de até R\$ 140,00, sendo de 69,94% o grau de cobertura do **Programa Bolsa Família**, considerando o perfil do CadÚnico (MDS, julho 2011). Todos os 167 municípios potiguares são contemplados pelo PBF, **beneficiando 341 mil famílias (MDS - junho, 2011)**, um número até superior a estimativa total de famílias pobres existentes no Estado, que é de 319 mil (PERFIL Bolsa Família – PNAD 2006), correspondendo a uma cobertura de atendimento de 106,89%. O benefício do PBF significa um investimento mensal de aproximadamente **R\$ 38 milhões** na economia do Rio Grande do Norte.

Segundo dados disponibilizados pelo Ministério de Desenvolvimento Social, de todos os estados beneficiados pelo Programa Bolsa Família, o Rio Grande do Norte é o que apresenta os melhores índices no acompanhamento das três condicionalidades do PBF (educação, saúde e assistência social).

**Gráfico 6.** Índice de Desenvolvimento Familiar e suas dimensões. Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte, 2010.



Fonte: MDS, Matriz de Informação Social. 2011.

Dentro das variantes da saúde, o acompanhamento da saúde chega a 84%, na educação a 88% e na assistência social a 86%. Além disso, o Rio



Rio Grande do Norte

Grande do Norte é um dos estados que obtiveram os melhores desempenhos no Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF)<sup>1</sup> criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social para avaliar o grau de desenvolvimento das famílias, possibilitando apurar o grau de vulnerabilidade de cada família do CadÚnico em todo o país, obtendo resultados superiores à média brasileira em três áreas: desenvolvimento infantil, condições habitacionais e vulnerabilidade.

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC no Rio Grande do Norte atende a 19.196 idosos e a 50.952 pessoas com deficiência, o que representa um volume de investimento mensal de aproximadamente R\$ 38 milhões (MDS, junho 2011).

Por sua vez, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, que também compõe o SUAS, atende no Estado a 35.822 crianças e adolescente, protegendo-as contra as formas de exploração do trabalho e contribuindo para o seu desenvolvimento integral.

Outra iniciativa de grande impacto no Rio Grande do Norte é o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que, em 2010, beneficiou 3.213 produtores familiares com a venda de 3.559 toneladas de produtos oriundos da agricultura familiar em 49 municípios do estado, com investimento R\$ 11,8 milhões (CONAB, Relatório de Gestão 2010).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em 2010, financiou no Estado um total de R\$ 53,5 milhões aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária voltado para projetos de investimento e custeio, individuais ou coletivos.

Além disso, é importante destacar que nos últimos anos, o **Projeto de Combate à Pobreza Rural** - Programa Desenvolvimento Solidário, firmado com o Banco Mundial, foi o principal instrumento de promoção do desenvolvimento local sustentável e de combate à pobreza rural desenvolvido no Rio Grande do Norte, estando fundamentado nos princípios da descentralização e da participação social.

Entre 1996 e 2010, foram beneficiadas diretamente pelo Projeto 204.032 mil famílias, com R\$ 157.265.224 milhões investidos na melhoria da infra-estrutura, desenvolvimento social e financiamento de projetos produtivos, em 165 municípios do estado.

A maior demanda comunitária do PCPR se concentrou em projetos de abastecimento de água e eletrificação rural, onde, estimativas preliminares indicam que o Projeto teve grande impacto sobre esses serviços, refletindo na melhoria na qualidade de vida e no aumento de renda da população rural do estado.

No entanto, apesar dessas ações, o acesso a água continua sendo um ponto crítico no desenvolvimento do Rio Grande do Norte, considerando que ainda existe um número significativo da população rural que não possui acesso a água canalizada ou que enfrentam abastecimento intermitente.

---

<sup>1</sup>Nota: O IDF é um indicador sintético que mede o grau de desenvolvimento das famílias, possibilitando apurar o grau de vulnerabilidade de cada família do CadÚnico, bem como analisar um grupo de famílias ou mesmo o total de famílias do município. O IDF varia entre 0 e 1 e, quanto melhores as condições da família, mais próximo de 1 será o seu indicador.



Rio Grande do Norte

Além disso, ainda existe uma série de outros desafios a serem vencidos no combate à miséria e no desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Norte.

O desafio aqui proposto é desenhar um programa multisetorial de desenvolvimento social e econômico, capaz de assegurar melhoria da qualidade de vida e prosperidade para o norterio-grandense e preparando-os para o futuro, dando a todos, a oportunidade de serem, efetivamente, cidadãos.

### **PERFIL DA EXTREMA POBREZA DO RIO GRANDE DO NORTE**

O RN concentra 2,4% da população brasileira e 4,2% da população nordestina em condições de extrema pobreza, representando 12,8% da população potiguar.

- 53% da população em vive na área urbana e 47% vive na área rural;
- 16% dos municípios do RN tem a metade da população em extrema pobreza;
- 25% da população em extrema pobreza reside na Região Metropolitana de Natal;
- 134 municípios potiguar – 80% dos municípios - tem proporção % da população em extrema pobreza superior a proporção % total do RN ;
- 9% da população da área urbana é extremamente pobre;
- Em 32 municípios, a população rural representa mais 70% da população em extrema pobreza;
- 27% da população da área rural é extremamente pobre - como temos apenas 22% da população total do estado vivendo em área rural, proporcionalmente, para cada 4 pessoas em extrema pobreza, 3 estão na área rural;
- 77% dos domicílios não estão ligados à rede geral de esgoto pluvial ou fossa séptica;
- 48% dos domicílios rurais em extrema pobreza não estão ligados à rede geral de distribuição de água e não têm poço ou nascente na propriedade;
- Área Urbana: 48,6% são homens e 51,4% são mulheres - Área Rural : 51,6% são homens e 48,4% são mulheres;
- 46,8% tem idade até 17 anos;
- 38,7% tem idade até 14 anos;
- 31% são analfabetos (15 anos ou mais); e
- 66% são negros (pretos e pardos) – Área Urbana: 64,6 % – Área Rural: 67,5%.

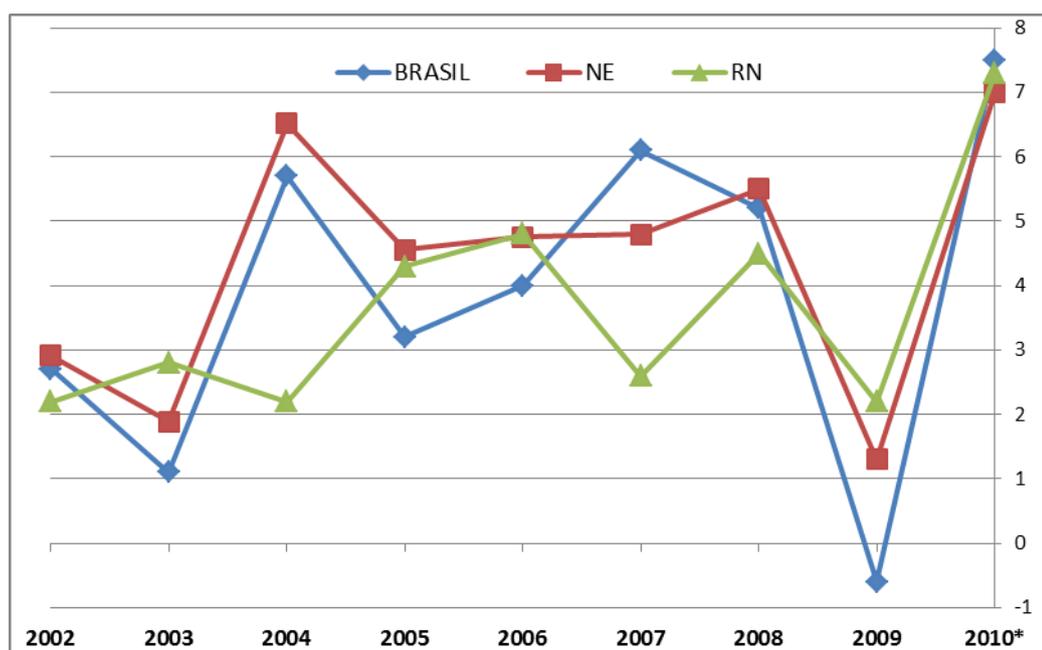
Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE) – Domicílios particulares permanentes ocupados.



## ➤ O Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte

A economia estadual passou por profundas transformações estruturais, ostentando um crescimento sempre superior àquele alcançado pela região Nordeste e próximo àquele obtido pela economia brasileira como um todo (Gráfico 7). Apesar dessa tendência ascendente, o crescimento econômico não ocorre de forma contínua e linear.

**Gráfico 7.** Taxa de Crescimento Anual do PIB. Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte. 2002 - 2010



Fonte: IBGE, 2011.BNB, 2011.

\* Para o Nordeste e o Rio Grande do Norte, estimativa do BNB.

A existência de uma conjuntura internacional favorável, o aumento dos investimentos públicos, o crescimento da indústria petrolífera, da fruticultura irrigada, e principalmente do turismo são fatores que explicam esse dinamismo apresentado pela economia do Estado.

Em termos numéricos, expostos na tabela a seguir, é possível observar que a economia do Estado, então com o desenvolvimento da indústria, aprofunda a tendência de mudança estrutural que já vinha ocorrendo ao longo das últimas quatro décadas. Ou seja, observa-se a tendência de diminuição relativa da agricultura no produto total, com aumentos significativos na participação do setor industrial e manutenção, e na expressiva participação do setor serviços na formação do produto total.



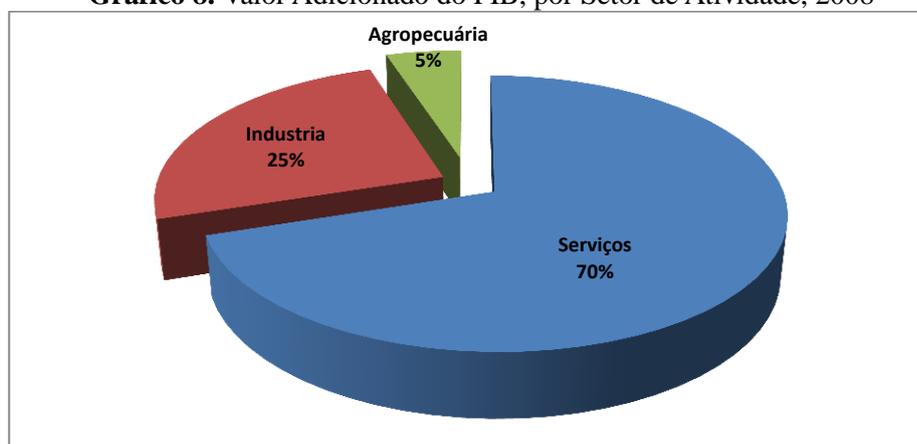
Rio Grande do Norte

**Tabela 1.** Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto a preço básico, Rio Grande do Norte, 2002-2008.

Atividades Econômicas	Participação (%) no Valor Adicionado Bruto a preço básico						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	3,6	4,0	3,5	2,4	2,9	2,0	1,2
Pecuária e pesca	3,2	4,1	3,7	3,3	3,5	3,1	3,3
Indústria extrativa	8,5	7,5	8,0	10,2	10,2	8,0	9,4
Indústria de transformação	7,3	7,5	7,1	7,4	7,0	7,8	7,7
Construção civil	6,6	4,8	7,6	5,8	5,8	6,0	6,2
Produção e distribuição de Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	2,6	3,0	3,0	2,7	2,6	2,3	2,2
Comércio e serviços de manutenção e reparação	10,6	11,9	11,3	12,8	12,7	14,3	15,2
Serviços de alojamento e alimentação	1,9	1,9	1,7	1,7	2,5	2,3	2,6
Transportes, armazenagem e correio	3,8	4,1	4,2	4,0	3,7	3,5	3,4
Serviços de informação	3,0	3,1	2,9	3,2	3,1	3,1	2,4
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	4,3	3,6	3,2	3,7	3,7	3,8	3,4
Serviços prestados às famílias e associativas	2,0	2,0	1,8	1,9	2,0	1,8	1,8
Serviços prestados às empresas	2,3	2,4	3,8	3,1	3,0	3,1	2,4
Atividades imobiliárias e aluguéis	10,2	10,1	9,2	8,8	8,3	8,0	7,6
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	26,5	26,1	25,3	25,9	25,8	27,5	27,7
Saúde de educação mercantis	2,5	2,8	2,4	1,9	2,0	2,0	1,9
Serviços domésticos	1,3	1,4	1,4	1,4	1,4	1,5	1,6

Fonte: IBGE, Contas Regionais, 2008.

**Gráfico 8.** Valor Adicionado do PIB, por Setor de Atividade, 2008



Fonte: IDEMA, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2008.

Deste modo, a riqueza estadual não apenas muda sua composição setorial como também se concentra territorialmente, ampliando-se às



Rio Grande do Norte

diferenças intra-regionais. Assim, na Tabela 2, abaixo, é possível ver que os cinco principais municípios produtores de riqueza produzem o equivalente a mais da metade do PIB estadual.

**Tabela 2.** Produto Interno Bruto a preços correntes e Produto Interno Bruto per capita

Município	PIB (R\$)	PIB Per capita (R\$)	Participação relativa	Participação Acumulada
Natal	8 022 875	10 362	35,00%	35%
Mossoró	2 676 568	11 419	11,68%	47%
Parnamirim	1 402 947	8 121	6,12%	53%
Guamaré	886 914	75 566	3,87%	57%

Fonte: IBGE, Sistema de Recuperação Automática. 2010.

**Figura 7.** Produto Interno Bruto dos Municípios por classes, em R\$ 1.000, 2008.



Contudo, recentemente a economia do Estado tem apontado para uma tendência à heterogeneidade da produção regional, dando espaço às atividades diversificadas, como é o caso de projetos de irrigação, criação de camarão em viveiros, caprinovinocultura, apicultura, artesanato, aquíicultura e pesca, entre outros.

Infelizmente, apesar da evolução dos setores produtivos e de serviços, sua dinâmica não possibilita a criação de condições para



Rio Grande do Norte

absorver toda a mão-de-obra que atinge a idade economicamente ativa. A taxa de crescimento de novos empregos ainda permanece muito aquém da taxa de crescimento da população economicamente ativa, o que implica manutenção de uma tendência a aumentar o contingente de desempregados.

No âmbito estadual, verificam-se, ainda, estrangulamentos em pontos básicos e estratégicos, tais como: pouca coordenação do esforço de inovação tecnológica, pesquisa e experimentação; utilização dos recursos naturais de maneira desordenada, provocando diversos problemas ambientais que acabam repercutindo no avanço da desertificação; esforços não orientados para segmentos prioritários e diretamente para atender as necessidades locais; e baixa articulação com as matrizes regional, nacional e internacional.

Nesse contexto, é importante destacar que a malha viária do Estado é a base de todo o sistema de transporte e logística da economia estadual. São toneladas e toneladas de produtos escoados através das rodovias, tais como: frutas, sal, calcário, cimento e cerâmica. No entanto, segundo o último estudo da Confederação Nacional do Trânsito (CNT, 2010), apenas 5,7% das estradas no Rio Grande do Norte têm pista dupla com canteiro central, 94,3% são de pistas simples de mão dupla que colocam em risco os automóveis que circulam devido a sua aproximação. Com relação às condições de superfície, 40,1% são consideradas desgastadas.

Apenas 25,6% das estradas foram consideradas boas ou ótimas; 31,6% foram consideradas regulares; e 42,8% foram consideradas ruins ou péssimas. As principais estradas administradas pelo Estado são consideradas ruins ou péssimas.

Do ponto de vista da economia, as estradas são importantes vias de escoamento de produção. No entanto, as condições físicas da malha viária do Rio Grande do Norte terminam por interferir nesta etapa importante da comercialização, sobretudo para os pequenos agricultores e pequenos comerciantes do interior do Estado, apontando para a necessidade de se pensar em um novo modelo de infraestrutura, planejada de acordo com o contexto regional e que ligue estrategicamente os municípios e regiões, facilitando a integração dos municípios entre si e entre as demais regiões do país, dando agilidade ao escoamento da produção agrícola, e ainda melhorando o acesso e a segurança de toda população.

Assim, dentro da estratégia de desenvolvimento econômico regional integrado, o Governo do Estado, elegeu como prioridade a realização de investimentos em estradas localizadas na Região Mossoroense, considerando que a região possui uma produção econômica diversificada, centrada principalmente na agricultura irrigada, cajucultura, carcinicultura, sal marinho, produção de petróleo e gás natural, cimento e turismo regional, constituindo-se numa das regiões mais dinâmicas do estado, no entanto, possui obstáculos à expansão



Rio Grande do Norte

econômica devido às deficiências registradas no sistema de transportes, quer seja pela inadequação e insuficiência de estradas, quer seja pela falta de opção de modalidades de transporte mais baratas, além do fato de estarem distantes dos principais pontos de ligação das rotas de exportação – portos e aeroportos – sendo que os mais próximos e que, portanto, podem ser utilizados, se encontram a distâncias superiores a 250 km da região, em Natal e Fortaleza (CE).

**Figura 8.** Classificação geral das estradas do Rio Grande do Norte, 2010.



Fonte: CNT. Pesquisa CNT de Rodovias, 2010.

Cabe ressaltar que o comportamento futuro da economia potiguar depende significativamente dos investimentos em implantação, os previstos ou aqueles em estágio avançado de negociação, podendo consolidar ou ampliar o movimento recente da economia estadual. Entre as ações em execução ou previstas para o horizonte de médio e longo prazos merecem registro as seguintes:

- Investimentos em iniciativas de exploração de energia eólica;
- Exploração de petróleo, com destaque para a refinaria potiguar Clara Camarão;
- Produção de gás natural;
- Implantação de zonas de processamento de exportação - ZPE;
- Implantação do terminal pesqueiro de Natal;
- Modernização da malha viária;
- Construção do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante; e
- Projeto Arena das Dunas e obras de Infraestrutura para a COPA 2014.

Com relação ao evento da Copa do Mundo 2014, onde Natal será cidade-sede, destacamos a necessidade de investimentos em ações



Rio Grande do Norte

duradouras que tenham reflexos positivos pós COPA e que contribuam para a sustentabilidade ambiental e econômico-financeira do Estado.

Por conseguinte, um setor que deve ser fortalecido é o de turismo, principalmente considerando os recursos naturais, as condições ambientais e as paisagens únicas e ainda preservadas existentes no Estado.

O Rio Grande do Norte é beneficiado com a insolação durante 300 dias do ano, com 410 Km de faixa litorânea, onde se destacam praias de rara beleza com extensas áreas de dunas, contando ainda com a riqueza dos manguezais, as lagoas, a mata atlântica, e os sítios arqueológicos, no interior.

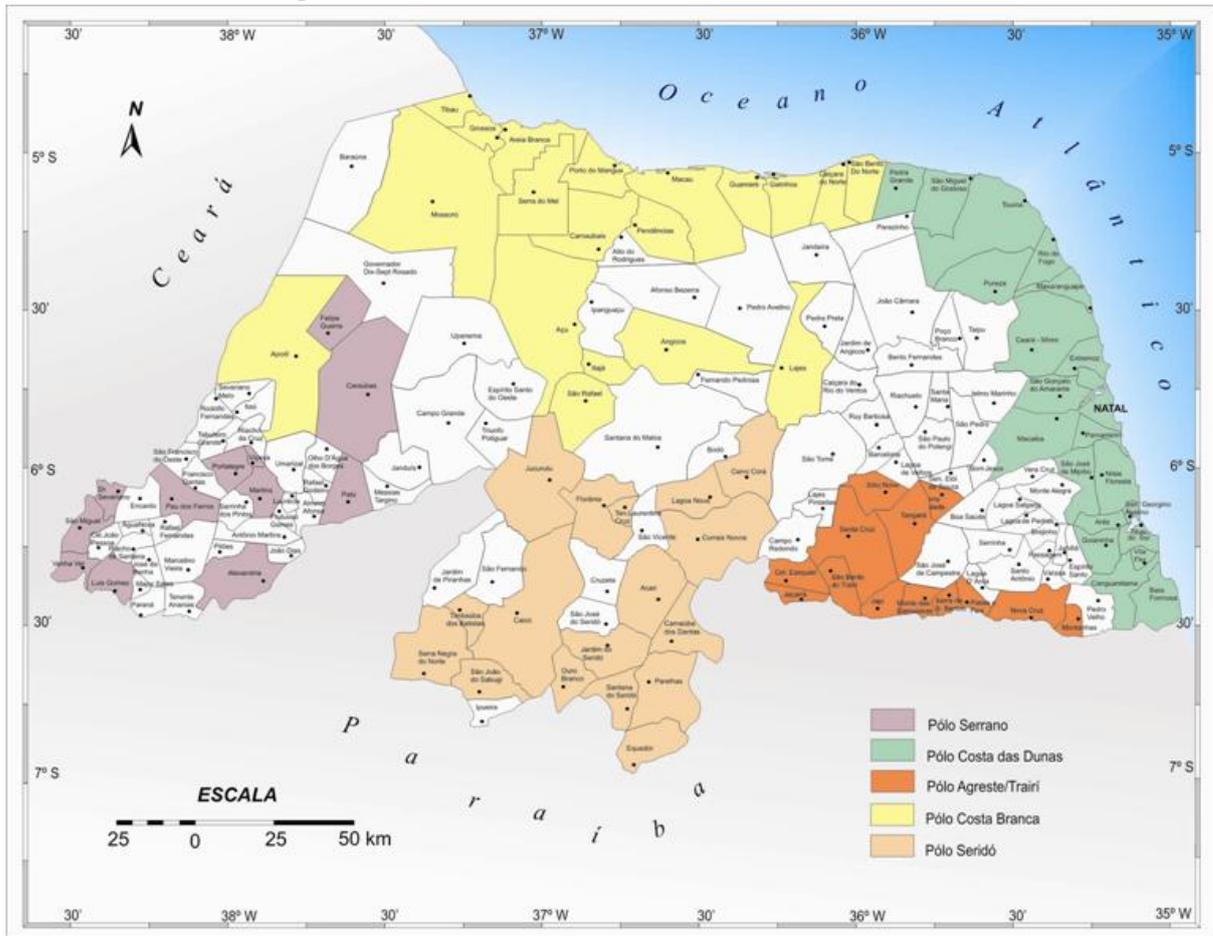
É nítida a importância econômica que o turismo assume como gerador de renda, empregos e receita no Estado, constituindo o segmento econômico que mais emprega no Rio Grande do Norte, cerca de 120 mil postos atualmente, e ainda possuindo outras 56 atividades atreladas, direta ou indiretamente, com enorme potencial e perspectiva de incremento, face às peculiaridades do seu produto, que o privilegia frente aos polos turísticos concorrentes.

Como forma de promover a interiorização do turismo, tendo como objetivo central aumentar as fontes de renda e o emprego formal no setor para que este não fique apenas concentrado em Natal e arredores, o governo estadual criou cinco polos turísticos, cada um com temas turísticos definidos, (apesar de não ser restrito a), conforme estabelece as diretrizes do Plano de Regionalização do Turismo 2007/2010, do Governo Federal.

Os Polos reúnem municípios com potencialidades turísticas semelhantes como forma de promover a estruturação e o planejamento do desenvolvimento do turismo sustentável, respeitando as tradições e as práticas sociais e culturais, além de promover o desenvolvimento do turismo seletivo e organizado, gerador de ganho econômico e social.

Assim, pretende-se que os recursos turísticos nas diversas regiões do estado se transformem efetivamente em produtos turísticos, propiciando o desenvolvimento sustentável da atividade, com a valorização e a proteção do patrimônio natural e cultural e o respeito às diversidades regionais.

**Figura 9. Polos Turísticos do Rio Grande do Norte, 2010**



Fonte: SETUR-RN, PDITS, 2010.

O **Polo Costa das Dunas** é o nome turístico dado a região do litoral leste do estado do Rio Grande do Norte. Porta de entrada do Estado, localizado no litoral oriental, baseia-se no turismo de sol e praia com suas belíssimas praias, lagoas, falésias, dunas e o maior cajueiro do mundo. Em relação à vegetação do Polo Costa das Dunas, este apresenta, predominantemente, duas formações distintas de vegetação, diretamente influenciadas pelos fatores climáticos e o tipo de solo: a Caatinga e a Mata Atlântica.

O Polo registra a existência de cinco Unidades de Conservação - UCs instituídas até 2009. São dois parques estaduais (Parque Estadual Dunas do Natal, e Parque Estadual Mata da Pipa), e três Áreas de Preservação Permanentes – APAs (Jenipabu, Bonfim-Guaraira, e Recifes de Corais).

O **Polo Costa Branca** é o jargão turístico dado a uma região no estado do Rio Grande do Norte. Essa região se localiza no Oeste Potiguar e possui uma geografia plana e o seu nome é uma referência as paisagens



Rio Grande do Norte

da região, pois predominam as dunas e as salinas com imensos morros brancos. Apesar de abranger municípios litorâneos, tem sua vocação voltada para o desenvolvimento de turismo regional, considerando o fluxo de visitantes do próprio estado e dos estados vizinhos, atraídos por festas populares, além do turismo de negócios motivado pelo potencial econômico da região e nos atributos naturais.

Existem atualmente duas UCs na região do Pólo Costa Branca, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão e a Floresta Nacional Assú. Três APAs estão em fase de criação: a APA Dunas do Rosado, APA das Carnaúbas e Cavernas. Outras áreas de reserva floresta importantes estão localizadas em assentamentos populares espalhados pela área do Polo.

A beleza dos ecossistemas, a biodiversidade e a importância desses ambientes (Polo Costa das Dunas e Costa Branca) conferem a essas regiões a oportunidade de desenvolvimento do turismo sustentável, ou seja, a integração de objetivos entre as políticas de desenvolvimento da atividade e de gestão do meio ambiente, pois seus principais atrativos estão protegidos pela legislação ambiental.

O **Polo Serrano** é o nome da área turística do estado do Rio Grande do Norte que constitui a área da Serra Potiguar marcada pelo clima ameno em pleno interior nordestino, que varia entre 16° a 22°. Situado no semi-árido nordestino, o Polo Serrano é a atração dos adeptos do ecoturismo, pela geografia favorecida com montanhas e grutas.

A Serra de Martins é a mais conhecida, visto pelo seu clima ameno e por sediar o mais importante festival gastronômico do Estado, que é realizado anualmente no mês de julho.

O **Polo Agreste/Trairi** é o nome turístico dado a área turística do sertão nordestino no estado do Rio Grande do Norte. É excelente para a prática do turismo de aventura pelas suas serras, rochas e lajedos. Em qualquer uma das 13 cidades que formam esse pólo é possível apreciar os tradicionais festejos juninos e religiosos, além das famosas vaquejadas e culinária típica. Com a construção do Alto de Santa Rita de Cássia espera-se que se transforme em um famoso pólo de turismo religioso.

O **Polo Seridó** - localizado ao sul do estado do Rio Grande do Norte em pleno sertão nordestino se baseia no turismo rural e é constituído por ecossistemas naturais, possuindo uma vegetação única: a Caatinga. Faz parte do Nordeste semi-árido e abrange importantes sítios arqueológicos, que registram a presença do homem pré-histórico, através de enigmáticas inscrições rupestres. Destacam-se ainda as manifestações e usos tradicionais e populares, e eventos programados (festas populares, religiosas, comemorações cívicas, gastronomia, artesanato, feiras e mercados).

Os cursos d'água, açudes e barragens possibilitam também algumas atividades relacionadas aos esportes náuticos, recreação e contemplação (principalmente no "inverno", quando o fenômeno da "sangria" da linha de água atrai milhares de pessoas à região).



Geologicamente, o Polo compreende rochas antigas e metamórficas, comumente denominadas de terrenos cristalinos. Estas condições contribuem para a formação de minerais importantes e alguns tipos de gemas, como a água marinha, turmalina e o quartzo. O relevo do Polo se caracteriza por formas onduladas, predominando os tabuleiros, separados por vales de fundo plano.

Atualmente, o Polo tem quatro UCs: a Estação Ecológica do Seridó; o Parque Estadual Florêncio Luciano; a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Sernativo, e a RPPN Stoessel de Brito.

A situação atual no Estado reflete a perspectiva da atividade turística, mais consolidada no Polo Costa das Dunas, porém, bastante incipiente nos demais polos, necessitando da adoção de medidas de incremento no setor, especialmente a alocação de recursos no desenvolvimento da capacidade de gestão municipal e a melhoria da infraestrutura e serviços básicos, visando melhorar a acessibilidade aos destinos turísticos, e prover os serviços públicos adequados aos fluxos turísticos (abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário, urbanização de áreas turísticas, melhorias na rede rodoviária) e a integração do turismo regional às cadeias produtivas e arranjos práticos locais, fortalecendo iniciativas para desenvolver e valorizar os recursos turísticos.

Nas ações que geram intervenções territoriais, devem ser incluídas medidas que condicionem a execução de obras administradas segundo um protocolo de gestão ambiental, assegurando o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis.

Diante do quadro exposto, conclui-se que a evolução do desenvolvimento do Rio Grande do Norte depende de condicionantes externos, mas também do movimento de um conjunto de fatores internos, necessitando de um amplo programa de inversões em infra-estrutura física, pesquisa e difusão tecnológica, saúde, educação, turismo, além de investimentos no setor produtivo com base em atividades sustentáveis e na economia solidária.

Referidos investimentos possuem o potencial de fortalecer a base produtiva regional, de forma a reduzir as perdas comerciais, financeiras e tributárias, permitindo que o Rio Grande do Norte cresça economicamente e de forma sustentável com inclusão social, possibilitando ainda mais a redução da pobreza, a melhoria das condições de emprego e taxas de oportunidade, com elevação substancial do Produto Interno Bruto e bem estar para a sociedade potiguar.

### ➤ **Serviços de Saúde no Rio Grande do Norte**

O Sistema de Saúde do Rio Grande do Norte, semelhante ao dos demais estados do Brasil, está voltado para os cuidados agudos havendo uma dicotomia no cuidado onde as doenças crônicas hoje ocupam grande preocupação na agenda do gestor considerando o envelhecimento da população nas últimas décadas. Por outro lado, crescem os agravos



Rio Grande do Norte

decorrentes da violência, especialmente nos centros urbanos avançando para as pequenas cidades.

O Estado encontra-se desaparelhado em equipamentos tecnológicos e recursos humanos tendo em vista a fragmentação do modelo assistencial resultando numa ineficiência, ineficácia e, conseqüentemente, numa baixa efetividade na resposta a população.

O princípio da integralidade defendido pelo Sistema Único de Saúde – SUS, tão necessário na concepção da linha de cuidado, acaba sendo um dos maiores desafios para o Estado. É imperiosa a necessidade da horizontalidade na oferta de serviços de saúde, fortalecendo a relação interfederativa, pautada nos indicadores epidemiológicos e sociais.

O Rio Grande do Norte, assim como o Brasil, tem experimentado uma rápida transição demográfica e epidemiológica. A partir de mudanças socioeconômicas e no estilo de vida da população associadas à queda da taxa de fecundidade e ao processo acelerado de envelhecimento e de urbanização, modificou-se o perfil de morbimortalidade. Observa-se, como conseqüência, uma redução de doenças transmissíveis, concomitante a um aumento na prevalência de doenças crônicas, de diversos tipos de neoplasias especialmente, câncer do colo do útero e de mama, bem como eventos relacionados às causas externas (acidentes de trânsito, homicídios e quedas).

Dentre os indicadores de maior impacto na saúde e qualidade de vida da população destaca-se a **taxa de mortalidade infantil**, que embora venha apresentando uma redução acentuada nas últimas décadas, ainda é extremamente elevada para os padrões internacionais. No Estado verifica-se esse decréscimo quando avaliados os anos de 2002 com uma taxa de **21,20/1.000 nascidos vivos** e 2009 com **14,1/1.000 nascidos vivos**, representando uma redução de aproximadamente **32%** (Fonte: MS/Datasus/SIM). A análise dos dados desagregados por componente evidencia que a taxa de mortalidade infantil neonatal em 2009, de 9.75/1000 nascidos vivos (< 30 dias de vida), apesar de decrescente, representa mais que o dobro da taxa de mortalidade infantil pós-neonatal em 2009, de 4.4/1000 nascidos vivos (>30 dias< de 1 ano de vida), indicando a necessidade de intervenção urgente nos serviços de atenção ao parto e recém nascido, bem como na oferta de pré natal pelas unidades de atenção primária.

No tocante à **mortalidade materna**, observa-se um ligeiro crescimento nos últimos anos, o que se configura como uma situação preocupante, levando o governo a **desenvolver o Plano de Redução de Mortalidade Materno-Infantil**, implantado em municípios com taxas elevadas de óbitos.

No Brasil, principalmente na grande maioria dos municípios do Nordeste, incluindo-se o Rio Grande do Norte, a morte materna não é notificada com precisão e ainda sim os índices de mortalidade são bastante elevados.

Entre as principais causas de óbitos maternos, observa-se que ao



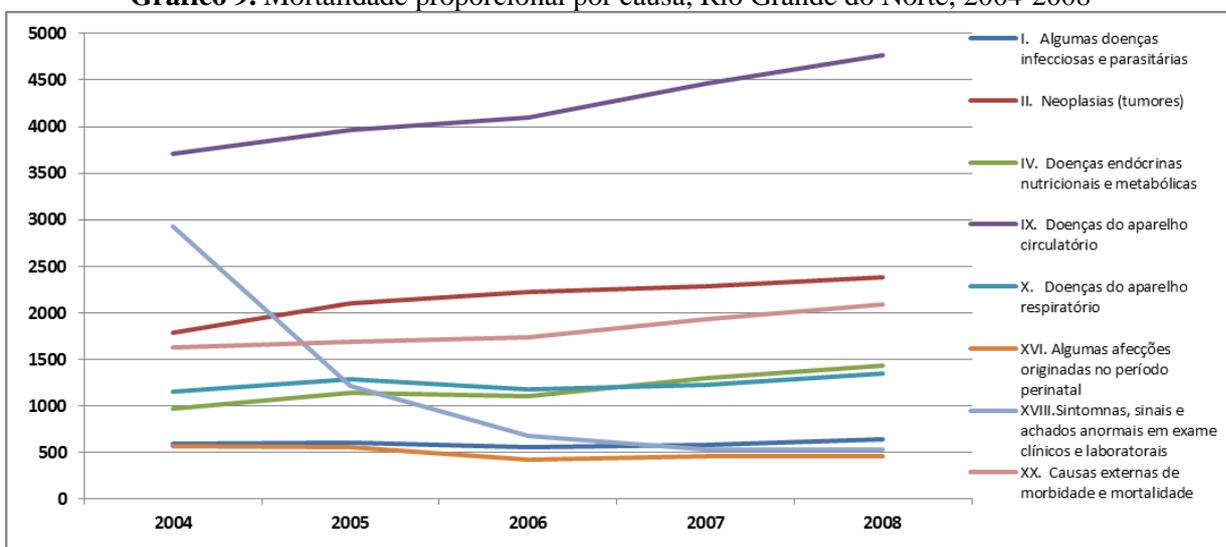
Rio Grande do Norte

longo do período de 2007 a 2010, a hipertensão é a maior causa, correspondendo a 30% de todas as causas no período. Chama atenção também a frequência de causas por infecção puerperal que levam ao óbito.

As informações a seguir apontam para um aumento de óbitos por causas crônicas, seguida das causas externas, aspecto que implica na revisão do modelo de atenção, demonstrando a necessidade de políticas públicas integradas para a abordagem dos problemas.

É importante destacar o aumento significativo dos óbitos por doença do aparelho circulatório, das neoplasias, das diabetes e das doenças do aparelho respiratório. O gráfico 9 apresenta a participação proporcional das causas de óbitos no Estado entre 2004 e 2008. As doenças do aparelho cardiovascular e as neoplasias e as causas externas assumem as primeiras classificações, obedecendo ao mesmo padrão observado para o Brasil motivo pelo qual serão objeto de intervenção no âmbito do Projeto proposto.

Gráfico 9. Mortalidade proporcional por causa, Rio Grande do Norte, 2004-2008



Fonte: MS/Datasus-SIM, 2011

No Estado, a taxa de mortalidade por câncer de mama representa a causa específica mais expressiva de mortalidade das mulheres, com taxa de 5,7 óbitos por 100.000 mulheres em 1997 com aumento progressivo, obtendo uma taxa de 8,6 óbitos por 100.000 mulheres em 2007, enquanto que por câncer do colo do útero decresceu de 5,4/100mil em 1997 para 3,3/100mil mulheres em 2007, situando-se abaixo da taxa do Brasil neste ano (4,8/100.000 mulheres).

Considerando a situação descrita a governo do Estado elegeu como áreas prioritárias as intervenções na **atenção materno infantil, nas ações relacionadas ao câncer e nos serviços de urgência e emergência**. A operacionalização das ações propostas se dará através de



um processo regionalizado dinâmico e articulado, utilizando a divisão geográfica do Estado atualmente composta por oito regiões de saúde.

## **I – Atenção Materno Infantil**

A **Atenção Materno Infantil** será trabalhada com foco na integralidade da assistência prevendo a garantia de acesso a partir da atenção primária até os serviços de alta complexidade, a partir da definição e implantação de fluxos organizados, fortalecimento do sistema de regulação e reestruturação dos leitos de UTI e UCI materna e neonatal.

O princípio da integralidade traduz-se em ações compartilhadas com os municípios onde o Estado desempenhará o papel fundamental de indutor de ações para reorganização da rede de atenção perinatal.

No nível da atenção primária será garantido o acesso ao pré-natal com acolhimento e realização de consultas e exames para todas as gestantes. A rede de serviços de saúde deverá estar preparada para atender gestantes de risco habitual e alto risco, com vinculação unidade básica/hospital e fluxos bem definidos, evitando a peregrinação para o parto, o que a princípio reduzirá, em muito, o risco de complicações.

A área hospitalar passará por um processo de qualificação, visando reduzir os índices de mortalidade materna e neonatal, tanto no aspecto tecnológico como de capacitação dos recursos humanos para o manejo adequado das principais morbidades, incluindo a implantação de leitos de UTI e a garantia de leitos obstétricos, através da implantação das centrais regionais de regulação de leitos.

Para o planejamento, monitoramento e avaliação desta atenção serão utilizados indicadores, destacando-se:

- Taxa de mortalidade maternal;
- Taxa de mortalidade infantil; e
- Taxa de mortalidade neonatal.

## **II – Atenção Oncológica**

Assim como no Brasil e no mundo, a incidência de câncer no Rio Grande do Norte cresce acompanhando o envelhecimento da população em decorrência do aumento da expectativa de vida. Esse crescimento expressivo, demanda dos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) um imenso esforço para ampliar a oferta de atenção adequada aos doentes.

Atualmente, as neoplasias representam a segunda causa de mortalidade no Estado. Nesse sentido se faz necessário um grande investimento na promoção de saúde, na busca da modificação dos padrões de exposição aos fatores de risco para o câncer, entre os quais destacamos a garantia de acesso, com ênfase na ampliação da cobertura



Rio Grande do Norte

assistencial e do acesso dos pacientes aos serviços; garantia da ampliação da prevenção e da detecção precoce com ênfase na adoção de condições para que o diagnóstico e tratamento sejam realizados o mais precocemente possível; a organização da rede de assistência com a abertura de leitos na rede hospitalar e serviços de atenção ao paciente no domicílio dando ênfase a criação mecanismos e desenvolvimento de ações de cuidados paliativos; a garantia do controle de qualidade; a capacitação dos profissionais de saúde da atenção básica; agilidade na incorporação tecnológica e também na mobilização de toda a sociedade.

Serão implementados serviços de referência de média e alta complexidade em centros de diagnóstico e unidades de internação. Para dar suporte ao diagnóstico serão implantados laboratórios públicos de citohistopatologia, além de serviços de mamografia e ultrassonografia, com monitoramento externo de qualidade para estas ações.

De forma transversal serão instituídos mecanismos de monitoramento e avaliação, assim como o processo de educação continuada para profissionais e gestores.

Nesta perspectiva, o Rio Grande do Norte busca organizar e estruturar uma rede de serviços capaz de proporcionar de forma regionalizada e hierarquizada a garantia da atenção integral, bem como o acesso a consultas, exames para o diagnóstico do câncer e ao tratamento capaz de atender a demanda e diminuir as dificuldades existentes.

Para o planejamento, monitoramento e avaliação desta atenção serão utilizados indicadores, destacando-se:

- Razão de exame citopatológico;
- Percentual de exames de mamografia;
- Percentual de exames insatisfatórios;
- Taxa de mortalidade por câncer de colo do útero; e
- Taxa de mortalidade por câncer de mama.

### **III – Atenção Urgência e Emergência**

A demanda por serviços na área de urgência e emergência tem aumentado nos últimos anos, principalmente devido ao aumento do número de doenças cardiovasculares, acidentes e violência, primeira e terceira causa de óbitos no Estado, respectivamente, o que atrelado à insuficiência da estrutura da rede de atendimento contribui para uma concentração dos atendimentos de urgência e emergência em alguns centros.

Para estruturação da rede de atenção às urgências e emergências, no sentido de desconcentrar essa demanda, o Estado está desenvolvendo um estudo de adequação do seu Plano Diretor de Regionalização - PDR, definindo as portas de entrada em hospitais regionais e microrregionais. A rede será complementada com as Unidades de Pronto Atendimento – UPAs e salas de estabilização, além da expansão de cobertura do SAMU



Rio Grande do Norte

192, serviços estes cofinanciados pelo Ministério da Saúde.

A operacionalização da rede de urgência e emergência se dará através da aquisição de equipamentos e capacitação de pessoas para as portas de entrada das unidades de saúde definidas; da ordenação de fluxos de referência através de regulação médica pelos complexos reguladores regionais; e da ampliação de leitos de UTI adulto e pediátrico.

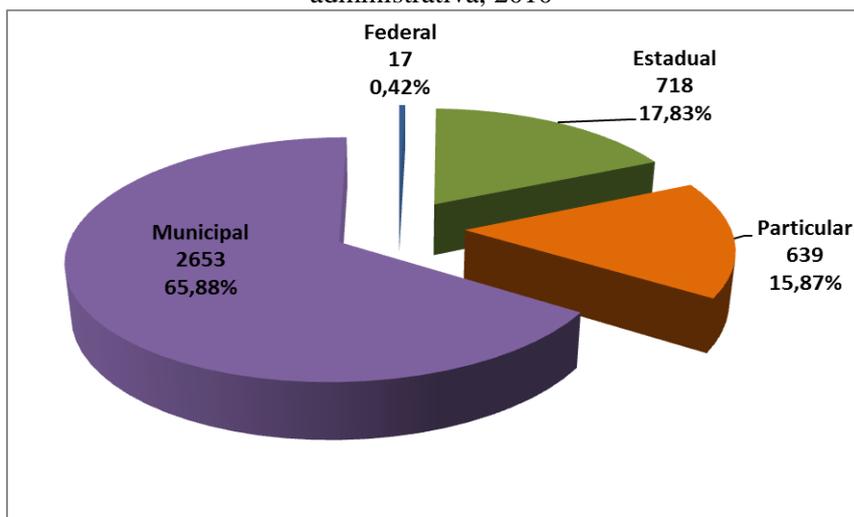
Para o planejamento, monitoramento e avaliação desta atenção serão utilizados indicadores, destacando-se:

- Taxa de mortalidade proporcional por causas externas; e
- Taxa de mortalidade proporcional por doenças cardiovasculares.

### ➤ A Educação no Rio Grande do Norte

O Rio Grande do Norte apresenta um contingente populacional de 929.144 habitantes matriculados nas redes pública e privada, representando 29,32% da população total do Estado (IBGE 2010), distribuídos em 4.027 estabelecimentos escolares, dos quais 718 da rede estadual (dados da matrícula inicial/2010, do Censo Escolar).

**Gráfico 10.** N° de Estabelecimento de Ensino do Rio Grande do Norte, por dependência administrativa, 2010



Fonte: INEP/SEEC/ATP/GAEE, 2011

Desse contingente, 449.741 estão compreendidos na faixa de 7 a 14 anos de idade, sendo 437.992 matriculados no ensino fundamental, correspondendo a 97,39% dessa faixa etária. Considerando a faixa etária compreendida entre 6 e 14 anos, cuja população é de 498.880, estão matriculados 456.244, correspondendo a uma taxa de atendimento de 91,45%, haja vista que parte desse contingente (com a idade de 6 anos)



encontra-se matriculada na educação infantil. Essa situação requer um reordenamento da matrícula, na perspectiva do atendimento ao ensino fundamental de 9 anos, conforme preceitua a lei vigente.

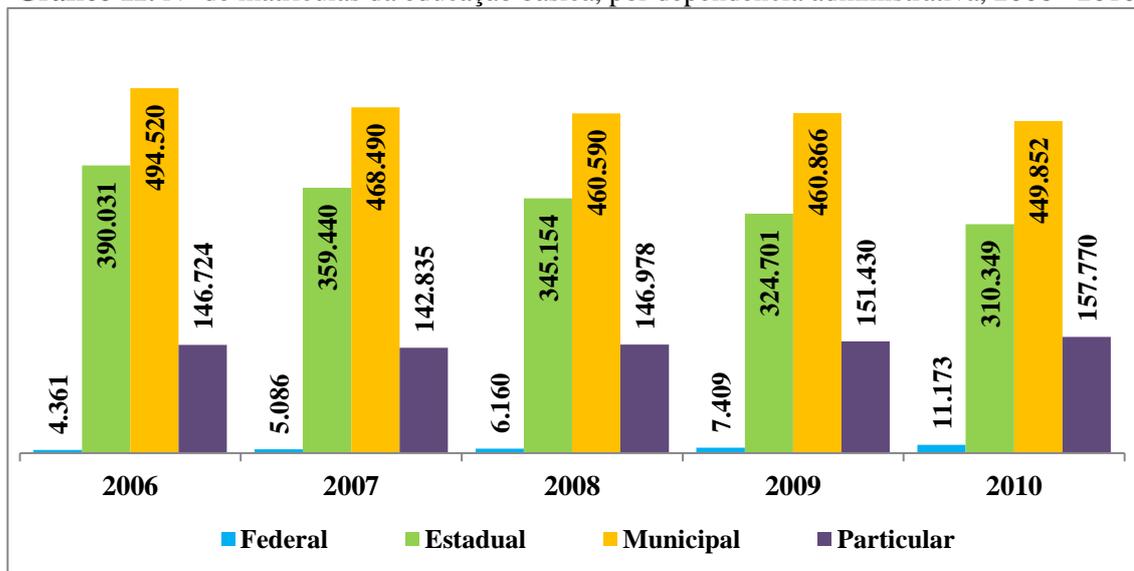
Quanto à faixa de 15 a 17 anos, que conta com uma população de 184.825 habitantes, 77.246 estão matriculados no ensino médio, correspondendo a 41,79%, o que exige uma maior ampliação da oferta no sentido de cumprir o novo princípio constitucional de expansão da obrigatoriedade escolar, de forma progressiva.

Do total de alunos matriculados no Estado, a rede estadual conta com 297 alunos na educação infantil, 142.409 no ensino fundamental, 125.395 no ensino médio, 42.049 na educação de jovens e adultos e 199 alunos na educação profissional, totalizando 310.349 matrículas, o que representa 33,40% da população atendida na educação básica no Estado.

Além disso, apesar de dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD, que acusam a redução da taxa de analfabetismo no Rio Grande do Norte de 22,3%, em 2004, para 18,1%, em 2009, esse índice encontra-se ainda acima da média nacional, sendo também muito elevado em relação ao percentual da população alfabetizada do Estado.

Nos últimos cinco anos, os números do Censo Escolar apresentam dados preocupantes relativos ao decréscimo das matrículas no Estado, particularmente na rede estadual de ensino, como mostra o gráfico seguinte. As possíveis causas para esta realidade residem no quadro de municipalização crescente do ensino fundamental, frente ao descrédito permanente quanto ao ensino oferecido na rede estadual de ensino.

**Gráfico 11.** Nº de matrículas da educação básica, por dependência administrativa, 2006 - 2010



Fonte: INEP/SEEC/ATP/GAEE, 2011

Frente ao exposto, encontra-se caracterizada, no âmbito do Estado, a necessidade de um reordenamento da oferta na rede de ensino



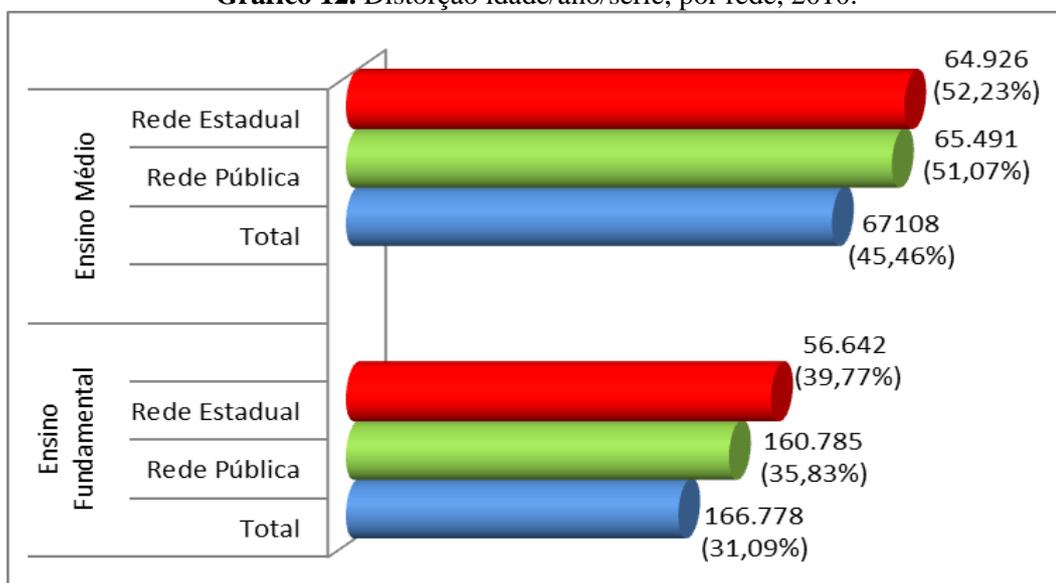
Rio Grande do Norte

de modo a fazer frente, de um lado, às demandas por expansão do ensino médio e, por outro, à realidade de queda de matrículas.

Outro dado crítico do Estado diz respeito à distorção idade/ano/série escolar, aspecto em que a rede estadual também se destaca negativamente em relação às demais redes. Segundo o Censo Escolar, no ensino fundamental, 39,77% dos alunos matriculados na rede estadual encontram-se fora da faixa etária adequada aos respectivos anos de escolaridade, contra 35,83% de toda a rede pública e 31,09%, considerando-se a matrícula de todas as redes. Nessa etapa de escolaridade, os dados mais críticos correspondem ao 6º ano, cujo percentual na rede estadual é de 54,51%.

Os dados do ensino médio são ainda mais preocupantes, merecendo uma atenção especial do Estado, principalmente por se tratar de uma etapa do ensino de responsabilidade exclusiva deste. De acordo com o Censo Escolar 2010, a distorção idade/série, nessa etapa, apresenta os seguintes percentuais: 52,23% na rede estadual, 51,07% em toda a rede pública, e 45,46% no total de todas as redes.

**Gráfico 12.** Distorção idade/ano/série, por rede, 2010.



Fonte: INEP/SEEC/ATP/GAEE, 2011

As taxas de abandono escolar no Estado, igualmente críticas, são as seguintes: no ensino fundamental, 8,96% na rede estadual, contra 6,77% em toda a rede pública e 5,70% quando se consideram todas as redes. O ensino médio, por sua vez, apresenta uma taxa de 20,46% na rede estadual, 19,78% em toda a rede pública e 17,29% no total das redes.

Os dados relativos a abandono, aprovação e reprovação, em números absolutos, são apresentados no quadro seguinte:



Rio Grande do Norte

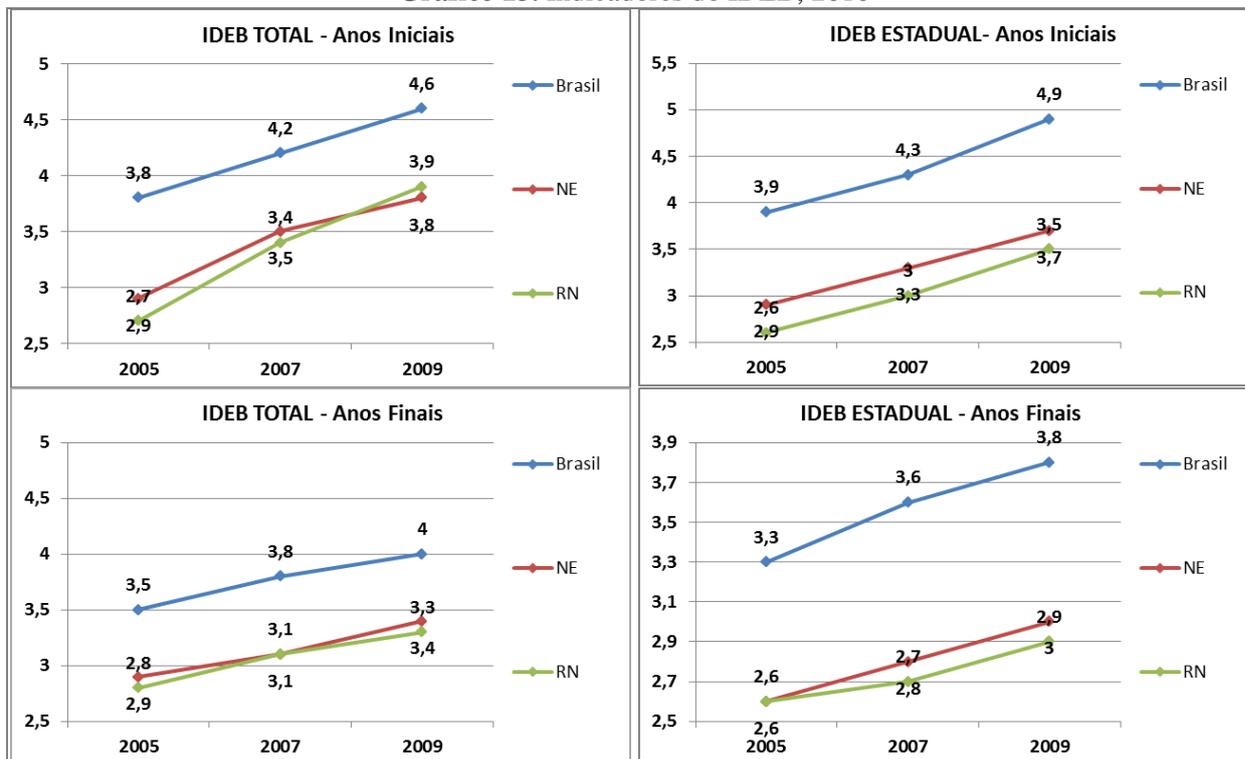
**Quadro 3.** Rendimento Escolar do Rio Grande do Norte, em números absolutos, 2010

Rede	Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Aprovado	Reprovado	Abandono	Aprovado	Reprovado	Abandono
Total	406.334	78.195	29.266	110.853	9.607	25.173
Pública	325.679	74.374	28.898	93.232	8.436	25.061
Estadual	99.038	24.786	12.181	89.282	7.799	12.181

Fonte: INEP/SEEC/ATP/GAEE, 2011

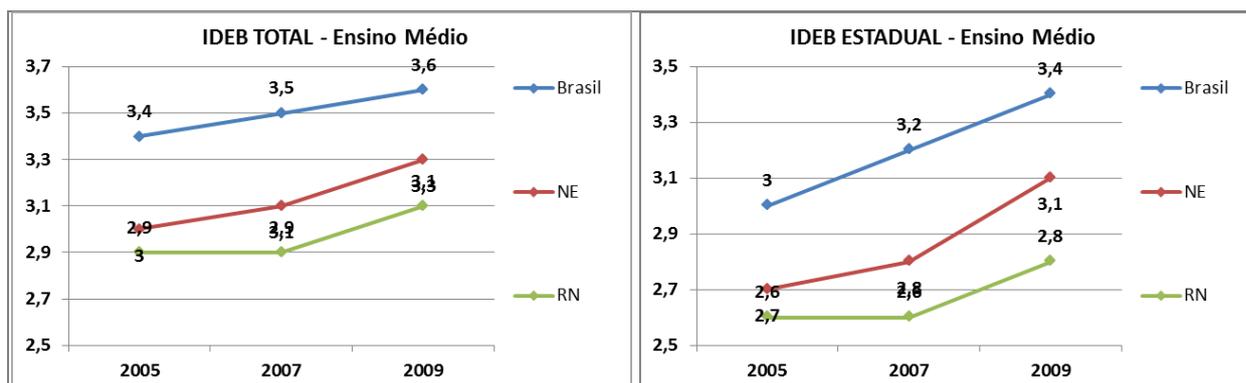
Os indicadores acima mencionados revelam, em seu conjunto, um quadro preocupante relativo à educação pública no Estado, com particular ênfase na rede estadual, repercutindo diretamente sobre o desempenho escolar, quando se observa que este apresenta resultados abaixo da média nacional nas avaliações oficiais do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/MEC). Considerando-se especialmente os resultados da rede estadual, observa-se que os indicadores situam o Estado abaixo do desempenho médio da região Nordeste, assim como do país, conforme demonstrado a seguir.

**Gráfico 13.** Indicadores do IDEB, 2010





Rio Grande do Norte



Fonte: INEP/SEEC/ATP/SUAVE, 2010

Uma série de razões tem contribuído para esse quadro, entre elas destacam-se:

- descontinuidade da gestão em razão de excessivas mudanças de dirigentes da Secretaria de Educação: ao longo de 8 anos a SEEC contou com 10 Secretários;
- ausência de um projeto de educação cujo foco se volte para a escola e para o acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem;
- pouca efetividade dos cursos de formação continuada (dispersos e distanciados das necessidades de formação dos professores) para fazer frente aos inúmeros desafios da educação contemporânea;
- desestímulo do professorado em razão da ausência de assistência didático-pedagógica e melhores condições de trabalho;
- precária condição do docente como profissional: implantação tardia de um plano de cargo e salário com pouco avanços nos ganhos salariais e na ausência de uma política de acompanhamento do trabalho docente e seus resultados;
- ausência de política de gestão de dados e informações no âmbito da SEEC e das escolas, o que concorre para a ausência de uma visão sistêmica global para apoio de tomada de decisões;
- fragilidade da gestão escolar e da formação do gestor;
- vulnerabilidade quanto ao controle social, acarretando na fragilidade dos Conselhos Escolares e de outros órgãos colegiados;
- insuficiência dos recursos do FUNDEB (Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério) na complementação financeira, por parte da União, para o Rio Grande do Norte.



Esta situação aponta para a necessidade de intervenções na política educacional do Estado, na perspectiva do fortalecimento da escola pública, pautadas na redefinição de programas, projetos e ações que produzam impactos positivos sobre esses resultados e com atenção especial aos processos de alfabetização, letramento e numeramento em todos os níveis.

Nesse sentido, tornam-se indispensáveis iniciativas que contribuam de forma integrada e articulada para o enriquecimento do processo pedagógico, promovendo a consolidação de todas as ações que dizem respeito à escola e aos órgãos de gestão da Secretaria de Educação, com o foco em resultados, evitando-se a persistente fragmentação dessas ações. Sem medidas dessa natureza, o Estado como um todo, e não apenas a rede estadual, expõe-se ao risco de não promover avanços a médio e longo prazo e, portanto, não cumprir aquilo que é o seu dever constitucional: assegurar o direito à educação pública para todos e todas, com qualidade pedagógica e social.

Apesar do quadro acima descrito e considerando as demandas do atual contexto socioeconômico, o Estado tem envidado esforços na perspectiva de também ofertar educação profissional técnica de nível médio, considerando as demandas regionais para esse segmento, em conformidade com os Arranjos Produtivos Locais. Nesse sentido, mediante convênio com o Governo Federal em 2007, através do Programa Brasil Profissionalizado, a Secretaria deu início à reestruturação de parte da sua rede física de ensino médio no que concerne à ampliação, reforma e construção de unidades escolares.

A consolidação desse processo, contudo, constitui um grande desafio para o Estado, haja vista que a oferta de educação profissional em nível técnico não faz parte da sua tradição de ensino, gerando novas demandas para a educação, particularmente no que diz respeito à constituição de um novo perfil de docentes, de uma assistência técnica especializada que assegure sua implantação com sustentabilidade no sistema estadual de ensino.

Considerando a situação descrita a governo estadual elegeu como áreas prioritárias para **Melhoria na Qualidade da Educação Básica**, as seguintes ações: Modernização da gestão educacional; Melhoria do processo de Ensino-Aprendizagem; Implantação dos padrões mínimos das escolas; Instituição de regime de colaboração entre Estado e Municípios; e Integração da educação na agenda de desenvolvimento regional.

A **Modernização da Gestão Educacional**, com foco na escola, consiste no atendimento a uma necessidade de mudança do modelo de gestão da educação pública, na perspectiva da melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, compreendendo a adoção de medidas que assegurem a sustentabilidade do processo educativo de responsabilidade do Estado. A consecução desse objetivo implica primordialmente o reordenamento técnico, administrativo e pedagógico do órgão central, considerando-se dois eixos de ação:



O primeiro diz respeito ao entendimento do órgão central da Secretaria de Educação - SEEC como instância responsável por: a) definir as políticas educacionais para todo o Estado; b) estabelecer critérios e indicadores para o planejamento do sistema educativo do Estado seguindo as orientações da política nacional da educação; c) normatizar e regular o sistema público estadual e municipal e rede privada de ensino; d) monitorar e avaliar o sistema educacional do Estado; e) oferecer assistência técnica aos órgãos e agências educacionais do Estado; f) complementar os recursos financeiros para os municípios que não atingirem o valor per capita estabelecido para o financiamento da educação básica.

O segundo refere-se a esta instituição como órgão responsável pela gestão, operacionalização e manutenção das escolas públicas estaduais, o que implica na oferta de infraestrutura, financiamento dos materiais didáticos e pedagógicos e outros recursos para as escolas, bem como profissionais da educação, equipamentos, desenvolvimento do currículo e produção de material didático, monitoramento e avaliação dos resultados da aprendizagem dos alunos, além de intervenção no sistema, desenvolvida a partir de um efetivo acompanhamento e da análise desses resultados, inclusive com formação continuada e ações de fortalecimento da gestão escolar.

Para o reordenamento do órgão central, das 16 Diretorias Regionais de Educação - DIREDE e das 718 escolas da rede estadual faz-se necessário:

- analisar, para melhor compreender e propor ações sobre a evolução da demanda educacional e suas variações, em função da dinâmica populacional e do próprio desempenho do sistema educacional;
- mapear as demandas para classificá-las e propor intervenções peculiares às necessidades do sistema educacional no que diz respeito: ao espaço físico das escolas, recursos tecnológicos para uso didático e pedagógico, sistema de informação e comunicação que interligue todo o sistema escolar e administrativo (DRAE, DIREDE, SEEC), quadro de pessoal docente, especialistas e técnico administrativo, material pedagógico, entre outros aspectos. Atendidas essas demandas serão criadas as condições de assistência e acompanhamento adequado do processo de ensino e aprendizagem em seu sentido amplo;
- medir os resultados do sistema e disseminar esses dados para que sejam do conhecimento dos atores educacionais e das famílias, a fim de que se crie um clima positivo de responsabilidade mútua, na busca da melhoria da educação em todo o estado, inclusive no âmbito municipal;
- redefinir e aperfeiçoar o planejamento, a coleta, o tratamento



Rio Grande do Norte

e análise das informações do sistema educacional redefinindo o papel das estatísticas educacionais para o monitoramento e para a avaliação de todo o sistema.

A **Melhoria do Processo Ensino-Aprendizagem** refere-se à redefinição do Programa Curricular da Educação Básica e às metodologias didático-pedagógicas e intervenções educacionais que deverão ser realizadas tomando-se por base dois parâmetros básicos: (a) tipo de problema, natureza e ações para intervenção; (b) capacidade de implementação, incluindo-se a capacidade do sistema de oferecer assistência técnica, didática e pedagógica aos professores e demais profissionais da escola.

As ações requerem a normatização do sistema de apoio para implementação das propostas que ofereçam não somente apoio ao professor, como também instrumentos para acompanhamento/monitoramento/avaliação da atuação deste e do aluno ao longo do ano letivo, objetivando as intervenções cabíveis no processo educativo.

A gestão didática e pedagógica da sala de aula constitui o foco do Projeto de Melhoria do Processo de Ensino e Aprendizagem, mediante a adoção de instrumentos e metodologias voltadas para a inovação da prática pedagógica que identifiquem e possa realizar intervenções positivas no processo de ensino-aprendizagem. Igualmente será valorizada a utilização de ferramentas de apoio aos coordenadores pedagógicos e aos professores, na perspectiva de uma melhor condução da educação voltada para a melhoria do desempenho escolar.

Considerando também que a fragilidade dos municípios quanto à gestão de suas redes de ensino tem uma repercussão direta sobre o desempenho educacional de todo o Estado nas avaliações nacionais, cabe à SEEC, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, oferecer apoio técnico aos municípios, voltado para a adoção de políticas comuns para a melhoria da qualidade da educação e a definição de um padrão mínimo de qualidade para a rede pública.

Atividades propostas:

✓ **Construção das diretrizes e matrizes curriculares da rede estadual de ensino** - compreende a definição do programa curricular correspondente a cada nível e modalidade de ensino, os fundamentos e princípios educacionais, as expectativas de aprendizagens, os conteúdos e respectivas competências e habilidades por área de conhecimento, assim como orientações metodológicas e de avaliação da aprendizagem;

✓ **Desenvolvimento de programa de inovação pedagógica** - objetivando elevar o nível de aprendizagem e de permanência bem sucedida do alunado na escola, a SEEC propõe-se a desenvolver um programa de inovação pedagógica, com foco no professor em sala de aula e, conseqüentemente, na melhoria da gestão do processo de ensino-



Rio Grande do Norte

aprendizagem. Esse programa tem como objetivo maior, construir uma nova relação do professor com a escola, com o seu projeto pedagógico, com um frequente planejamento das atividades da sala de aula, promovendo uma maior interação com o alunado, por meio de atividades de tutoria no contra turno e, conseqüentemente, articulando atividades consoantes com as novas propostas curriculares da rede estadual.

A proposta parte da definição de um conjunto de projetos (focados nas necessidades educativas dos alunos) que serão indutores dos projetos de inovação a serem desenvolvidos pela equipe de professores e equipe do currículo da SEEC. A partir de então, os professores elegem os projetos que melhor respondam às necessidades de sua escola, inscrevem-se no Edital de Convocação do Programa que serão submetidos a uma equipe de análise. Uma vez submetidos e aprovados os projetos, os professores receberão incentivos financeiros e materiais (equipamentos e ferramentas didático-pedagógicos), para permanecerem na escola no contra turno.

✓ **Implantação do Observatório da Vida do Estudante da Educação Básica** - Para um melhor acompanhamento do desempenho escolar dos alunos da rede estadual, propõe-se a criação de um Observatório da Vida do Estudante da Educação Básica – OVEEB, a exemplo do Observatório do Estudante Superior implantado pela UFRN ([www.comperve.ufrn.br](http://www.comperve.ufrn.br)).

O OVEEB constitui-se em um centro de informações estatísticas sobre os estudantes que ingressam e os que já estão matriculados. É uma ferramenta informatizada, de fácil acesso e manuseio, que se coloca a disposição dos gestores (técnico administrativos), professores, familiares e alunos. Possibilita o acesso às informações para a geração de um conjunto de informações atualizadas, de forma individualizada e coletiva, permitindo o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem, o conhecimento da população escolar (características socioeconômicas, trajetórias escolares, familiares, aspirações, expectativas dos estudantes entre outros. Torna-se, ainda, uma importante ferramenta para o acompanhamento da frequência, do desempenho escolar, do abandono e da evasão, de maneira que permitam intervenções preventivas por parte das escolas e da SEEC.

Uma vez implantada tal ferramenta na rede estadual, pretende-se viabilizar a sua implantação no âmbito das redes municipais e privada de ensino, na direção do regime de colaboração, com vistas à conformação de um Observatório do Sistema Estadual de Educação.

Por fim, a SEEC propõe a **integração da educação pública com a agenda do desenvolvimento regional sustentável do Estado**, cujo foco se volta para o desenvolvimento econômico com inclusão social. Para tanto, propõe-se:

- Construção de escolas no campo;
- Alfabetização da população jovem e adulta do campo não



Rio Grande do Norte

- escolarizada;
- Integração da rede de educação profissional, especialmente nos cursos de informática ou tecnologias da informação, agropecuária, agroecologia, fruticultura, apicultura, técnico em meio ambiente, automação industrial, técnico em alimentos, técnico em açúcar e álcool, técnico em recursos pesqueiros, técnico de processamento de pescado, segurança do trabalho, técnico em orientação comunitária, técnico em comércio, técnico em cooperativismo e técnico em reciclagem;
  - Disseminação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE junto aos pequenos produtores rurais, diretores de escolas, DIREDs, Conselhos Municipais na perspectiva do cumprimento da Lei nº 11.947/2009, para a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar no cardápio escolar.

#### ➤ **Gestão Pública do Rio Grande do Norte**

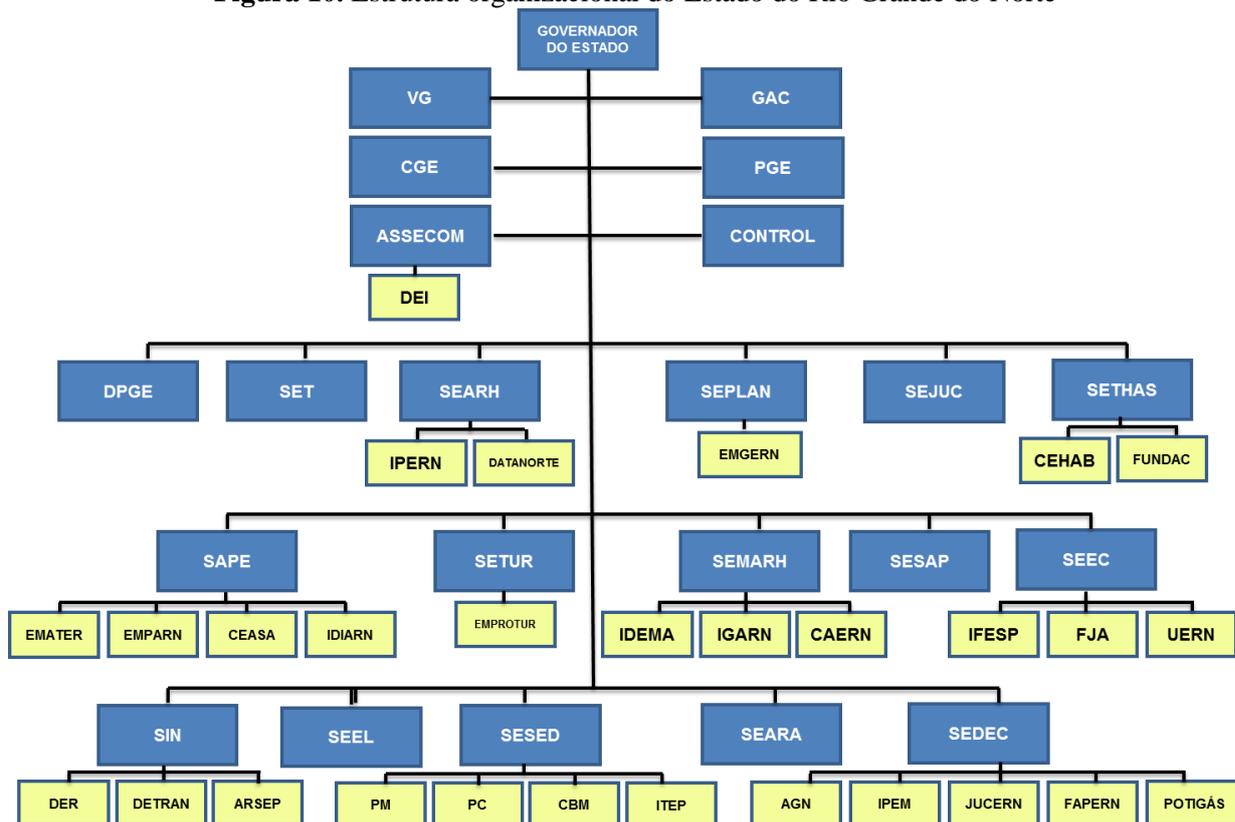
O atual modelo organizacional do Estado do Rio Grande do Norte, regido pela Lei Complementar 163, de 05 de fevereiro de 1999 e suas alterações, é ordenado segundo princípios de hierarquia, de descentralização interna, de articulação de ações, de atuação executiva concentrada nos serviços essenciais, e funções públicas indelegáveis, de promoção de atividades econômicas e de sua regulamentação contra práticas injustas, visando assegurar prioritariamente:

- I – educação, saúde e segurança pública à população do Rio Grande do Norte;
- II – infraestrutura para o desenvolvimento econômico para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Norte; e
- III – atendimento prioritário às populações carentes.

A estrutura organizacional do Estado é bastante complexa, sendo composta por 22 (vinte e dois) órgãos da Administração Direta e 29 (vinte e nove) órgãos da Administração Indireta, agindo de forma separada e, por vezes, descoordenada.



**Figura 10.** Estrutura organizacional do Estado do Rio Grande do Norte

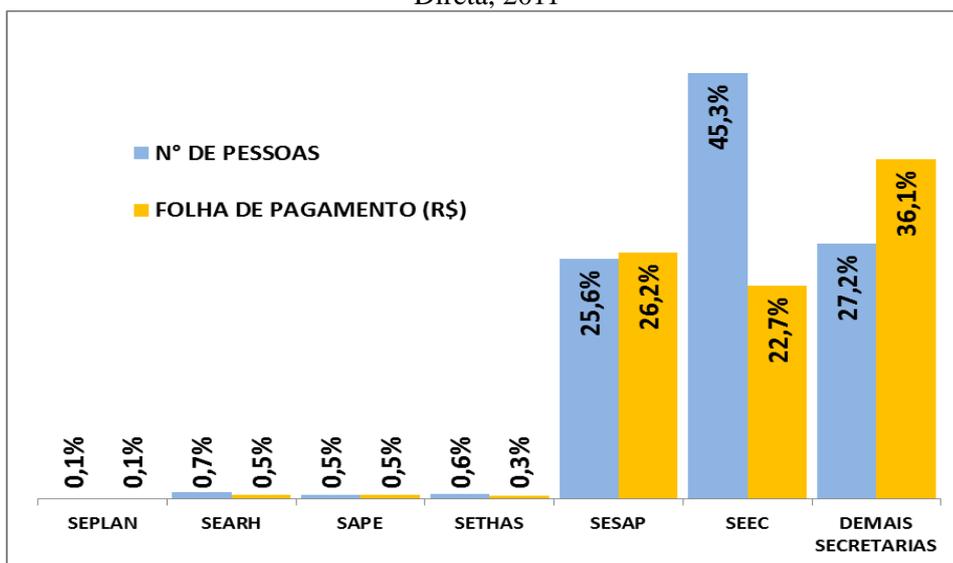


Atualmente existem 102.845 servidores ativos, inativos e pensionistas no Estado, vinculados à Administração Direta e Indireta, representando uma despesa mensal em salários com pessoal no valor R\$ 238.291.202,00, constituindo-se a principal despesa do Estado, cujo comprometimento perante a Receita Corrente Líquida oscila entre o limite prudencial e o limite legal estabelecidos pela LRF. Dentre esses, 43.881 - 51,92% - são servidores ativos da Administração Direta da área de saúde e educação que, juntas, representam uma despesa mensal com pessoal da ordem de R\$ 76.803.595,00, sendo 26,21% da área de saúde e 22,70%, da área de educação (dados SEARH, abril 2011).



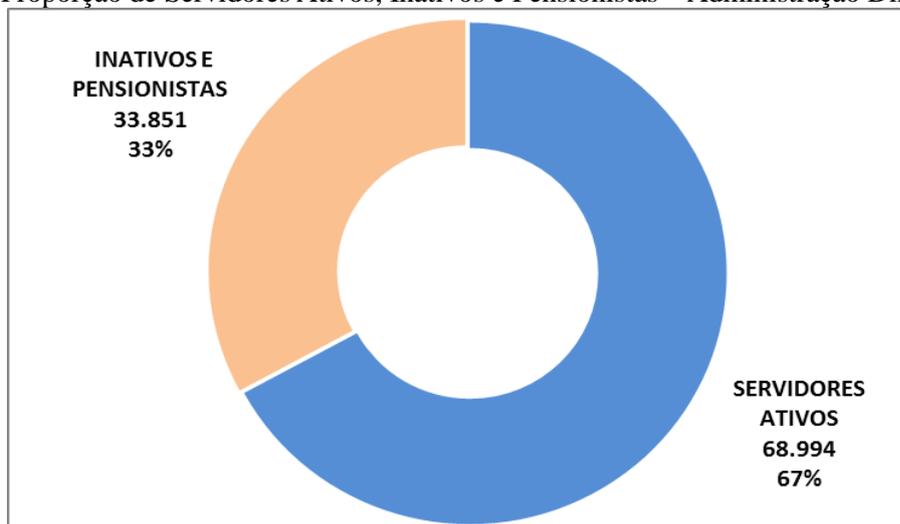
Rio Grande do Norte

**Gráfico 14.** Percentual de Número de Servidores Ativos e Folha de Pagamento da Administração Direta, 2011



Fonte: SEARH, 2011

**Gráfico 15.** Proporção de Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas – Administração Direta e Indireta.



Fonte: SEARH, 2011

Não existe na estrutura administrativa do Estado uma política de recursos humanos que leve em conta os aspectos de capacitação, planos de cargos e salários, gestão por competências, avaliações de desempenho ou outros instrumentos motivacionais, fato este, que desestimula os servidores do Estado no desempenho de suas atividades.

Os sistemas gerenciais existentes não realizam a gestão adequada de receitas e despesas públicas baseada em orçamentos realistas e na transparência de ações, estando funcionando apenas em nível operacional.

Apesar da Lei de Responsabilidade Fiscal ter modificado a



sistemática do planejamento estadual, e da utilização sistemática dos instrumentos de planejamento, tais como PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), LOA (Lei Orçamentária Anual) e Planos de Desenvolvimento Regionais, ainda existem deficiências no processo de planejamento estratégico integrado, onde se percebe a existência de somente um processo de “orçamentação”, pois o planejamento não é aplicado devidamente quando se inicia a execução orçamentária, considerando que não existe uma política estruturada capaz de dar conta do relacionamento entre o planejamento geral e os planejamentos setoriais. Também não existe monitoramento por indicadores de desempenho, capaz de avaliar a sua utilização e os resultados obtidos segundo as metas determinadas, comprovando a gestão ineficiente dos gastos do setor público.

Além disso, é importante destacar que ainda existe no Estado uma grande dificuldade de nivelamento e de conhecimento técnico dos diversos órgãos envolvidos em programas intersetoriais, o que dificulta o planejamento e o acompanhamento das ações estruturantes do governo, embora alguns órgãos possuam processos próprios de planejamento setorial, porém, constituindo-se experiências isoladas, sem representarem uma prática de governo.

Examinada de forma estática a situação das finanças públicas do Estado não é grave. No entanto, existem dois problemas que merecem uma atenção imediata:

- A tendência de comprometimento do equilíbrio fiscal, no médio prazo, devido às pressões na folha de pagamento;
- O crescimento das despesas de custeio da máquina administrativa e a ineficiência na prestação de serviços públicos de saúde e educação.

Portanto, é necessário reverter essas tendências reduzindo a pressão sobre a receita tributária, aumentando a capacidade de investimento do Estado e a eficiência na prestação de serviços públicos. Para tanto, pretende-se fortalecer os investimentos necessários na implantação de sistema de gestão estratégica integrada por resultados, com objetivo de desenvolver a capacidade de planejamento do Estado; reestruturar, racionalizar e aprimorar o funcionamento da administração pública; otimizar a prestação de serviços públicos e a gestão e capacitação de recursos humanos.

Não obstante, é importante destacar que nos últimos anos, a área de gestão o Rio Grande do Norte vem passando por uma fase de disseminação de conhecimento e implementação de novos modelos através de programas modelados de acordo com o Governo Federal. Um exemplo disso é o **Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE** (Governo Federal e BID) e o **Programa de Modernização da**



Rio Grande do Norte

**Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Públicas – PMAE (BNDES)**, que apóiam a modernização institucional da Administração Pública das esferas estaduais, por meio do fortalecimento das capacidades gerenciais, normativas, operacionais e tecnológicas, buscando melhorar a efetividade e a transparência institucional.

O fomento da modernização da administração estadual proposta no PNAGE complementa os esforços de modernização fiscal e tributária empreendidos no âmbito do PNAFE.

#### 1.2.1.2 ESTRATÉGIA DE AÇÃO

O plano de ação do governo do Rio Grande do Norte aponta como principais desafios a serem enfrentados em busca da redução das desigualdades sociais no Estado, os seguintes fatores:

- ✓ Desafio de **FAZER O RIO GRANDE DO NORTE ACONTECER**, aproveitando as oportunidades da conjuntura econômica, para colocar o Estado entre os primeiros do desenvolvimento da região Nordeste;
- ✓ Desafio de desenhar um programa de desenvolvimento social e econômico, capaz de assegurar melhoria da qualidade de vida e prosperidade para o norterio-grandense e de nos preparar para o futuro, dando a todos, a oportunidade de serem, efetivamente, cidadãos;
- ✓ Desafio de atender às carências fundamentais do norterio-grandense, cumprindo as obrigações constitucionais do governo em assegurar os serviços de saúde, segurança e educação, **incluindo todos os segmentos da sociedade no processo de crescimento econômico e de desenvolvimento social**;
- ✓ Desafio de mobilizar pessoas, lideranças, segmentos sociais e empresariais na construção de um novo modelo de desenvolvimento que produza mudanças;
- ✓ Desafio de promover, através de um modelo de gestão participativa, primando pela qualidade e comprometido com resultados, um processo de desenvolvimento sustentável, que assegure exequibilidade, durabilidade, eficiência, eficácia e efetividade em suas ações.

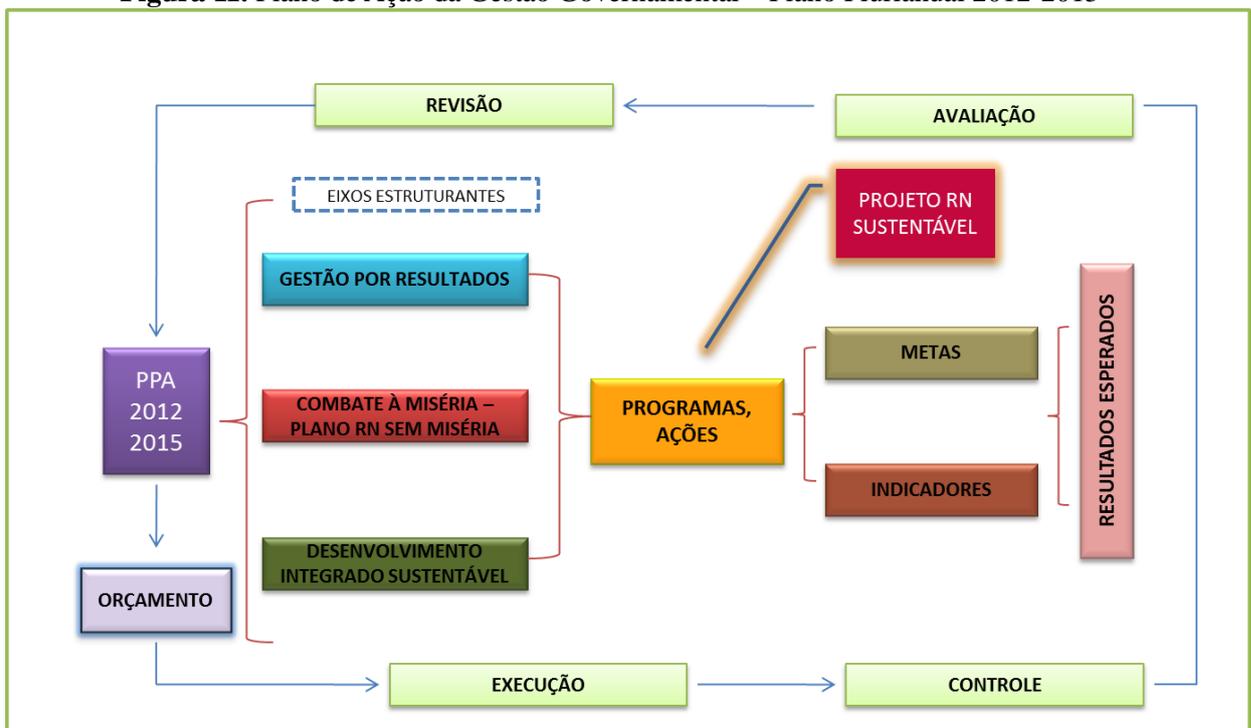
Nesse sentido, o **Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável** foi estrategicamente planejado para atender as diretrizes do Governo do Estado na busca pelo fortalecimento institucional por resultados, aproveitando as oportunidades que se apresentam nesse cenário, apoiadas em um novo padrão de gestão integrada, com a

construção de uma visão estratégica de desenvolvimento de médio e longo prazo.

A proposta é ampliar a capacidade do Estado de funcionar como articulador do desenvolvimento regional, com efeitos sistêmicos multidimensionais (humano-social, econômico, científico-tecnológico, ambientalmente sustentável, político institucional, democrático, regional e local), priorizando ações de saúde; educação; inclusão social e produtiva; convivência com o semiárido e combate à desertificação; infraestrutura social e de logística; e turismo regional, com objetivo maior de promover o desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Norte.

Para tanto, o **Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável** foi definido como um dos projetos estruturantes e estratégicos do Plano Plurianual, considerando que o mesmo prioriza e integra um conjunto de ações multisetoriais pautadas nos três eixos centrais da ação governamental e que representam, em termos concretos, a estratégia de intervenção do Governo do Rio Grande do Norte para o quadriênio 2012-2015 - **Combate à Pobreza – Plano RN Sem Miséria; Desenvolvimento Integrado Sustentável; e Gestão por Resultados**, que irão possibilitar o desenvolvimento integral do Rio Grande do Norte, do ponto de vista econômico, social, humano, ambiental e tecnológico, apoiada por uma gestão pública eficiente e eficaz, possibilitando a elevação da renda e melhoria da qualidade de vida da população potiguar, em especial a população em condições de extrema pobreza.

**Figura 11.** Plano de Ação da Gestão Governamental – Plano Plurianual 2012-2015





Rio Grande do Norte

Dentre os eixos centrais da ação governamental que serão apoiados pelo Projeto merece destaque o **Plano RN Sem Miséria – Programa RN Maior**, cujo objetivo central será promover a inclusão social da população extremamente pobre, tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da pobreza.

O **Plano RN Sem Miséria** articula e integra um conjunto de ações que ensejam a promoção da defesa da vida, a garantia de renda mínima, o acesso a serviços públicos e a inclusão produtiva, visando ampliar as capacidades e oportunidades da população com renda abaixo da linha de pobreza (R\$ 70,00 *per capita*), a partir de estratégias diferenciadas para atendimento de suas distintas necessidades, respeitando as diversidades geracionais e dinâmicas territoriais/municipais.

Assim sendo, para a eficaz execução do **Projeto** proposto, faz-se necessário um aparelho estatal eficiente e que promova a plena conversão dos gastos governamentais em resultados efetivos e mensuráveis para a sociedade potiguar.

Ressaltamos ainda que as oportunidades de desenvolvimento regionais dependem da qualidade de seu capital humano, sendo este um aspecto que será reforçado, uma vez que o conhecimento é cada vez mais determinante para a promoção do bem-estar social, da eficiência da economia, da capacidade de inovação do setor produtivo, do uso sustentável dos ativos ambientais e do bom desempenho das instituições.

A construção de um ambiente econômico competitivo e atrativo aos investimentos pressupõe a captação de inversões produtivas mediante estratégia diferenciada por região, considerando as cadeias produtivas e arranjos produtivos locais, uma vez que cada um dos espaços econômicos do estado é dotado de potencialidades e peculiaridades específicas.

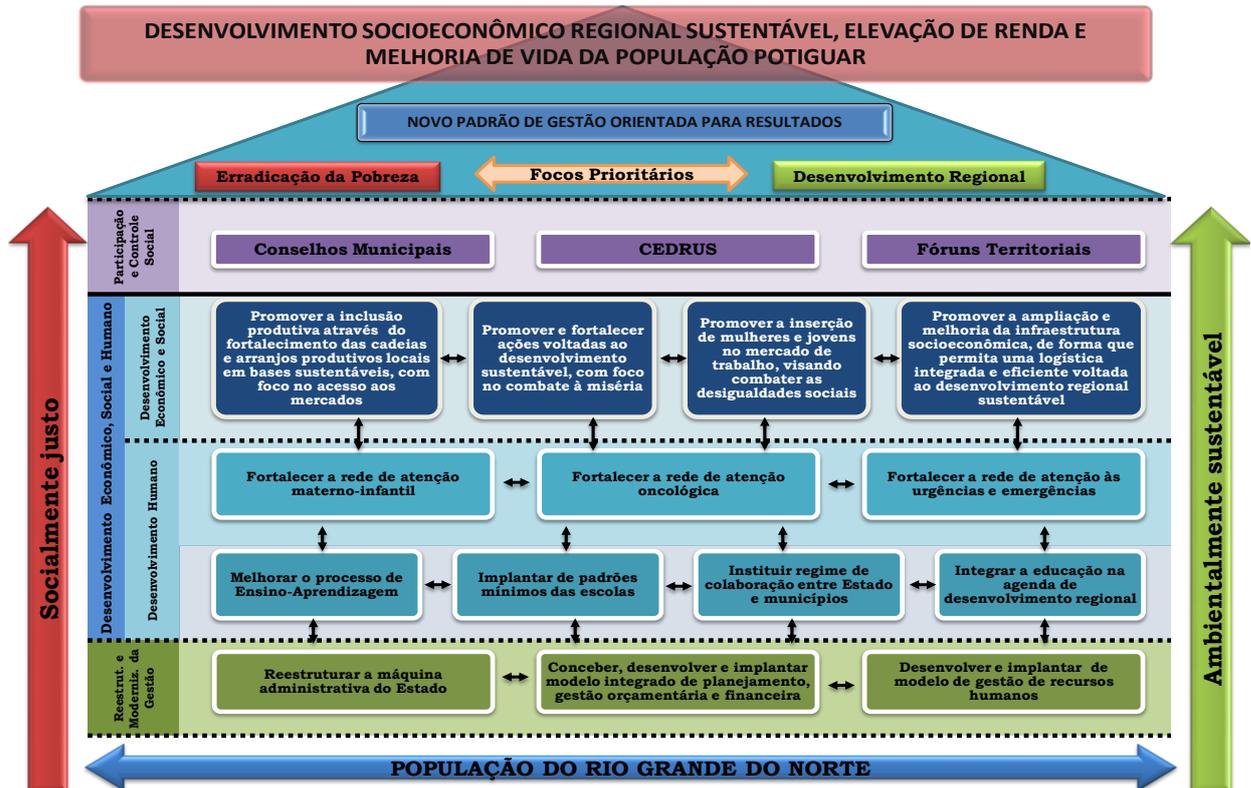
Não obstante, é importante enfatizar que será incentivada a criação de uma sinergia entre mitigação e adaptação às mudanças climáticas e o processo de combate à desertificação, visando melhorias na efetividade das ações propostas no Projeto, conforme preconiza o **Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no Estado do Rio Grande do Norte – PAE/RN**.

O desempenho do Governo passará a ser medido, de um lado, pelos resultados mensurados por meio de indicadores finalísticos de qualidade e ampliação dos serviços e, de outro, pelo custo do governo para a sociedade.

Deste modo, o **Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável** pretende representar a viabilização dos objetivos do Governo do Estado, traçadas nas seguintes ações estratégicas:

- Promoção do desenvolvimento regional econômico, social e humano; e
- Reestruturação e modernização da gestão pública.

Figura 12. Mapa Estratégico do Projeto



### 1.2.1.3 JUSTIFICATIVA PARA A SOLICITAÇÃO DE FINANCIAMENTO EXTERNO

A concepção do **Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte** tem foco em uma abordagem de desenvolvimento regional, envolvendo diferentes setores econômicos e sociais do Estado, apontando, assim, para a necessidade de um maior aporte de recursos, além dos disponíveis no Orçamento Geral do Estado do Rio Grande do Norte.

Cabe ressaltar que os recursos do Tesouro Estadual não são suficientes para atender às demandas de todos os segmentos e setores da sociedade, existindo a necessidade de buscar recursos provenientes de fontes externas, a custos reduzidos em comparação aos financiamentos internos, para complementar as políticas públicas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do Estado.

Neste sentido, o aporte de recursos externos contribuirá de forma complementar aos investimentos do Estado, antecipando os investimentos necessários para o desenvolvimento, destacando, ainda, que o financiamento externo propiciará importantes contribuições sob a forma de apoio técnico, com a incorporação de aspectos positivos de



experiências similares, contribuindo para o gerenciamento, monitoramento e avaliação das ações a serem desenvolvidas pelo Projeto.

#### 1.2.1.4 JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DA FONTE EXTERNA

A definição pela parceria com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial - se justifica por tratar-se de organismo financeiro internacional com expressiva experiência na realização de projetos de similares no Brasil, o que contribuirá tecnicamente para o sucesso do Projeto proposto, considerando que a equipe técnica do Banco Mundial apresenta amplo conhecimento da realidade social, econômica e gerencial do Brasil.

Ressalta-se, ainda, a parceria de mais de 20 (vinte) anos do Banco Mundial com o Governo do Rio Grande do Norte no financiamento do Projeto de Redução da Pobreza Rural – PCPR, finalizado recentemente com resultados positivos no desenvolvimento sustentável e no combate à pobreza no Estado. Atualmente, o Banco Mundial financia no Estado o Programa de Desenvolvimento Sustentável e Convivência com o Semiárido Potiguar – PSP, visando a gestão apropriada dos recursos hídricos para promoção do desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável da região do semiárido potiguar.

Além disso, o financiamento junto ao Banco Mundial tem vantagens comparativas em relação às demais opções disponíveis no Sistema Financeiro Nacional, no que se refere a itens como carência, taxa de juros, prazos de pagamento, entre outros.

#### 1.2.2 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

##### 1.2.2.1 OBJETIVO(S) GERAL(IS)

O Projeto tem como objetivo geral *Promover o desenvolvimento regional econômico do Rio Grande do Norte, com inclusão social e sustentabilidade ambiental, visando contribuir para a erradicação da pobreza extrema e diminuição da pobreza no Estado*, estando organizado em dois grandes componentes:

- **Componente A:** Desenvolvimento Regional Econômico, Social e Humano, e
- **Componente B:** Reestruturação e Modernização da Gestão.

##### 1.2.2.2 OBJETIVO(S) ESPECÍFICO(S)

**Objetivos específicos do Componente A – Desenvolvimento Regional Econômico, Social e Humano:**



Rio Grande do Norte

- Promover a inclusão produtiva através do fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos locais em base sustentáveis, com foco no acesso aos mercados;
- Promover e fortalecer ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, com foco no combate à miséria;
- Promover a inserção de mulheres e jovens no mercado de trabalho, visando combater as desigualdades sociais;
- Promover a ampliação e melhoria da infraestrutura socioeconômica, de forma que permita a logística integrada e eficiente voltada ao desenvolvimento regional sustentável;
- Melhorar a qualidade da atenção à saúde, com ênfase na rede de atenção materna infantil; rede de atenção oncológica; e rede de atenção às urgências e emergências; e
- Melhorar a qualidade do ensino com foco no resultado, aprendizagem e desenvolvimento regional.

#### **Objetivo específico do Componente B – Reestruturação e Modernização da Gestão:**

- Recuperar a capacidade de planejamento e gestão das políticas, programas e projetos de desenvolvimento do Estado.

#### 1.2.2.3 LOCALIZAÇÃO

#### **Componente A – Desenvolvimento Regional Econômico, Social e Humano:**

O **Componente A** será executado em todo território do Rio Grande do Norte, dentro de uma concepção estratégica de desenvolvimento econômico e social sustentável, tendo por referência as 08 (oito) regiões de desenvolvimento do estado.

No entanto, o Projeto concentrará esforços no desenvolvimento de regiões com dificuldades para a geração de emprego e renda, dinamizando a economia local e beneficiando os municípios com maiores problemas relacionados ao baixo rendimento econômico, a vulnerabilidade social e degradação ambiental, priorizando a população em condições de extrema pobreza.



**Figura 13.** Regiões de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte



Fonte: Elaboração Própria

**Componente B – Reestruturação e Modernização da Gestão:**

O **Componente B** poderá ser executado em toda estrutura organizacional do Estado, tendo como prioridade as seguintes Secretarias de Governo: Secretaria do Planejamento e das Finanças; Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos; Secretaria da Educação; e a Secretaria de Saúde.

1.2.2.4 BENEFICIÁRIOS

Componente	Beneficiários
<p><b>Desenvolvimento Regional Econômico, Social e Humano</b></p>	<p><b>Desenvolvimento Econômico e Social:</b> as ações do Projeto voltadas ao desenvolvimento econômico e social beneficiarão os agricultores familiares; pequenos e médios produtores rurais organizados em rede; trabalhadores do setor turístico; cooperativas e associações; agroindústrias comunitárias; artesãos; e mulheres e jovens empreendedores.</p> <p><b>Atenção à Saúde:</b> população das regiões selecionadas como beneficiária de forma direta ou indireta, assegurando o atendimento de suas necessidades de saúde, mediante o desenvolvimento do conjunto de ações ofertadas de forma</p>



Rio Grande do Norte

	<p>articulada pelo sistema de saúde.</p> <p>O projeto terá também como beneficiárias as duas esferas de gestão do SUS no Rio Grande do Norte (as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde), na medida em que propiciará a devida e adequada organização gerencial, organizacional e programática, de modo que cada um possa exercer, em plenitude, os papéis que lhes são próprios. A atuação articulada requerida potencializará, também, os meios disponíveis em cada um dos entes federados, evitando-se a superposições de ações e o desperdício de recursos.</p> <p><b>Melhoria na Qualidade da Educação Básica:</b> alunos e profissionais da educação da rede pública estadual e municipal de ensino.</p>
<b>Reestruturação e Modernização da Gestão</b>	<p>Os efeitos das ações que compõem este componente deverão repercutir no conjunto da sociedade potiguar, elevando a capacidade do Estado de prover os serviços públicos necessários ao desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Norte em bases sustentáveis.</p>

### 1.2.3 IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA

#### 1.2.3.1 MEDIDAS PRÉVIAS À EXECUÇÃO DE AÇÕES PREVISTAS NO PROJETO

**1.2.3.1.1 Desapropriação** – Não se Aplica ao Projeto.

**1.2.3.1.2 Reassentamento Populacional** – Não se Aplica ao Projeto.

**1.2.3.1.3 Atos Legais**

Após comunicação da aprovação da proposta pela COFIEIX, será iniciado o processo de preparação do Projeto parceria com o Banco Mundial, tendo como primeira medida legal necessária a promulgação da lei autorizativa do Empréstimo de que trata esta Carta-Consulta, já encaminhada à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte.

A Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças - SEPLAN incluirá o Projeto no Plano Plurianual – PPA (2012-2015) que se encontra em fase final de elaboração.

Cabe ainda ressaltar que o Governo do Estado incluiu a presente proposta nas metas do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Rio Grande do Norte – PAF, pactuado com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN para o período de 2010 a 2012.

**2.2.3.1.4 Contratação de Pessoal**

De modo geral, não há previsão de contratação de pessoal para execução do Projeto a ser financiado.



### 1.2.3.2 AÇÕES PREVISTAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

O **Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável** terá como enfoque dois eixos/componentes principais de desenvolvimento, conforme identificado abaixo:

- **Componente A:** Desenvolvimento Regional Econômico, Social e Humano; e
- **Componente B:** Reestruturação e Modernização da Gestão.

#### **Quadro 4.** Componentes do Projeto

<b><i>A - DESENVOLVIMENTO REGIONAL ECONÔMICO, SOCIAL E HUMANO</i></b>
A.1 – Desenvolvimento Econômico e Social; A.2 - Atenção à Saúde; e A.3– Melhoria na Qualidade da Educação Básica.
<b><i>B–REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO</i></b>
B.1– Concepção, Desenvolvimento e Implantação de um Modelo Integrado de Planejamento, Gestão Orçamentária e Financeira; B. 2 - Reestruturação da Máquina Administrativa e; B.3 – Desenvolvimento e Implantação de Novo Modelo de Gestão de Recursos Humanos.

A seguir estão discriminadas as principais ações previstas que serão implementadas ao longo do período de execução do Projeto, por componente:

#### ***Componente A: DESENVOLVIMENTO REGIONAL ECONÔMICO, SOCIAL E HUMANO***

Para este componente serão disponibilizados US\$ 458,795,031 representando (85,0 %) do valor total do financiamento, visando promover o desenvolvimento regional econômico, social e humano do Estado, por meio dos 03 **Subcomponentes** a seguir:

**A.1 – Desenvolvimento Econômico e Social, compreendendo as seguintes ações:**



Rio Grande do Norte

(i) inclusão produtiva através do fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos locais em base sustentáveis, com foco no acesso aos mercados;

- ampliação e melhoria da base produtiva local e territorial ambientalmente sustentável;
- estímulo às atividades competitivas e inovadoras que possam propiciar geração de renda e agregação de valor aos produtos regionais;
- apoio a investimentos relacionados à certificação do processo produtivo e dos produtos nas atividades de base familiar e de economia solidária;
- promoção e apoio à realização de feiras e eventos, nacionais e internacionais, voltadas à inserção de mercados do público alvo do Projeto;

(ii) promoção e fortalecimento de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, com foco no combate à miséria;

- apoio a investimentos voltados a sustentabilidade socioambiental, convivência com o semiárido e manejo da caatinga, visando à recuperação de áreas degradadas e a reversão do processo de desertificação;
- apoio a investimentos voltados ao acesso das organizações comunitárias aos programas de aquisição de alimentos, com foco nos mercados e na segurança alimentar e nutricional;
- apoio a investimentos hídricos necessários à atividade produtiva, consumo humano e dessedentação animal;
- fomento a inserção das organizações sociais em redes de cooperação solidárias para atuação no desenvolvimento sustentável;
- realização de estudos, planos e diagnósticos, visando fomentar e difundir inovações tecnológicas e fortalecer as cadeias produtivas, com foco na sustentabilidade socioambiental; e
- apoio em ações de capacitação, formação e assistência técnica voltadas ao desenvolvimento sustentável, com foco no público-alvo do Projeto.

(iii) inserção de mulheres e jovens no mercado de trabalho, visando combater as desigualdades sociais;

- apoio em ações voltadas à inserção de mulheres e jovens empreendedores nas atividades produtivas, com foco no mercado de trabalho e na geração de renda.



Rio Grande do Norte

(iv) ampliação e melhoria da infraestrutura socioeconômica, de forma que permita a logística integrada e eficiente voltada ao desenvolvimento regional sustentável;

- apoio a investimentos de infraestrutura voltados ao fortalecimento do turismo regional sustentável; e
- apoio a investimentos de infraestrutura voltados ao fortalecimento das atividades regionais, com foco nos mercados.

A previsão de recursos para este subcomponente é de US\$ 328,975,155 representando (60,9 %) do valor total do financiamento.

## **A.2 -Atenção à Saúde, compreendendo as seguintes ações:**

(i) fortalecimento da rede de Atenção Materno Infantil

A Atenção Materno Infantil será trabalhada com foco na integralidade da assistência prevendo a garantia de acesso a partir da atenção primária até os serviços de alta complexidade, a partir da definição e implantação de fluxos organizados, fortalecimento do sistema de regulação e reestruturação dos leitos de UTI e UCI materna e neonatal, onde estão previstas as seguintes ações/atividades:

- qualificar profissionais da área de atenção primária na classificação de risco, método canguru e cuidados intensivos;
- implantar e monitorar protocolos de atendimento as gestantes nas maternidades;
- construir, ampliar e equipar bancos de leite humano dos municípios de Mossoró e Pau dos Ferros;
- equipar leitos de UTI Neonatal em hospitais e maternidades do Estado e Municípios;
- construir e implantar Hospital da Mulher em Mossoró; e
- reformar, ampliar e equipar maternidades filantrópicas na assistência à mulher e ao recém nascidos do Rio Grande do Norte.

(ii) fortalecimento da rede de Atenção Oncológica

A rede de Atenção Oncológica será trabalhada com foco na ampliação da cobertura assistencial e do acesso dos pacientes aos serviços, a adoção de condições para que o diagnóstico e tratamento sejam realizados o mais precocemente possível e a criação mecanismos e desenvolvimento de ações de cuidados paliativos, com a abertura de leitos na rede hospitalar e serviços de atenção ao paciente no domicílio, onde estão previstas as seguintes ações/atividades:



Rio Grande do Norte

- promover estudos de viabilidades para implantação de Centros de Referência de Atenção à Saúde de Mulher com especificidade em câncer de colo de útero e mama;
- aquisição de equipamentos para Centros de Referência de Atenção à Mulher em Oncologia;
- construção de laboratório estadual de anatomohistopatologia;
- reforma de laboratório estadual de citopatologia; e
- capacitar profissionais de saúde para qualificação nas ações de controle e diagnóstico de câncer de colo de útero e de mama.

(iii) fortalecimento da rede de Atenção de Urgência e Emergência

A operacionalização da rede de urgência e emergência se dará através da aquisição de equipamentos e capacitação de pessoas para as portas de entrada das unidades de saúde definidas; da ordenação de fluxos de referência através de regulação médica pelos complexos reguladores regionais; e da ampliação de leitos de UTI adulto e pediátrico, onde estão previstas as seguintes ações/atividades:

- adequar a estrutura física e adquirir equipamentos para hospitais da rede de urgência e emergência do Estado; e
- capacitar profissionais de 05 hospitais gerais em cuidados intensivos.

A previsão de recursos para este subcomponente é de US\$ 37,652,174 representando (7,0 %) do valor total do financiamento.

**A.3 – Melhoria na Qualidade da Educação Básica, compreendendo as seguintes ações:**

(i) melhoria do processo de Ensino-Aprendizagem

- construção das diretrizes e matrizes curriculares da rede estadual de ensino;
- desenvolvimento de programa de inovação pedagógica (Projetos Inovadores-Bolsa e Aulões para o ensino médio); e
- implantação do Observatório da Vida do Estudante da Educação Básica.

(ii) implantação dos padrões mínimos das escolas

- realização de estudos para definição dos padrões mínimos escolares;
- elaboração dos projetos executivos; e



Rio Grande do Norte

- instalação e adequação das escolas aos padrões mínimos definidos (construção, reforma e equipagem).
- (iii) instituição de regime de colaboração entre Estado e municípios
- definição de um programa de apoio sistemático aos municípios;
  - capacitação focada nas necessidades da melhoria do desempenho profissional dos docentes no processo de ensino-aprendizagem da rede pública ; e
  - promoção da assessoria técnica aos municípios com base na agenda educacional comum constituída.
- (iv) integração da educação na Agenda de Desenvolvimento Regional
- apoio a investimentos de infraestrutura voltados à educação no campo;
  - aquisição de veículos para transporte escolar;
  - integração da rede de educação profissional as cadeias produtivas regionais; e
  - fomento nas escolas para inserção dos agricultores familiares junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

A previsão de recursos para este subcomponente é de US\$ 92,167,702 representando (17,1%) do valor total do financiamento.

### **Componente B: REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO**

Para este componente serão disponibilizados US\$ 81,204,969 representando (15,0 %) do valor total do financiamento, visando o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão do Estado, distribuídos nos seguintes **Sub-componentes**:

#### ***B.1 – Concepção, Desenvolvimento e Implantação de um Modelo Integrado de Planejamento, Gestão Orçamentária e Financeira, compreendendo as seguintes ações:***

- (i) desenvolvimento, teste e implantação de um processo sistemático e continuado de planejamento e gestão estratégica que envolva as estruturas gerenciais do Estado, desdobrando-se de níveis centrais para níveis setoriais e organizacionais, considerando as prioridades de governo;
- (ii) revisão dos processos atuais e remodelagem dos processos e procedimentos geradores de informações gerenciais de apoio à



Rio Grande do Norte

- implementação das ações do governo no âmbito do planejamento, gestão orçamentária e financeira do Estado;
- (iii) instituição e aperfeiçoamento de processos de monitoramento e avaliação de programas e projetos governamentais;
  - (iv) instituição e aperfeiçoamento dos modelos e processos de comunicação e gerenciamento das informações, com estruturação das bases de dados provendo integração entre os sistemas gerenciais de planejamento, gestão orçamentária e financeira adotados pelo Estado –S.I. integrado de planejamento, gestão orçamentária e financeira;
  - (v) complementação da infraestrutura de infovia e inclusão digital do Estado;
  - (vi) aperfeiçoamento dos sistemas de controle e organização patrimonial do Estado;
  - (vii) desenvolvimento e implantação de modelo de contratualização e monitoramento de resultados no âmbito das unidades do governo;
  - (viii) implantação de infraestrutura governamental e equipe de apoio aos investimentos produtivos; e
  - (ix) apoio a implementação do Projeto.

A previsão de recursos para este subcomponente é de US\$ 41,639,752 representando (7,7 %) do valor total do financiamento

**B.2 – Reestruturação da Máquina Administrativa, compreendendo as seguintes ações:**

- (i) realização de análise (com base na experiência de implantação da gestão orientada para resultados), proposição e detalhamento de novo modelo de gestão; e
- (ii) diagnóstico, proposição, detalhamento e implantação de nova estrutura organizacional, incluindo o arcabouço legal, sistemas gerenciais, equipamentos e infraestrutura física da administração estadual.

A previsão de recursos para este subcomponente é de US\$ 26,397,516 representando (4,9 %) do valor total do financiamento

**B.3 – Desenvolvimento e Implantação de Modelo de Gestão de Recursos Humanos, compreendendo as seguintes ações:**

- (i) levantamento e diagnóstico detalhado do quadro de Recursos Humanos do Estado, incluindo necessidades de desenvolvimento de competências;
- (ii) formulação de política de gestão de RH, inclusive remuneratória por esforços e resultados;



Rio Grande do Norte

- (iii) revisão da estrutura de cargos e carreiras, proposição e implantação do novo quadro de pessoal do Governo do Estado;
- (iv) proposição detalhada de programa de qualificação de servidores voltado ao novo modelo de gestão de recursos humanos a ser implantado; e
- (v) apoio a implementação do programa de qualificação de servidores voltado ao novo modelo de gestão de recursos humanos;
- (vi) desenvolvimento, teste e implantação de sistema informatizado de apoio à Gestão de Recursos Humanos, operado via web.

A previsão de recursos para este subcomponente é de US\$ 13,167,702 representando (2,4 %) do valor total do financiamento

### **1.2.3.3 Ações e Etapas Relativas ao Projeto já Realizadas ou em Realização**

Com objetivo de fortalecer e complementar as ações propostas no Projeto pretende-se integrá-las a outras já existentes ou em fase de negociação, elencadas a seguir:

#### **Componente A: Desenvolvimento Regional Econômico, Social e Humano**

**Planos Regionais de Desenvolvimento** – O Rio Grande do Norte consolida o planejamento e a gestão pública estadual em 08 regiões de desenvolvimento com diretrizes expostas em **Planos Regionais de Desenvolvimento Sustentável**, cuja atuação se efetiva através de programas e projetos estratégicos, estimuladores e mobilizadores das potencialidades e oportunidades, de modo a propiciar novas perspectivas para o bem estar da sociedade regional. Os Planos Regionais de Desenvolvimento propõem no que se refere aos APLs “ampliar e consolidar as cadeias ou arranjos produtivos, a partir dos canais de inserção e de agregação de valor para produtos mais elaborados”.

**Programa Semiárido Potiguar - PSP** - O objetivo geral do Programa consiste em criar condições políticas, legais, institucionais, técnicas e operacionais para a gestão apropriada dos recursos hídricos, de forma integral e integradora, visando promover o desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável do Semiárido Potiguar.

Considerando esses objetivos, o Programa foi estruturado a partir da definição de ações de caráter estruturais e não - estruturais. As ações estruturais são relacionadas à implantação de obras e atividades de melhorias e de recuperação de sistemas de abastecimento de água; de implantação de novos sistemas de abastecimento para pequenas comunidades, entre outras ações que irão se reproduzir em todo o território do estado, com uma concentração acentuada na região do



Seridó, considerada como uma área prioritária de atuação do poder público em função de suas características socioeconômicas. Já as ações não-estruturais são relacionadas a questões institucionais e legais de gestão de recursos hídricos que serão objeto de atividades no âmbito do Programa visando melhor capacitar o Poder Público.

**Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca do Rio Grande do Norte -PAE/RN-** O governo do Estado do Rio Grande do Norte, reconhecendo a importância de implementação da agenda do combate a desertificação no Estado, assumiu o papel, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH, de coordenar a elaboração do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAE/RN, envolvendo, nesse processo, as demais instituições e órgãos da sua estrutura executiva, bem como a participação qualitativa da sociedade civil e iniciativa privada. O Programa foi elaborado para definir ações concretas de combate, mitigação e adaptação dos efeitos da desertificação e da seca, que atinge atualmente 96,7 % de todo o território norterriograndense.

**Programa Territórios da Cidadania** - O Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal visa promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável em 160 (cento e sessenta) territórios em todo país, envolvendo 180 (cento e oitenta) ações de 22 (vinte) ministérios e órgãos federais, em 7 eixos estratégicos:

- Direitos e Desenvolvimento Social;
- Organização Sustentável da Produção;
- Saúde, Saneamento e Acesso à Água;
- Educação e Cultura;
- Infraestrutura;
- Apoio à Gestão Territorial; e
- Ações Fundiárias.

No Estado existem 10 territórios rurais, sendo que seis deles fazem parte do Programa Território da Cidadania.

**Quadro 5.** Recursos destinados aos Territórios da Cidadania do Rio Grande do Norte em 2010

Território	Valor Previsto para execução	Executado ate 31/10/2010	% de Execução	Nº de Ações Executadas
Açu-Mossoró	401.088.013	216.277.714	55	59
Sertão do Apodi	140.168.274	60.889.959	44	49
Alto Oeste	150.507.293	71.441.216	48	57
Mato Grande	109.042.174	70.149.682	65	56



Rio Grande do Norte

Potengi	60.429.309	29.447.929	49	48
Seridó	201.251.510	118.943.200	61	55
<b>Total</b>	<b>1.062.486.573</b>	<b>567.149.700</b>	<b>54</b>	<b>-</b>

Fonte: MDA/Territórios da Cidadania, 2010

**Estudos dos APLS e das cadeias produtivas**– Nos últimos anos e Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SEDEC; da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca - SAPE; e do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte – EMATER vem desenvolvendo vários estudos, em parceria com o SEBRAE, UFRN, BNDES e a FIERN, com objetivo de mapear as principais cadeias produtivas e arranjos produtivos locais do Rio Grande do Norte.

Um dos principais estudos desenvolvidos foi o Projeto denominado “Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais do Rio Grande do Norte”, realizado pelo BNDES em parceria com a Fundação Northeriograndense de Pesquisa e Cultura – FUNPEC. O objetivo final do estudo foi realizar uma reflexão sobre as experiências no uso do mapeamento como instrumento de orientações políticas, assim como sobre os resultados obtidos com as políticas para APLs, implementadas no Estado. Assim, foram listados os Arranjos Produtivos Locais existentes no Rio Grande do Norte, identificados as instituições públicas e privadas que promovem algum tipo de apoio aos APLs, bem como elaborada listas com a localização municipal dos diferentes arranjos produtivos locais.

Foram também caracterizados e analisados os grandes projetos federais e seus impactos nos APLs do Rio Grande do Norte, precisamente projetos relacionados ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, à PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo, ao PNLT – Plano Nacional de Logística e Transporte, ao Programa Territórios da Cidadania e às Zonas de Processamento de Exportação – ZPEs.

### **Programa de Desenvolvimento Turístico – PRODETUR II/RN** –

Como em outras operações estaduais do Prodetur Nacional financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, o PRODETUR II tem por objetivo principal aumentar as fontes de renda e o emprego formal no setor de turismo do Estado, mediante a consolidação e a diversificação da oferta turística. O Programa visa contribuir para consolidar os principais destinos turísticos do Rio Grande do Norte e promover a interiorização do turismo por meio da estruturação de destinos descentralizados, além dos destinos tradicionais de sol e praia.

O PRODETUR II é inovador no sentido de introduzir algumas oportunidades para diversificar as fontes para o turismo cultural, valorizando o turismo histórico e arqueológico (e.g., Museu da Rampa e da Aviação, baseado no fato que Natal foi o centro dos roteiros dos inícios da aviação comercial nos anos 30, entre Europa, África e América



Rio Grande do Norte

do Sul, e na presença de tropas americanas durante a Segunda Guerra Mundial; e, Sítios Arqueológicos, na região do Seridó). A região do Programa abrange os municípios da região do Litoral Oriental, Litoral Setentrional e Seridó do Estado, constituindo os Polos: Costa das Dunas, Costa Branca e Seridó, totalizando 52 municípios como área de influência direta do Programa, prevendo investimentos organizados em cinco componentes: Desenvolvimento do Produto Turístico; Apoio a Comercialização do Turismo; Infraestrutura e Serviços Básicos; Fortalecimento Institucional; e Gestão Ambiental.

**Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais** – Programa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que por meio do Núcleo Estadual de apoio aos Arranjos Produtivos Locais, tem como objetivo fortalecer o processo de melhoria das cadeias produtivas existentes e a criação de novas; o incentivo à pesquisa com fomento direto a instituições de pesquisa; a geração e difusão de conhecimentos; a inclusão de pesquisadores em projetos de relevância sócio-econômica, bem como a organização e consolidação de novos grupos e/ou grupos já existentes.

**Centros Vocacionais Tecnológicos** - O Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal (MCT/Territórios da Cidadania), está implantando diversos Centros Vocacionais Tecnológicos como uma política de investimentos em setores estrategicamente selecionados e visíveis, visando o fortalecimento das cadeias produtivas através de desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas aplicadas que levem à otimização dos processos produtivos como um todo, oferecendo aos jovens novas oportunidades de cursos técnicos, de qualificação e treinamento para inserção no mercado profissional, dentre os quais destacamos:

- Centro Tecnológico do Queijo (CT Queijo) – localizado na região Seridó, município de Currais Novos, voltado ao aperfeiçoamento da produção de queijos e derivados;
- Centro Tecnológico Têxtil (CT Têxtil) - localizado na região Seridó, município de Caicó, voltado às demandas das cadeias locais na área de bonelaria, tecelagem, bordados, confecções e facções;
- Centro Tecnológico de Apicultura – localizado na Região Mossoroense, município de Mossoró, concentrando estudos e desenvolvimento da cultura apícola para oferecer aos produtores o suporte técnico para elevar a produção e a qualidade do mel e seus derivados;
- Centro Tecnológico de Aquicultura e Pesca – localizado na Região Mossoerense, município de Areia Branca, voltado para pesquisa, extensão, formação e capacitação da pesca e aqüicultura do Estado;
- Centro Tecnológico de Agronegócios – localizado na Região



Rio Grande do Norte

Mossoroense, município de Mossoró, voltado para o fortalecimento das cadeias produtivas, contemplando inicialmente a fruticultura tropical, a caprinocultura, a bovinocultura e a agricultura irrigada;

➤ Centro Tecnológico de Mineral – localizado na Região Seridó, município de Currais Novos, voltado ao desenvolvimento da mineração do Estado;

➤ Centro Tecnológico de Carcinicultura- localizado na Região Metropolitana, município de Extremoz, voltado para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas que levem a otimização do sistema agroindustrial do camarão no Estado; e

➤ Centro Tecnológico de Bovinocultura de Leite - localizado na Região Metropolitana, município de São Gonçalo do Amarante, voltado para o fortalecimento da área de agroindústria leiteira, envolvendo a obtenção higiênica do leite, elaboração dos seus derivados, controle de qualidade dos produtos e gestão produtiva e mercadológica.

### **Educação:**

Mediante convênio com o Governo Federal, através do **Programa Brasil Profissionalizado**, a Secretaria deu início à reestruturação de parte da sua rede física de ensino médio no que concerne à ampliação, reforma e construção de unidades escolares. Inicialmente 26 (vinte e seis) escolas estão sendo contempladas com reformas, ampliação e equipamentos de laboratórios científicos e tecnológicos e acervo bibliográfico.

Além disso, estão sendo implantados **10 Centros de Educação Profissional**, no valor de R\$ 55 milhões, totalizando assim, 85 (oitenta e cinco) escolas que irão oferecer educação profissional tecnológica no Rio Grande do Norte, ampliando a oferta de vagas em torno de 50.000 (cinquenta mil).

No geral, 108 (cento e oito) escolas, sendo 55 (cinquenta e cinco) de ensino médio regular e 53 (cinquenta e três) de ensino médio integrado à educação profissional foram contempladas com reformas e ampliação através das ações do Programa Brasil Profissionalizado. Ainda estão sendo adquiridos equipamentos para três Núcleos de Educação à Distância localizados no Estado e realizados vários seminários para os profissionais das escolas contempladas pelo Programa.

### **Plano RN Sem Miséria:**

Com princípios baseados no **Plano Brasil sem Miséria**, do Governo Federal, o Rio Grande do Norte está implementando o **Plano RN Sem Miséria**, com o objetivo de contribuir para superação da extrema pobreza, estimulando uma série de ações com foco prioritário nas regiões e famílias com renda abaixo da linha da pobreza por meio da integração de um conjunto de ações e de novos programas, além da ampliação das iniciativas já existentes. O Estado pretende atuar em parceria com Governo Federal, municípios, iniciativa privada e sociedade civil, para



Rio Grande do Norte

incluir a população mais pobre nas oportunidades geradas a partir do crescimento econômico do Rio Grande do Norte.

O enfoque para elevar a renda e as condições de bem-estar da população passa a ser a busca do cidadão para incluí-lo de forma integrada nos mais diversos programas, de acordo com suas necessidades. Assim, para o desenvolvimento satisfatório do Plano RN Sem Miséria, deverá ocorrer um total sincronismo entre as ações propostas no plano de ação, respeitando os eixos estratégicos de atuação e as interfaces existentes entre os órgãos e políticas públicas. Para tanto será criado um Comitê Estadual de Vigilância da Exclusão, composto por membros dos diversos órgãos envolvidos no Plano, com a competência de: Assegurar o cumprimento dos compromissos, acompanhar a implementação do Plano, analisar e resolver obstáculos identificados no acesso aos serviços e renda, tendo como referência os protocolos intersetoriais e a cesta de ofertas de serviços do Plano RN Sem Miséria, na observância dos eixos de atuação do Plano.

A estratégia é integrar as ações do **Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável** ao Plano RN Sem Miséria, focalizando as ações nas regiões/municípios de maior fragilidade social, contribuindo assim, para a erradicação da pobreza extrema no Estado.

### **Saúde:**

#### **I - Atenção Materno Infantil**

- Plano Estadual de redução da mortalidade materno infantil implantado e em execução em 09 municípios considerados prioritários, em parceria com o Ministério da Saúde.
- Atenção Integral à saúde da mulher e da criança - O Estado está aderindo ao Programa Federal **Rede Cegonha** – A Rede Cegonha é uma estratégia de mudança do modelo de atenção obstétrica e infantil por meio do fortalecimento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, no componente atenção obstétrica. Com a implementação de uma rede de cuidados que assegure às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo, à gravidez, parto e puerpério seguros e humanizados, e às crianças o direito ao nascimento e desenvolvimentos saudáveis, a Rede Cegonha articula ações nas três esferas de gestão do SUS de modo a garantir a melhoria da qualidade dos diversos serviços de saúde que compõem esta rede.



Rio Grande do Norte

## **II – Atenção Oncológica**

- Programa de prevenção do câncer de colo de útero e mama – desenvolvido em todos os municípios do Estado, tendo o custeio dos procedimentos de alta e média complexidade financiado pelo SUS (federal, estadual e municipal).

## **III – Atenção Urgência e Emergência**

- Serviço de atendimento móvel as urgências - SAMU 192 implantado na região metropolitana e municípios de Mossoró e Natal, e em fase de expansão para todo o Estado de forma regionalizada e gradativa. O custeio da ação é compartilhado entre os entes federativos.
- Unidades de Pronto Atendimento – 10 UPAs previstas e com recursos assegurados pelo Ministério da Saúde (02 em Natal e 08 em cidades de médio porte).

## **Componente B: Modernização da Gestão:**

### **Ações do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE (Governo Federal/CEF e BID) já realizadas:**

O PNAGE/RN está em execução desde 2006, com priorização das áreas mais carentes ou as ações estruturantes da SEPLAN e SEARH, possuindo seis linhas de ação que são os componentes do Projeto:

1. Aperfeiçoamento da capacidade de formulação e implantação de políticas públicas;
2. Desenvolvimento de políticas e da capacidade de gestão de recursos humanos;
3. Modernização de estruturas organizacionais e de processos administrativos;
4. Fortalecimento de mecanismos de transparência administrativa e de comunicação;
5. Modernização da gestão da informação e integração dos sistemas de tecnologia de informação;
6. Desenvolvimento de uma cultura de promoção e implantação de mudança institucional.



Rio Grande do Norte

### **Ações do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Públicas – PMAEGESTÃO (BNDES):**

Este projeto pretende complementar o PNAGE, com foco em áreas principais que tiveram pouco investimento do PNAGE, a saber:

Para melhorias na Qualidade do Gasto, o PMAE-Gestão/RN possui quatro linhas de ação, a saber:

- Modelagem de Processos eletrônicos;
- Modelo de Gestão Orientada a Resultados;
- Políticas de Recursos Humanos;
- Controle de Bens Patrimoniais e,
- Sistema de Custos.

Em relação à Melhoria do Ambiente de Negócios, o PMAE-Gestão/RN contribui com o produto *GOVERNO ELETRÔNICO*, que é uma área onde há extrema carência no Estado. As ações deste produto devem permitir a revisão de sistemas corporativos de três áreas distintas, a saber:

- financeira: gestão-financeiras-arrecadação;
- segurança e transporte: polícias-DETRAN-transporte público; e
- cidadania: saúde-educação-meio ambiente-tecnologias.

### **Ações do Projeto de Integração da Modernização da Administração Fiscal e Financeira do Rio Grande do Norte II – PROFISCO:**

O PROFISCO foi criado em 2008 para melhorar a eficiência e transparência na gestão fiscal dos Estados, aumentar a eficiência e o controle do gasto público, provendo melhores serviços ao cidadão.

O PROFISCO/RN encontra-se em fase final de negociação do Empréstimo para sua segunda etapa, cujo objetivo é introduzir novos avanços tecnológicos e de gestão, com vistas a manter a continuidade do processo de reestruturação e modernização da administração fiscal e financeira do Estado, tendo um prazo de execução de cinco anos, e um volume de recursos de US\$ 26 milhões, sendo que US\$ 23 milhões financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e US\$ 3 milhões de contrapartida do governo estadual.

**PPA 1012-2015** – O Governo do Estado está em face de elaboração do PPA 2012-2015, sendo este o mais importante instrumento para a implementação das políticas públicas estaduais. O PPA integrará os programas e ações propostos pelas secretarias estaduais em um conjunto coerente, capaz de atender as diretrizes do governo e superar desafios setoriais ou regionais que se lhes antepõem, inclusive os identificados nos diagnósticos e prognósticos realizados pelas Pastas. É importante destacar que o **Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável** será incorporado ao PPA 2012-2015, sendo considerado um dos Projetos



Estratégicos, estando distribuídos em várias ações e programas no contexto dos macroobjetivos da ação governamental para o quadriênio:

1. Promover a capacidade intelectual e laborativa da população potiguar, com ações dirigidas à educação de qualidade, para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação e para valorização da cultura popular;
2. Promover ações voltadas para a vida saudável, que compreendem o acesso universal aos serviços de saúde de qualidade, à prática esportiva, promovendo um ambiente social harmônico e pacífico;
3. Dinamizar a base econômica, garantindo a sustentabilidade ambiental e a geração de emprego e renda;
4. Ampliar e modernizar a infraestrutura socioeconômica com uma logística integrada e eficiente; e
5. Otimizar a qualidade dos serviços públicos, garantindo uma gestão eficiente, transparente e democrática.

O Plano Plurianual 2012-2015 se apoiará em três grandes eixos estruturantes:

- ✓ Combate à Miséria - Plano RN Sem Miséria – Programa RN Maior;
- ✓ Desenvolvimento Integrado Sustentável;
- ✓ Gestão para Resultados.

## 1.3 INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS À PROPOSTA

### 1.3.1 ARRANJO INSTITUCIONAL

A Secretaria de Estado de Planejamento e das Finanças será a responsável pela coordenação do Projeto, tendo as demais Secretarias Setoriais e Autarquia (Administração e Recursos Humanos; Saúde; Educação; Trabalho e Assistência Social; Agricultura e Pesca; Turismo; Desenvolvimento Econômico; e o Departamento de Estradas e Rodagens) qualificadas como co-executoras.

A Secretaria de Estado de Planejamento e das Finanças do Rio Grande do Norte posteriormente estabelecerá uma Unidade de Gerenciamento do Projeto - UGP, vinculada diretamente ao Gabinete do Secretário de Planejamento e das Finanças, sendo diretamente responsável pelo acompanhamento das ações planejadas e executadas pelas secretarias co-executoras, tentando manter total sincronismo e integração entre as ações propostas, considerando as interfaces existentes.

Nesse arranjo, o Projeto terá a participação de **08 Secretarias de Estado e 01 Autarquia** envolvidas em sua operacionalização, como segue:



### **Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças – SEPLAN**

É responsável pela coordenação geral do Projeto e pelo desenvolvimento e execução direta de parte das ações do **Componente B – Reestruturação e Modernização da Gestão** – relativa ao **Subcomponente B.1 – Concepção, Desenvolvimento e Implantação de um Modelo de Planejamento, Gestão Orçamentária e Financeira**. Responde também pelo gerenciamento dos recursos e desembolsos do Projeto, cumprimento das metas pactuadas e de toda a sistemática de monitoramento e avaliação do Projeto, fornecendo demonstrativos e informações perante o organismo financiador, apoiando as demais secretarias co-executoras na implementação das suas atividades em consonância com o planejamento integrado das ações e regras acordadas com o Banco Mundial. Coordena um Comitê Gestor do Projeto, integrado por representantes das secretárias estaduais diretamente envolvidos no Projeto.

### **Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos – SEARH**

É responsável pela operacionalização de parte do **Componente B – Reestruturação e Modernização da Gestão** – relativa ao **Subcomponente B2 – Reestruturação da Máquina Administrativa**; e o **Subcomponente B3 – Desenvolvimento e Implantação de Modelo de Gestão de Recursos Humanos**, prestando esclarecimentos e informações solicitadas sobre o andamento, desempenho e cumprimento das metas envolvidas ao Banco Mundial e à SEPLAN.

### **Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEEC**

É responsável pela operacionalização de parte do **Componente A: Desenvolvimento Regional Econômico, Social e Humano**, relativa ao **Subcomponente A.3 – Melhoria na Qualidade da Educação Básica, podendo desenvolver algumas atividades do Componente B – Reestruturação e Modernização da Gestão**, prestando esclarecimentos e informações solicitadas sobre o andamento, desempenho e cumprimento das metas envolvidas ao Banco Mundial e à SEPLAN.

### **Secretaria de Estado da Saúde – SESAP**

É responsável pela operacionalização de parte do **Componente A: Desenvolvimento Regional Econômico, Social e Humano**, relativa ao **Subcomponente A.2 – Atenção à Saúde, podendo desenvolver algumas atividades do Componente B – Reestruturação e Modernização da Gestão**, prestando esclarecimentos e informações solicitadas sobre o



andamento, desempenho e cumprimento das metas envolvidas ao Banco Mundial e à SEPLAN.

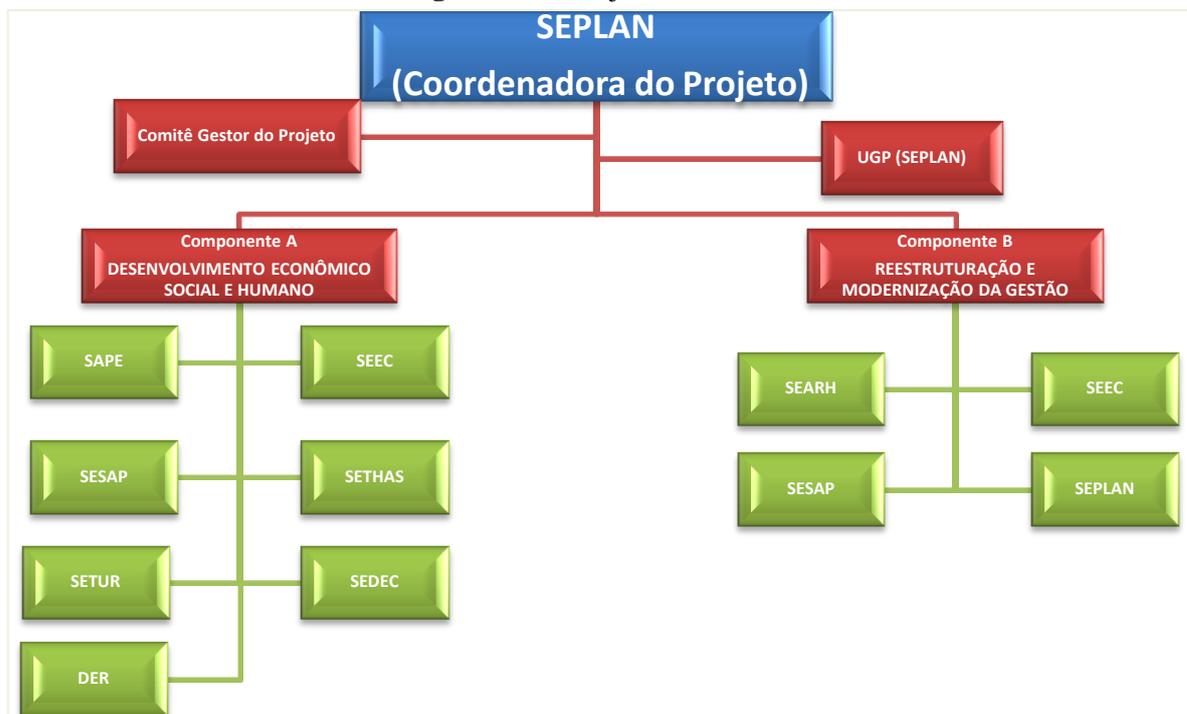
As demais Secretarias e a Autarquia - **Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE**; **Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS**; **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico – SEDEC**; **Secretaria de Estado do Turismo – SETUR**; e o **Departamento de Estradas de Rodagens do Rio Grande do Norte – DER** – serão responsáveis pela operacionalização de parte do **Componente A: Desenvolvimento Regional Econômico, Social e Humano**, relativa ao **Subcomponente A.1 – Desenvolvimento Econômico e Social**, prestando esclarecimentos e informações solicitadas sobre o andamento, desempenho e cumprimento das metas envolvidas ao Banco Mundial e à SEPLAN.

### Comitê Gestor do Projeto

É o espaço institucional de discussão, acompanhamento, monitoramento e avaliação geral do Projeto. O Comitê Gestor tem como principal objetivo proporcionar maior agilidade e ganho de sinergia na execução, agregando conhecimentos técnicos das áreas e potencializando os resultados a serem alcançados.

O arranjo institucional proposto é ilustrado pela Figura 12, apresentada a seguir:

**Figura 14. Arranjo Institucional**





### 1.3.2 REPASSE DE RECURSOS

A SEPLAN será responsável direta pelo gerenciamento e desembolsos dos recursos do Projeto, através da Unidade Gestora do Projeto, administrando uma conta bancária específica para internalização dos recursos, de acordo com regras específicas acordadas com o Agente Financiador – Banco Mundial na fase de implementação do Projeto.

O repasse dos recursos para entidades representativas das comunidades beneficiárias referentes ao **Componente A: Desenvolvimento Regional Econômico, Social e Humano**, relativas ao **Subcomponente A.1 – Desenvolvimento Econômico e Social** será realizado por meio de financiamentos não reembolsáveis mediante Editais Específicos.

Como forma de garantir mecanismos de controle social na seleção e avaliação dos subprojetos, as propostas de investimento serão apresentadas pelos beneficiários aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento para sua validação, sendo também necessário passar pelo referendo dos Colegiados dos Territórios Rurais e Territórios da Cidadania, na perspectiva do planejamento integrado de políticas públicas voltadas a promoção do desenvolvimento territorial. A expectativa é de que se estabeleçam, ao nível dos territórios, dos municípios e das comunidades rurais, as sinergias capazes de potencializar a articulação entre as políticas, com efetivas relações de complementaridade, superando o corporativismo institucional.

O instrumento jurídico adotado para o repasse dos recursos às organizações associativas para viabilização de seus projetos financiados será através de Convênios. Poderão, também, ser repassados recursos para instituições jurídicas de direito privado, podendo ter ou não fins lucrativos (como universidades, fundações, organizações não-governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público, organizações autônomas ou semi-autônomas, etc) a fim de aproveitar as suas potencialidades específicas e necessárias ao desempenho do Projeto, respeitando as Diretrizes para Aquisições e Seleção de Consultores pelos Mutuários do Banco Mundial. Para esse tipo de repasse poderão ser utilizados convênios e contratos como instrumentos jurídicos.

### 1.3.3 PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL, COMUNIDADES E/OU SETOR PRIVADO

O **Componente A: Desenvolvimento Regional Econômico, Social e Humano** assegura a participação efetiva das entidades representativas do público beneficiário do Projeto através dos conselhos representativos (Conselhos de Saúde; Conselho de Educação, Conselhos Municipais de



Rio Grande do Norte

Desenvolvimento) até mesmo nas fases de definição e formulação, bem como durante todas as fases de implementação e gestão do Projeto.

Os **Conselhos Municipais e Colegiados Territoriais** serão responsáveis pela legitimação e aprovação das demandas oriundas das entidades representativas dos beneficiários e pelo acompanhamento de implantação e operação dos investimentos. São instâncias institucionais que materializam a descentralização do processo decisório na implementação do Projeto. Desempenham papel estratégico junto às **entidades representativas dos beneficiários**, que são legalmente constituídas sem fins lucrativos e de atuação local.

Também estão em processo de maior integração com os Fóruns de Desenvolvimento Sustentável dos Colegiados Territoriais, em fase de implantação no interior do Estado, conforme diretrizes da política pública federal intitulada “Territórios da Cidadania”.

O **Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRUS** – deverá referendar os subprojetos demandados pelas entidades representativas dos beneficiários.

Ainda no *Componente A: Desenvolvimento Regional Econômico, Social e Humano*, relativo ao *Subcomponente A.1 – Desenvolvimento Econômico e Social*, a participação do movimento social e organizações não-governamentais que atuam no desenvolvimento sustentável será fundamental na difusão, sensibilização, mobilização, capacitação e assistência técnica dos potenciais beneficiários. Além disso, essas organizações oferecerão apoio às comunidades, participando dos processos de acompanhamento e monitoramento e das decisões nos Conselhos de Municipais e Colegiados Territoriais, exercendo o controle social do Projeto.

#### 1.3.4 GASTOS COM CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ESTUDOS

É reconhecida a necessidade de contratação dos serviços de consultoria e assistência técnica para formulação e execução do Projeto de modo a: (i) apoiar na implementação da Unidade Gestora do Projeto; (ii) melhorar a capacidade técnica das equipes das secretarias setoriais envolvidas, auxiliando na execução das atividades programadas; (iii) para elaborar estudos e diagnósticos específicos que complementem e melhor definam as intervenções previstas.

#### 1.3.5 OPERACIONALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO

A manutenção das obras executadas e dos equipamentos adquiridos pelo *Componente A: Desenvolvimento Regional Econômico, Social e Humano*, relativas ao *Subcomponente A.2 – Atenção à Saúde*, e ao *Subcomponente A.3 – Melhoria na Qualidade da Educação Básica*, e pelo *Componente B – Reestruturação e Modernização da Gestão* e



Rio Grande do Norte

pelo estará sob a responsabilidade das Secretarias de Estado que operacionalizarão as atividades programadas neste componente do Projeto. O mecanismo a ser utilizado para efetivar a alocação de recursos será o planejamento orçamentário e a previsão de transferência e repasses de acordo com as normas de gestão da Administração Estadual e Diretrizes para Aquisições de Bens, Contratações de Obras e Serviços, e Seleção e Contratação de Consultores pelos Mutuários do Banco Mundial.

As organizações associativas contempladas com subprojetos relativos ao **Componente A: Desenvolvimento Regional Econômico, Social e Humano**, relativo ao **Subcomponente A.1 – Desenvolvimento Econômico e Social** serão diretamente responsáveis pela operacionalização e manutenção dos bens e equipamentos adquiridos com recursos do Projeto, portanto, os bens e equipamentos não poderão ser apropriados de forma individual por seus membros ou terceiros. Como regra geral, será de responsabilidade das organizações associativas beneficiárias proverem, mediante coleta de taxas de uso, os recursos necessários para a operação, manutenção e reposição futura dos investimentos financiados pelo Projeto.

Caberão às secretarias setoriais, conselhos municipais, colegiados territoriais e ao movimento social exercerem o papel de supervisão e monitoramento dos subprojetos após a execução dos mesmos. Para garantir a manutenção e funcionamento dos bens adquiridos pelas entidades, as secretarias setoriais promoverão, durante todas as etapas de execução do Projeto, orientações e capacitações buscando a corresponsabilidade das organizações beneficiadas.

### 1.3.6 ÔNUS E BENEFÍCIOS DECORRENTES DO PROJETO

Do ponto de vista dos benefícios resultante das ações do **Projeto de Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte** considera-se que haverá uma ampliação da capacidade de gestão do Estado; aumento da competitividade e produtividade; aumento da renda e ofertas de trabalho; melhoria na qualidade de vida; atenuação dos desequilíbrios regionais; incremento e diversificação das exportações do RN; elevação do PIB local; aumento na participação do agronegócio no PIB do Rio Grande do Norte; integração federativa; crescimento organizado das regiões; redução das desigualdades sociais; reconhecimento social e visibilidade das **entidades executoras**, bem como melhoria da sua habilidade de articulação e negociação de políticas, programas e projetos de desenvolvimento e do controle social.

Proporcionarão também, junto às beneficiários diretos, impactos sobre outros aspectos:

- Na **Gestão Pública**, proporcionará melhoria expressiva dos processos de planejamento e gestão pública como um todo, permitindo maior segurança na tomada de decisão e maior agilidade para



Rio Grande do Norte

implementar mudanças necessárias à modernização da gestão por resultados, possibilitando a melhoria na qualidade dos serviços públicos ofertados a população do Estado.

- Na **saúde**, a partir da melhoria da qualidade dos serviços prestados a população beneficiária permitindo a redução da taxa de mortalidade materno e neonatal e, conseqüentemente, a taxa de mortalidade infantil; redução da mortalidade por causas externas e cardiovasculares; e o diagnóstico e tratamento precoce do câncer, com conseqüente queda da mortalidade por este motivo.

- Na **Educação**, na melhoria da qualidade do ensino e melhoria da gestão da educação estadual, com maior racionalidade, qualificação, adequação e aproveitamento dos recursos físicos e humanos, permitindo a elevação dos índices do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e Provinha Brasil;

- Na **segurança e bem estar** da população por meio do fortalecimento das identidades, do sentimento de pertencimento, da autoestima e valorização do seu ambiente;

- Nas **atividades sociais** por meio do acesso a conhecimentos de forma contextualizada; melhoria da capacidade de organização e gestão dos subprojetos financiados; ampliação e fortalecimento da organização social; criação de base de acesso a serviços sociais, política e da articulação territorial;

- Nas **atividades econômicas** com o acesso a novas tecnologias de produção e comercialização dos APLs e cadeias produtivas; criação de novas oportunidades de negócios; fortalecimento do turismo regional; diminuição de migração de jovens para as áreas urbanas; fortalecimento de redes de sociais de produção, comercialização e consumo; ampliação do reconhecimento do potencial das atividades produtivas como ferramenta para o desenvolvimento e aumento de renda;

- Nas **atividades de conservação ambiental** no que se refere à ampliação do conhecimento e do desenvolvimento de tecnologias que minimizem os impactos ao meio ambiente e a desertificação.

Em termos de ônus, o Projeto considerará eventuais impactos ambientais específicos das intervenções, identificados já no seu processo de elaboração, a fim de que possam ser planejadas medidas preventivas e/ou mitigadoras no intuito de evitar ou minimizar tais impactos.

### 1.3.7 IMPACTO AMBIENTAL

Não diferentemente do que vem acontecendo a nível global, o Projeto terá a grande preocupação em adotar um desenho de sustentabilidade ambiental onde deverão ser tomadas todas as medidas para que se garanta a preservação do meio ambiente e a inesgotabilidade dos recursos naturais. Um dos objetivos básicos da gestão ambiental será a adoção de estratégias que permitam contribuir para superação de problemas ambientais provocados pelo “atual” modelo de



Rio Grande do Norte

desenvolvimento econômico, bem como o desenvolvimento de alternativas sustentáveis para o relacionamento da sociedade com a natureza.

A gestão ambiental do Projeto será realizada a partir do ordenamento das atividades executadas visando o menor impacto possível sobre o meio, e principalmente, através do fortalecimento dos processos sócio-educativos, contribuindo para a autonomia e o protagonismo dos atores envolvidos no processo e suas organizações na construção do desenvolvimento sustentável.

Visando o atendimento da Legislação Ambiental e das Salvaguardas Ambientais e Sociais do Banco Mundial, serão estabelecidos critérios específicos a serem observados para os projetos financiados no sentido de promover a proteção ambiental, ou seja, evitar ou eliminar impactos ambientais negativos. Cada projeto a ser contratado deverá incluir a avaliação de aspectos ambientais, com base em critérios pré-estabelecidos, cabendo as secretarias setoriais a análise e o acompanhamento do cumprimento dos requisitos ambientais para sua aprovação quanto a esses aspectos, o que permitirá, inclusive, identificar, avaliar e individualizar os impactos ambientais cumulativos em múltiplos projetos financiados.

Além disso, em função do caráter multisetorial do Projeto, caberá à Unidade Gestora instituir um Núcleo de Gestão Sócio-Ambiental com a responsabilidade de monitorar, acompanhar e orientar todo o processo de gestão socioambiental, visando promover a articulação intersetorial e o cumprimento eficiente do estabelecido no Plano de Gestão Ambiental do Projeto.<sup>2</sup>

Não obstante, em paralelo ao que preconiza o **Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no Estado do Rio Grande do Norte – PAE/RN**, o Projeto pretende reforçar a realização de atividades e campanhas em educação ambiental junto ao setor produtivo, realizando oficinas e seminários que tratem da matéria e mostrem alternativas ecologicamente corretas, tendo como eixo central: uso racional e a economia de água; conservação dos recursos hídricos no entorno de propriedades; reuso da água junto aos setores industrial e agropecuário e população em geral; conservação da cobertura vegetal nativa e dos impactos ambientais e econômicos do desmatamento e queimadas; coleta, destino adequado e reciclagem de resíduos; tecnologias simplificadas de captação de água para consumo; estímulo a criação de grupos de produtores e consumidores de produtos agroecológicos.

Do mesmo modo, sabendo que existe pouco financiamento em pesquisas sobre o bioma Caatinga e considerando a elaboração do **Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte**

---

<sup>2</sup> Plano de Gerenciamento Ambiental é o instrumento que norteará as medidas a serem adotadas para o adequado tratamento das questões socioambientais no contexto do Projeto.



Rio Grande do Norte

**2011/2020**, o Projeto se propõe ainda a estabelecer parcerias para realização de estudos e pesquisas voltadas à recuperação das Áreas Susceptíveis à Desertificação – ASD.

Por fim, estão previstas parcerias com os Órgãos Ambientais Estaduais em assuntos em que essas instituições já desenvolvem ações específicas, como por exemplo a recuperação de áreas afetadas por processos de desertificação – ações integradas com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN – IDEMA.

## 1.4 INFORMAÇÕES SOBRE O MUTUÁRIO, EXECUTOR E CO-EXECUTOR(ES)

### 1.4.1 INFORMAÇÕES SOBRE O MUTUÁRIO

#### 1.4.1.1 IDENTIFICAÇÃO DO MUTUÁRIO

Governo do Estado do Rio Grande do Norte, pessoa física de direito privado, CNPJ nº 08.241.719/0001-05, cabendo a Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças – SEPLAN a coordenação da execução do Projeto e o pagamento dos encargos financeiros decorrentes do financiamento externo.

#### 1.4.1.2 EXPERIÊNCIAS DO MUTUÁRIO COM ORGANISMOS FINANCEIROS MULTILATERAIS E AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS ESTRANGEIRAS

O Estado do Rio Grande do Norte dispõe de qualificação para executar projetos contratados com agências multilaterais em função de experiências com projetos anteriormente contratados tanto na área de desenvolvimento rural e urbano, conforme demonstrado no Quadro I em anexo.

#### 1.4.1.3 INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADAS EXCLUSIVAMENTE QUANDO O MUTUÁRIO FOR ESTADO, DISTRITO FEDERAL OU MUNICÍPIO

No Quadro II, em anexo, encontra-se o cronograma de compromissos da Administração Direta (contratos celebrados) e da Administração Indireta (garantias concedidas) do Estado do Rio Grande do Norte para os próximos exercícios fiscais.

#### 1.4.1.4 INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADAS QUANDO O MUTUÁRIO FOR EMPRESA PÚBLICA (FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL)

Não se Aplica.



Rio Grande do Norte

#### 1.4.1.5 INDICAÇÃO DE CONTRAGARANTIAS

As quotas e receitas próprias das quais é titular, referidas nos arts. 155, incisos I a III, 157, inciso I e 159, inciso I, alínea “a”, e II, da Constituição Federal.

#### 1.4.2 INFORMAÇÕES SOBRE O EXECUTOR E CO-EXECUTOR (ES)

##### 1.4.2.1 IDENTIFICAÇÃO DO EXECUTOR

A Secretaria de Estado de Estado do Planejamento e das Finanças – SEPLAN, órgão de natureza instrumental, integrante da Administração Pública Estadual Direta, nos termos da Lei Complementar nº 139, de 25 de janeiro de 1996, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 163, de 05 de fevereiro de 1999, tem a responsabilidade de planejar, coordenar, executar, supervisionar, controlar e avaliar os sistemas estaduais de planejamento, orçamento e finanças do Estado.

O Projeto será coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças - SEPLAN, que será o elo formal entre o Estado e o Banco Mundial, porém, a sua execução operacional dos Componentes ficará sob a responsabilidade das secretarias setoriais, qualificadas como co-executoras do Projeto.

##### 1.4.2.2 IDENTIFICAÇÃO DE CO-EXECUTOR(ES)~

Registram-se, a seguir, as principais competências de cada uma das Secretarias Setoriais e Autarquia responsáveis pela execução das ações dos diversos componentes e subcomponentes.

1. **Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos**, órgão de natureza administrativa de recursos humanos, integrante da Administração Pública Estadual Direta, nos termos da Lei Complementar nº 163, de 05 de fevereiro de 1999, com a redação dada pela Lei Complementar nº 190, de 08 de janeiro de 2001, tem entre suas competências a responsabilidade de realizar as atividades de administração de pessoal relativas a gestão e desenvolvimento de recursos humanos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas; realização de estudos para elaboração de planos de carreira para a Administração Direta; manutenção de cadastro atualizado de pessoal da administração pública; formular orientações administrativas para a uniformização dos procedimentos, rotinas e atividades de gestão de pessoal; promover estudos e ações na área de modernização



Rio Grande do Norte

administrativa e reforma do Estado; elaborar e coordenar o processo de informatização da Administração Estadual.

2. **Secretaria de Estado da Educação e da Cultura**, órgão de natureza substantiva, integrante da Administração Pública Estadual Direta, nos Termos da Lei Complementar nº 163, de 05 de fevereiro de 1999, destinado a implantação e implementação da política governamental nos setores de educação e cultura.
3. **Secretaria de Estado da Saúde**, órgão de natureza substantiva, integrante da Administração Pública Estadual Direta, nos Termos da Lei Complementar nº 163, de 05 de fevereiro de 1999, tem entre suas competências a responsabilidade de promover medidas de prevenção à saúde da população; fiscalizar e controlar as condições sanitárias, de higiene e de saneamento; cumprir o Código de Saúde do Estado; pesquisar, estudar e avaliar a demanda de atendimento médico e hospitalar.
4. **Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca**, órgão de natureza substantiva, integrante da Administração Pública Estadual Direta, nos Termos da Lei Complementar nº 163, de 05 de fevereiro de 1999, tem entre suas competências responsabilidade de prestar serviços técnicos ligados ao desenvolvimento da agropecuária, da pesca e da agroindústria; de promover a expansão da oferta de insumos básicos para a agricultura; de estudar e propor medidas visando ao fortalecimento de serviços de assistência técnica e extensão rural; de estudar e propor medidas visando à melhoria do abastecimento da população com produtos agropecuários e da pesca; e de realizar o planejamento agrícola do Estado.
5. **Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social**, órgão de natureza substantiva, integrante da Administração Pública Estadual Direta, nos Termos da Lei Complementar nº 163, de 05 de fevereiro de 1999, tem entre suas competências a responsabilidade de definir e supervisionar a política estadual de promoção do menor; executar a prestação de serviços assistenciais, definir as diretrizes e executar políticas operacionais relacionadas com habitação, assistência social, desenvolvimento e educação comunitária, formular a política de trabalho do Estado.
6. **Secretaria de Estado do Turismo**, órgão de natureza substantiva, integrante da Administração Pública Estadual Direta, nos Termos da Lei Complementar nº 163, de 05 de



Rio Grande do Norte

fevereiro de 1999, e alterações da Lei Complementar 235, de 22 de abril de 2002, tem entre suas competências a responsabilidade de articular-se com os municípios e demais órgãos da Administração Estadual, com o objetivo de desenvolver a infra-estrutura de saneamento básico, transporte e energia elétrica nas áreas de atividades turísticas; articular-se com entidades de formação e treinamento de mão-de-obra para promover o desenvolvimento de pessoal para o turismo; desenvolver estudos e pesquisas para avaliar a potencialidade turística do Estado; e formular a política de turismo do Estado.

7. **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico**, órgão integrante da Administração Pública Estadual Direta, nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 163, de 5 de fevereiro de 1999, e da Lei Complementar Estadual n.º 262, de 29 de dezembro de 2003, tem entre suas competências a responsabilidade de promover o desenvolvimento econômico sustentável do Estado, coordenando e implementando ações setoriais nas áreas da indústria, recursos minerais, energia, comércio, serviços, ciência e tecnologia; apoiar ações voltadas para o desenvolvimento econômico equilibrado do Estado, promovendo as potencialidades regionais por meio da identificação de oportunidades de negócios, oferta de financiamentos e capacitação de recursos humanos.
8. **Departamento de Estradas e Rodagens do Rio Grande do Norte – DER**, Autarquia integrante da Administração Pública Estadual Indireta, vinculada a Secretaria de Estado da Infraestrutura - SIN, nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 163, de 5 de fevereiro de 1999, tem entre suas competências a responsabilidade controlar, fiscalizar e receber as obras de rodoviárias estaduais; conservar permanentemente as estradas de rodagem, pontes e demais obras suplementares que integram o sistema rodoviário do Estado; e executar obras de paisagísticas às margens das rodovias estaduais.

#### 1.4.2.3 EXPERIÊNCIAS DO EXECUTOR E DO(S) CO-EXECUTOR(ES) COM ORGANISMOS MULTILATERAIS E AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS ESTRANGEIRAS

O Estado do Rio Grande do Norte vem vivenciado experiências com organismos financeiros multilaterais diretamente ao logo dos últimos anos, estando a relação delas apresentada no QUADRO I que se encontra em anexo.

Dentre as mesmas, destacamos a longa e diversificada experiência com a execução de ações públicas de desenvolvimento sustentável no



Rio Grande do Norte

meio rural em parceria com o Banco Mundial, desde o Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado, dos anos 70 e 80, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural PAPP - Acordo de Empréstimo 2524/BR, no valor total de US\$ 61,4 milhões, até o Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR I - Acordo de Empréstimo 4120-BR, no valor total de US\$ 24,0 milhões, e mais recentemente o PCPR II, Acordo de Empréstimo 4667-BR e seu financiamento adicional 7489-BR, no valor total de US\$ 60,0 milhões.

#### 1.4.2.4 AÇÕES NECESSÁRIAS PARA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO EXECUTOR E DO(S) CO-EXECUTOR(ES)

As principais ações de fortalecimento institucional do executor e co-executores previstas no âmbito do Projeto serão focadas no treinamento e capacitação dos servidores do Governo do Rio Grande do Norte. Além disso, para a implementação de algumas ações contempladas nos objetivos desta Operação, serão necessárias contratações de consultorias especializadas e assistência técnica, conforme explicitado anteriormente.

## 1.5 DETALHAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO DA PROPOSTA

### 1.5.1 CRONOGRAMA ANUAL FÍSICO-FINANCEIRO

O custo total do **Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte** será de US\$ 540 milhões de dólares americanos, integralmente pleiteados como financiamento externo, **com execução prevista em 02 etapas**, sendo a 1ª etapa no valor de US\$ 360 milhões de dólares norte americanos, e a 2ª etapa no valor de US\$ 180 milhões de dólares norte americanos, estando a sua liberação vinculada ao desembolso de 40% dos recursos propostos na 1ª etapa do Projeto No Quadro III, em anexo, encontram-se detalhados, por componente, categorias de despesas, ano de implementação e fonte de recursos.

#### 1.5.1.1 COMPONENTES

- **Componente A:** Desenvolvimento regional econômico, social e humano; e
- **Componente B :** Reestruturação e Modernização da Gestão.



Rio Grande do Norte

COMPONENTES DO PROJETO	VALOR TOTAL (US\$ 1,00)		BANCO	ESTADO
	US\$	%	US\$	US\$
<b>A. DESENVOLVIMENTO REGIONAL ECONÔMICO, SOCIAL E HUMANO.</b>	<b>458.795.031</b>	<b>85,0</b>	<b>458.795.031</b>	<b>-</b>
<b>B. REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO</b>	<b>81.204.969</b>	<b>15,0</b>	<b>81.204.969</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>540.000.000</b>	<b>100%</b>	<b>540.000.000</b>	<b>-</b>

### 1.5.1.2 SUBCOMPONENTES

COMPONENTES/SUBCOMPONENTES	RECURSOS TOTAIS (US\$)**		
	TOTAL	BANCO	ESTADO
<b>COMPONENTE A: DESENVOLVIMENTO REGIONAL ECONÔMICO, SOCIAL E HUMANO</b>	<b>458.795.031</b>	<b>458.795.031</b>	<b>-</b>
<b>A.1 Desenvolvimento Econômico e Social</b>	<b>328.975.155</b>	<b>328.975.155</b>	<b>-</b>
i) Inclusão produtiva através do fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos locais em bases sustentáveis, com foco no acesso aos mercados	<b>100.770.186</b>	100.770.186	-
ii) Promoção e fortalecimento de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, com foco no combate à miséria	<b>45.149.068</b>	45.149.068	-
iii) Inserção de mulheres e jovens no mercado de trabalho, visando combater as desigualdades sociais	<b>3.726.708</b>	3.726.708	-
iv) Ampliação e melhoria da infraestrutura socioeconômica, de forma que permita a logística integrada e eficiente voltada ao desenvolvimento regional sustentável	<b>179.329.193</b>	179.329.193	-
<b>A.2 Atenção à Saúde</b>	<b>37.652.174</b>	<b>37.652.174</b>	<b>-</b>
i) Fortalecimento da rede de atenção materno-infantil	<b>14.268.779</b>	14.268.779	-
ii) Fortalecimento da rede de atenção oncológica	<b>4.983.727</b>	4.983.727	-
iii) Fortalecimento da rede de atenção às urgências e emergências	<b>18.399.668</b>	18.399.668	-
<b>A.3 Melhoria da Qualidade da Educação Básica</b>	<b>92.167.702</b>	<b>92.167.702</b>	<b>-</b>
i) Melhoria do processo de ensino-aprendizagem	<b>40.590.062</b>	40.590.062	-
ii) Implantação de padrões mínimos das escolas	<b>45.745.342</b>	45.745.342	-
iii) Instituição de regime de colaboração entre Estado e municípios	<b>1.304.348</b>	1.304.348	-
iv) Integração da educação na agenda de desenvolvimento regional	<b>4.527.950</b>	4.527.950	-
<b>COMPONENTE B. REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO</b>	<b>81.204.969</b>	<b>81.204.969</b>	<b>-</b>
<b>B.1 Concepção, desenvolvimento e implantação de um modelo integrado de planejamento, gestão orçamentária e financeira</b>	<b>41.639.752</b>	<b>41.639.752</b>	<b>-</b>
<b>B.2 Reestruturação da máquina administrativa do Estado</b>	<b>26.397.516</b>	<b>26.397.516</b>	<b>-</b>
<b>B.3 Desenvolvimento e implantação de modelo de gestão de recursos humanos</b>	<b>13.167.702</b>	<b>13.167.702</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>\$ 540.000.000</b>	<b>\$ 540.000.000</b>	<b>\$ -</b>



Rio Grande do Norte

### 1.5.1.3 FONTES DE RECURSOS

#### CUSTO TOTAL E FONTES DE RECURSOS

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>VALORES (em US\$)</b>	<b>%</b>
<b>(1) FONTE(S) EXTERNAS</b>		
BANCO MUNDIAL	540,000,000	100%
<b>(2) FONTE(S) INTERNA(S)</b>		
GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE	-	-
<b>TOTAL (1+2)</b>	<b>540,000,000</b>	<b>100%</b>



Rio Grande do Norte

## 1.6 RESPONSÁVEIS PELO CONTATO COM A SECRETARIA EXECUTIVA DA COFIEIX

### TITULAR

NOME: **FRANCISCO OBERY RODRIGUES JUNIOR**

CARGO: Secretário de Planejamento e das Finanças

ÓRGÃO: Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças

TELEFONE: (84) 3232-1910 / 1900

END: Centro Administrativo do Estado - BR 101, Km 0, Lagoa Nova – Natal/RN

CEP: 59064-901

FAX: (84) 3232.1911

E-MAIL: [oberyjr@rn.gov.br](mailto:oberyjr@rn.gov.br)

### SUBSTITUTOS

NOME: JOSÉ LACERDA ALVES FELIPE

CARGO: Secretário-Adjunto de Planejamento e das Finanças

ÓRGÃO: Secretaria de Estado do Planejamento e Controle

TELEFONE: (84) 3232-1910 / 1900

ENDEREÇO: Centro Administrativo do Estado - BR 101, Km 0, Lagoa Nova – Natal/RN

CEP: 59064-901

FAX: (84) 3232.1911

E-MAIL: [jlacerdafelipe@gmail.com](mailto:jlacerdafelipe@gmail.com)

NOME: VERA MARIA OLÍMPIO GUEDES

CARGO: Subsecretária de Planejamento e das Finanças

ÓRGÃO: Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças

TELEFONE: (84) 3232-1910 / 1900 / 8137-2190

ENDEREÇO: Centro Administrativo do Estado - BR 101, Km 0, Lagoa Nova – Natal/RN

CEP: 59064-901

FAX: (84) 3232.1911

E-MAIL: [spcseplan@gmail.com](mailto:spcseplan@gmail.com)



Rio Grande do Norte

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

%	Porcentagem
AGN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A
ATP	Assessoria Técnica Pedagógica
APL	Arranjo Produtivo Local
ASD	Áreas Susceptíveis à Desertificação
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CAD-ÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
CDR	Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável
CEDRUS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMD	Conselho Municipal de Desenvolvimento
CMD	Colegiado de Articulação Territorial
CNT	Confederação Nacional do Transporte
COFIEIX	Comissão de Financiamento Externos da Secretaria de Assuntos Internacionais/Ministério do Planejamento
COPEX	Coordenadoria de Projetos Especiais da SETHAS
CT	Centro Tecnológico
CPS	Centro de Política Sociais da Fundação Getúlio Vargas
DATASUS	Banco de dados do Sistema Único de Saúde
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte
EMPARN	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIERN	Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNPEC	Fundação Northeriograndesense de Pesquisa e Cultura
GAEE	Grupo de Avaliação e Estudos Educacionais
GTZ	Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (Cooperação Técnica Alemã)
ha	Hectare



Rio Grande do Norte

INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte
IDF	Índice de Desenvolvimento Familiar
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDIARN	Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuário do Rio Grande do Norte
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Kg	Quilogramas
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCT	Ministério de Ciências e Tecnologia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NE	Nordeste
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAE - RN	Programa de Ação Estadual de Combate a Desertificação do Rio Grande do Norte
PAN BRASIL	Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
PBF	Programa Bolsa Família
PCPR	Projeto de Redução da Pobreza Rural
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PDR	Plano Diretor de Regionalização
PDS	Programa Desenvolvimento Solidário
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PMAE	Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal dos Estados
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAGE	Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal
PNLT	Plano Nacional de Logística e Transporte



Rio Grande do Norte

PPA	Plano Plurianual
PROFISCO	Programa de Apoio a Gestão dos Fiscos do Brasil
PSP	Programa Semiárido Potiguar
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RN	Rio Grande do Norte
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SAPE	Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca
SAPE	Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca
SEAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SEARH	Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos
SEDEC	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
SEEC	Secretaria de Estado da Educação e da Cultura
SEMARH	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e das Finanças
SESAP	Secretaria de Estado da Saúde
SET	Secretaria de Estado da Tributação
SETHAS	Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social
SIAF	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIL	Specific Investment Loan
SUS	Sistema único de Saúde
t	Toneladas
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UTI	Unidade Terapia Intensiva
UC	Unidade de Conservação
UCI	Unidade Coronária Intensiva
UGS	Unidade Gestora Setorial
UGT	Unidade Gestora do Projeto
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
US\$	Dólar Norte Americano
VIGISUS	Sistema Nacional de Vigilância em Saúde
ZPE	Zona de Processamento de Exportação



Rio Grande do Norte

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADIB, Alberto Renault. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável** – Guia para o planejamento. Brasília. 2005.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO / PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

AUN, Marta Pinheiro; KROEFF, Rubens Luiz; e CARVALHO, Adriane Maria Arantes. **Arranjos Produtivos Locais e Sustentabilidade: Políticas Públicas Promotoras do Desenvolvimento Regional e da Inclusão Social**. Alcance – UNIVALI – Vol. 12 – nº 3 p. 317 a 333 –2005.

BACELAR, Tânia. **Nordeste: heranças, oportunidades e desafios**. Revista Teoria e Debate, nº 77 - maio/junho 2008. Fundação Perseu Abramo.

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO – **Estratégia de Parceria com o Brasil – 2008- 2010**. Relatório N. 42677-BR. 2008.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. **Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento**. Disponível em: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br). Acesso em 05/07/2010.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES; Fundação Northeriogrاندense de Pesquisa e Cultura - FUNPEC. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. **Análise do Balanço de Pagamentos do Estado e a importância dos APLs no Fluxo de Comércio - Rio Grande do Norte. Projeto Análise e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste**. Nota Técnica 04. Natal-RN. 2008. Disponível em: [www.redesist.ie.ufrj.br](http://www.redesist.ie.ufrj.br). Acesso em 05/07/2010.

BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Editora da Universidade, FEE, 2001.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Plano estadual de aplicação dos recursos do FNE 2009**: Fundo constitucional de financiamento do Nordeste, Pernambuco. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. **Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, PAN-Brasil**, Brasília-DF, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo - PNT 2007/2010 - uma**



Rio Grande do Norte

**Viagem de Inclusão.** Brasília-DF, 2005.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento.** 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CAMPOS, Kilmer Coelho e CARVALHO, Fátima Andrade. **Arranjos Produtivos Locais: a atuação dos setores e dos programas municipais.** Acesso em 05/07/2010.

CASSIOLATO, J.E. e LASTRES, H.M.M (2003) **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas.** In LASTRES,H.M.M.;

CASSIOLATO,J.E.; MACIEL,M.L**Pequena empresa: Cooperação e Desenvolvimento local.** RJ Relume Dumará.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE. **Arranjos Produtivos Locais do Rio Grande do Norte.** Brasília. 2004.

CHANDLER, Alfred D. **Organizational Capabilities and the Economic History of Enterprise.** Journal of Economic Perspectives. Vol. 6, Number3, Summer 1992,p. 79-100.

CLEMENTE, A. &HIGACHI, H. **Economia e Desenvolvimento Regional.** São Paulo.Atlas. 2000.

CLEMENTE, Ademir. **Economia Regional e Urbana.** São Paulo. 1994.

DELGADO, Nelson. G.; BONNAL, Philippe; e LEITE, Sergio Pereira. **Desenvolvimento Territorial: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais.** IICA/ OPPA/ CPDA/ UFRRJ. Rio de Janeiro. 2007.

FRIEDMANN, John &WEAVE, Clyde. **Território y función.** Madri. IEL. 1981.

GUANZIROLLI, Carlos Henrique. **Experiências de desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. Maio 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Brasil em Desenvolvimento.** Estado, Planejamento e Políticas Públicas. Série – Brasil: o Estado de uma nação. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por Estado no Brasil.** Comunicados do IPEA Nº 58. 2010.

LAHORGUE, Maria Alice. **Dinâmica espacial da produção e da população e as zonas de fronteira - reflexões sobre o Mercosul.** 1994.

LAHORGUE, Maria Alice. **Polos, parques e incubadoras: Instrumentos de desenvolvimento do século XXI.** Brasília. Anprotec/Sebrae, 2004.



LASTRES, H. M.M. CASSIOLATO, J.E. MALDONADO, J, VARGAS, M.A. **Globalização e Inovação localizada**. In: Globalização e Inovação Localizada: Experiências de Sistema Locais no Mercosul. Brasília. Ministério da Ciência e Tecnologia.1999.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Territórios da Cidadania** – Propostado Ministério do Desenvolvimento Agrário para redução da desigualdade social no meio rural brasileiro. Brasília, 2007.

MOURA, Ana Maria de Almeida. **A importância dos arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento da micro e pequena empresa**. Acesso em 05/07/2010.

NORONHA, Eduardo & TURCHI, Lenite. **Política industrial e ambiente institucional na análise de arranjos produtivos locais**. IPEA. Texto para Discussão número 1076. Brasília, março de 2005.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico. Fundação de Apoio à Pesquisa do RN. “MINUTA” **Plano Estadual de CT&I do Rio Grande do Norte - 2011 / 2020**. Natal-RN, 2011.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. **Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no Estado do Rio Grande do Norte - PAE/RN**, Natal-RN, 2010.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Secretaria Extraordinária para Assuntos Institucionais. **Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável o Seridó**. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. Diagnóstico, Estratégias, Programas e Projetos. Natal-RN 2000.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. **Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Zona Homogênea do Litoral Norte**. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. Diagnóstico, Estratégias, Programas e Projetos. Natal-RN 2002.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. Rio Grande do Norte. **Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Potengi e Trairi**. Diagnóstico, Estratégias, Programas e Projetos. Natal-RN. 2004.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. **Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Alto Oeste**. Diagnóstico e Estratégias, Programas e Projetos. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. Diagnóstico, Estratégias, Programas e Projetos. Natal-RN. 2006.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças.



Rio Grande do Norte

Secretaria Extraordinária para Assuntos Institucionais. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Médio Oeste:** Diagnóstico, Estratégias, Programas e Projetos. Natal-RN. 2007.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Secretaria Extraordinária para Assuntos Institucionais. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Médio Oeste:** Diagnóstico, Estratégias, Programas e Projetos. Natal-RN. 2007.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Secretaria Extraordinária para Assuntos Institucionais. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Açu.** Diagnóstico, Estratégias, Programas e Projetos. Natal-RN. 2009.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Secretaria Extraordinária para Assuntos Institucionais. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Mossoroense.** Diagnóstico, Estratégias, Programas e Projetos. Natal-RN. 2009.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. **Plano Plurianual – 2008-2011.** Natal-RN. 2007.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Natal – Natal MetrÓpole 2020.** Diagnóstico, Estratégias, Programas e Projetos. Natal-RN. 2007.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.. **Indicadores Econômicos e Sociais.** Natal-RN. 2009.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Turismo. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável Estado do Rio Grande do Norte - PDITS/RN - Natal-RN, 2010.

SANTOS, Everson Vieira. **Globalização e Desenvolvimento Regional.** Acesso em 05/07/2010.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico.** Ed. Atlas SP. 1997.

TOLOSA, Hamilton C. **Polos de Crescimento: Teoria e Política Econômica.** São Paulo. EGRT. 1972.



Rio Grande do Norte

## **ANEXOS**

**QUADRO I: EXPERIÊNCIAS COM ORGANISMOS FINANCEIROS  
MULTILATERAIS E AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS ESTRANGEIRAS**

**QUADRO II: CRONOGRAMA DE COMPROMISSOS**

**QUADRO III: CRONOGRAMA ANUAL FÍSICO – FINANCEIRO**



**QUADRO I**  
**EXPERIÊNCIAS COM ORGANISMOS FINANCEIROS MULTILATERAIS**  
**E AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS ESTRANGEIRAS**

ITEM	AGÊNCIA	TÍTULO DO PROJETO	Nº DO CONTRATO	VALOR (US\$ 1.000)			PRAZOS DE EXECUÇÃO (ANOS)	
				EMPRÉSTIMO	DESEMBOLSADO		ORIGINAL	EFETIVO
					VALOR	%		
MUTUÁRIO Estado do Rio Grande do Norte EXECUTOR Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação, e da Ação Social	BIRD	Projeto para Alivio a Pobreza Rural	4120-0 BR	24.000.000,00	24.000.000,00	100	4	4
MUTUÁRIO Estado do Rio Grande do Norte EXECUTOR Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação, e da Ação Social	BIRD	Projeto de Combate a Pobreza Rural	4667-0 BR	22.500.000,00	22.500.000,00	100	3	3
MUTUÁRIO Estado do Rio Grande do Norte EXECUTOR Secretaria de Estado da Tributação	BID	Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiro		18.870.000,00	18.870.000,00	100	3	5
MUTUÁRIO Estado do Rio Grande do Norte EXECUTOR Secretaria de Estado do Turismo	BID	PRODETUR I – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste		21.620.950,00	21.620.950,00	100	4	6
MUTUÁRIO Estado do Rio Grande do Norte EXECUTOR Secretaria de Estado do Turismo	BID	PRODETUR II – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste		21.300.000,00'	21.300.000,00	100	4	8
MUTUÁRIO Estado do Rio Grande do Norte EXECUTOR Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação, e da Ação Social	BIRD	Projeto para Alivio a Pobreza Rural	7489-0 BR	22.500.000,00	22.500.000,00	100	4	4
MUTUÁRIO Estado do Rio Grande do Norte EXECUTOR Secretaria de Estado Recursos Hídricos	BIRD	Desenvolvimento do Semiárido Potiguar	7488-0 BR	35.900.000,00	13.400.000,00	100	4	5



## QUADRO II CRONOGRAMA DE COMPROMISSOS



### QUADRO III CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

COMPONENTES/SUBCOMPONENTES	RECURSOS TOTAIS (US\$)**			ANO				
	TOTAL	BANCO	ESTADO	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
<b>COMPONENTE A: DESENVOLVIMENTO REGIONAL ECONÔMICO, SOCIAL E HUMANO</b>	<b>458.795.031</b>	458.795.031	-	73.512.636	157.014.488	137.861.075	65.851.553	24.555.280
<b>A.1 Desenvolvimento Econômico e Social</b>	<b>328.975.155</b>	328.975.155	-	54.393.168	99.572.050	94.977.019	55.477.640	24.555.280
i) Inclusão produtiva através do fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos locais em bases sustentáveis, com foco no acesso aos mercados	100.770.186	100.770.186	-	10.045.963	30.634.783	30.759.006	19.719.255	9.611.180
ii) Promoção e fortalecimento de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, com foco no combate à miséria	45.149.068	45.149.068	-	6.198.137	15.036.646	14.671.429	6.814.286	2.428.571
iii) Inserção de mulheres e jovens no mercado de trabalho, visando combater as desigualdades sociais	3.726.708	3.726.708	-	372.671	1.304.348	1.490.683	559.006	-
iv) Ampliação e melhoria da infraestrutura socioeconômica, de forma que permita a logística integrada e eficiente voltada ao desenvolvimento regional sustentável	179.329.193	179.329.193	-	37.776.398	52.596.273	48.055.901	28.385.093	12.515.528
<b>A.2 Atenção à Saúde</b>	<b>37.652.174</b>	37.652.174	-	3.739.344	17.046.165	16.866.665	-	-
i) Fortalecimento da rede de atenção materno-infantil	14.268.779	14.268.779	-	32.475	7.206.542	7.029.763	-	-
ii) Fortalecimento da rede de atenção oncológica	4.983.727	4.983.727	-	3.683.093	651.677	648.957	-	-
iii) Fortalecimento da rede de atenção às urgências e emergências	18.399.668	18.399.668	-	23.776	9.187.946	9.187.946	-	-
<b>A.3 Melhoria da Qualidade da Educação Básica</b>	<b>92.167.702</b>	92.167.702	-	15.380.124	40.396.273	26.017.391	10.373.913	-
i) Melhoria do processo de ensino-aprendizagem	40.590.062	40.590.062	-	14.301.242	18.509.317	4.037.267	3.742.236	-
ii) Implantação de padrões mínimos das escolas	45.745.342	45.745.342	-	465.839	18.881.988	20.186.335	6.211.180	-
iii) Instituição de regime de colaboração entre Estado e municípios	1.304.348	1.304.348	-	364.596	334.161	303.106	302.484	-
iv) Integração da educação na agenda de desenvolvimento regional	4.527.950	4.527.950	-	248.447	2.670.807	1.490.683	118.012	-
<b>COMPONENTE B. REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO</b>	<b>81.204.969</b>	81.204.969	-	19.875.776	28.968.944	17.204.969	10.869.565	4.285.714
<b>B.1 Concepção, desenvolvimento e implantação de um modelo integrado de planejamento, gestão orçamentária e financeira</b>	<b>41.639.752</b>	41.639.752	-	15.217.391	17.043.478	3.229.814	3.105.590	3.043.478
<b>B.2 Reestruturação da máquina administrativa do Estado</b>	<b>26.397.516</b>	26.397.516	-	1.552.795	6.832.298	11.801.242	6.211.180	-
<b>B.3 Desenvolvimento e implantação de modelo de gestão de recursos humanos</b>	<b>13.167.702</b>	13.167.702	-	3.105.590	5.093.168	2.173.913	1.552.795	1.242.236
<b>TOTAL</b>	<b>\$ 540.000.000</b>	<b>\$ 540.000.000</b>	<b>\$ -</b>	<b>\$ 93.388.412</b>	<b>\$ 185.983.432</b>	<b>\$ 155.066.044</b>	<b>\$ 76.721.118</b>	<b>\$ 28.840.994</b>

**Rio Grande do Norte: Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável**

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, EM U\$\***

COMPONENTES/SUBCOMPONENTES	RECURSOS TOTAIS (U\$)**			ANO				
	TOTAL	BANCO	ESTADO	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
<b>COMPONENTE A: DESENVOLVIMENTO REGIONAL ECONÔMICO, SOCIAL E HUMANO</b>	<b>458.795.031</b>	458.795.031	-	<b>73.512.636</b>	<b>157.014.488</b>	<b>137.861.075</b>	<b>65.851.553</b>	<b>24.555.280</b>
<b>A.1 Desenvolvimento Econômico e Social</b>	<b>328.975.155</b>	328.975.155	-	54.393.168	99.572.050	94.977.019	55.477.640	24.555.280
i) Promover a inclusão produtiva através do fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos locais em bases sustentáveis, com foco no acesso aos mercados	<b>100.770.186</b>	100.770.186	-	10.045.963	30.634.783	30.759.006	19.719.255	9.611.180
ii) Promover e fortalecer ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, com foco no combate à miséria	<b>45.149.068</b>	45.149.068	-	6.198.137	15.036.646	14.671.429	6.814.286	2.428.571
iii) Promover a inserção de mulheres e jovens no mercado de trabalho, visando combater as desigualdades sociais	<b>3.726.708</b>	3.726.708	-	372.671	1.304.348	1.490.683	559.006	-
iv) Promover a ampliação e melhoria da infraestrutura socioeconômica, de forma que permita a logística integrada e eficiente voltada ao desenvolvimento regional sustentável	<b>179.329.193</b>	179.329.193	-	37.776.398	52.596.273	48.055.901	28.385.093	12.515.528
<b>A.2 Atenção à Saúde</b>	<b>37.652.174</b>	37.652.174	-	<b>3.739.344</b>	<b>17.046.165</b>	<b>16.866.665</b>	-	-
i) Fortalecimento da rede de atenção materno-infantil	<b>14.268.779</b>	14.268.779	-	<b>32.475</b>	<b>7.206.542</b>	<b>7.029.763</b>	-	-
ii) Fortalecimento da rede de atenção oncológica	<b>4.983.727</b>	4.983.727	-	<b>3.683.093</b>	<b>651.677</b>	<b>648.957</b>	-	-
iii) Fortalecimento da rede de atenção às urgências e emergências	<b>18.399.668</b>	18.399.668	-	<b>23.776</b>	<b>9.187.946</b>	<b>9.187.946</b>	-	-
<b>A.3 Melhoria da Qualidade da Educação Básica</b>	<b>92.167.702</b>	92.167.702	-	<b>15.380.124</b>	<b>40.396.273</b>	<b>26.017.391</b>	<b>10.373.913</b>	-
i) Melhoria do processo de ensino-aprendizagem	<b>40.590.062</b>	40.590.062	-	<b>14.301.242</b>	<b>18.509.317</b>	<b>4.037.267</b>	<b>3.742.236</b>	-
ii) Implantação de padrões mínimos das escolas	<b>45.745.342</b>	45.745.342	-	<b>465.839</b>	<b>18.881.988</b>	<b>20.186.335</b>	<b>6.211.180</b>	-
iii) Instituição de regime de colaboração entre Estado e municípios	<b>1.304.348</b>	1.304.348	-	<b>364.596</b>	<b>334.161</b>	<b>303.106</b>	<b>302.484</b>	-
iv) Integração da educação na agenda de desenvolvimento regional	<b>4.527.950</b>	4.527.950	-	<b>248.447</b>	<b>2.670.807</b>	<b>1.490.683</b>	<b>118.012</b>	-
<b>COMPONENTE B. REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO</b>	<b>81.204.969</b>	81.204.969	-	<b>19.875.776</b>	<b>28.968.944</b>	<b>17.204.969</b>	<b>10.869.565</b>	<b>4.285.714</b>
<b>B.1 Concepção, desenvolvimento e implantação de um modelo integrado de planejamento, gestão orçamentária e financeira</b>	<b>41.639.752</b>	41.639.752	-	<b>15.217.391</b>	<b>17.043.478</b>	<b>3.229.814</b>	<b>3.105.590</b>	<b>3.043.478</b>
<b>B.2 Reestruturação da máquina administrativa do Estado</b>	<b>26.397.516</b>	26.397.516	-	<b>1.552.795</b>	<b>6.832.298</b>	<b>11.801.242</b>	<b>6.211.180</b>	-
<b>B.3 Desenvolvimento e implantação de modelo de gestão de recursos humanos</b>	<b>13.167.702</b>	13.167.702	-	<b>3.105.590</b>	<b>5.093.168</b>	<b>2.173.913</b>	<b>1.552.795</b>	<b>1.242.236</b>
<b>TOTAL</b>	<b>\$ 540.000.000</b>	<b>\$ 540.000.000</b>	<b>\$ -</b>	<b>\$ 93.388.412</b>	<b>\$ 185.983.432</b>	<b>\$ 155.066.044</b>	<b>\$ 76.721.118</b>	<b>\$ 28.840.994</b>

Nota: \*Valores adotados na Carta Consulta. Na fase de elaboração do Projeto, o volume de recursos para cada uma das ações serão revistas em conjunto com o Banco Mundial e os órgãos envolvidos, estando, ainda, sujeito a variação cambial.

\*\* Cotação: U\$S 1.00 - R\$ 1,61, em 06 de maio de 2011

## Rio Grande do Norte: Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável

### VALORES CONSOLIDADOS SEGUNDO ÓRGÃO ENVOLVIDOS NO PROJETO\*

SECRETARIA	Categoria do Gasto												RECURSOS	
	OBRAS CIVIS		EQUIPAMENTOS		CONSULTORIAS		CAPACITAÇÃO		SERVIÇOS		IMPREVISTO			
	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$		
SAPE	34%	42.870.186	24%	30.722.609	7%	9.132.795	23%	29.874.379	10%	12.492.578	2%	2.224.224	<b>127.316.770</b>	23,6%
SETHAS	43%	18.583.540	32%	13.817.702	9%	3.913.043	12%	5.255.280	3%	1.188.820	2%	688.820	<b>43.447.205</b>	8,0%
SETUR	88%	51.163.975	9%	5.439.503	0%	-	0%	-	0%	-	3%	1.607.702	<b>58.211.180</b>	10,8%
SEDEC	70%	14.000.000	20%	4.000.000	3%	600.000	0%	-	5%	1.000.000	2%	400.000	<b>20.000.000</b>	3,7%
DER	90%	72.000.000	7%	5.600.000	3%	2.400.000	0%	-	0%	-	0%	-	<b>80.000.000</b>	14,8%
SESAP	52%	19.472.526	47%	17.845.524	0%	-	0%	259.426	0%	74.698	0%	-	<b>37.652.174</b>	7,0%
SEEC	39%	36.085.248	15%	13.665.062	2%	2.267.727	44%	40.149.665	0%	-	0%	-	<b>92.167.702</b>	17,1%
SEPLAN	0%	-	21%	7.701.863	61%	22.608.696	5%	1.739.130	9%	3.478.261	5%	1.739.130	<b>37.267.081</b>	6,9%
SEARH	14%	6.055.901	39%	17.212.422	22%	9.582.609	17%	7.453.416	0%	-	8%	3.633.540	<b>43.937.888</b>	8,1%
<b>TOTAL</b>	<b>48%</b>	<b>260.231.377</b>	<b>21%</b>	<b>116.004.685</b>	<b>9%</b>	<b>50.504.870</b>	<b>16%</b>	<b>84.731.296</b>	<b>3%</b>	<b>18.234.357</b>	<b>2%</b>	<b>10.293.416</b>	<b>540.000.000</b>	

Nota: \*Valores adotados na Carta Consulta. Na fase de elaboração do Projeto, o volume de recursos para cada uma das ações serão revistas em conjunto com o Banco Mundial e os órgãos envolvidos, estando, ainda, sujeito a variação cambial.

\*\* Cotação: US\$ 1.00 - R\$ 1,61, em 06 de maio de 2011

## Rio Grande do Norte: Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável

### VALORES CONSOLIDADOS SEGUNDO ÓRGÃO ENVOLVIDOS NO PROJETO, POR ANO\*

SECRETARIA	Ano										RECURSOS	
	Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4		Ano 5		Total*	%
	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$		
SAPE	9%	11.116.770	31%	40.090.683	31%	39.129.193	20%	25.331.677	9%	11.648.447	<b>127.316.770</b>	23,6%
SETHAS	13%	5.500.000	33%	14.276.398	33%	14.127.329	16%	7.040.373	6%	2.503.106	<b>43.447.205</b>	8,0%
SETUR	31%	17.776.398	26%	15.204.969	20%	11.720.497	14%	8.105.590	9%	5.403.727	<b>58.211.180</b>	10,8%
SEDEC	20%	4.000.000	30%	6.000.000	30%	6.000.000	15%	3.000.000	5%	1.000.000	<b>20.000.000</b>	3,7%
DER	20%	16.000.000	30%	24.000.000	30%	24.000.000	15%	12.000.000	5%	4.000.000	<b>80.000.000</b>	14,8%
SESAP	10%	3.739.344	45%	17.046.165	45%	16.866.665	0%	-	0%	-	<b>37.652.174</b>	7,0%
SEEC	17%	15.380.124	44%	40.396.273	28%	26.017.391	11%	10.373.913	0%	-	<b>92.167.702</b>	17,1%
SEPLAN	37%	13.788.820	38%	14.099.379	9%	3.229.814	8%	3.105.590	8%	3.043.478	<b>37.267.081</b>	6,9%
SEARH	14%	6.086.957	34%	14.869.565	32%	13.975.155	18%	7.763.975	3%	1.242.236	<b>43.937.888</b>	8,1%
<b>TOTAL</b>	17%	93.388.412	34%	185.983.432	29%	155.066.044	14%	76.721.118	5%	28.840.994	<b>540.000.000</b>	

Nota: \*Valores adotados na Carta Consulta. Na fase de elaboração do Projeto, o volume de recursos para cada uma das ações serão revistas em conjunto com o Banco Mundial e os órgãos envolvidos, estando, ainda, sujeito a variação cambial.

\*\* Cotação: US\$ 1.00 - R\$ 1,61, em 06 de maio de 2011

**Rio Grande do Norte: Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável**

**MATRIZ DE OBJETIVOS E AÇÕES**

**OBJETIVO GERAL**

Promover o desenvolvimento regional econômico do Rio Grande do Norte, com inclusão social e sustentabilidade ambiental, visando contribuir para a erradicação da pobreza extrema e diminuição da pobreza no Estado

**COMPONENTE A: DESENVOLVIMENTO REGIONAL ECONÓMICO, SOCIAL E HUMANO**

**A.1 Desenvolvimento Econômico e Social**

Objetivos Específicos	Ações	Atividades	Indicadores de Resultados	Meta Física	Meta Financeira (R\$ 1,00)*	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Promover a inclusão produtiva através do fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos locais em bases sustentáveis, com foco no acesso aos mercados	Ampliação e melhoria da base produtiva local e territorial ambientalmente sustentável	Ampliação e melhoria da base produtiva local e territorial da APICULTURA (SAPE)	% de agricultores familiares inseridos nas cadeias produtivas trabalhadas; % da participação do agronegócio no PIB; pessoas inseridas nas cadeias produtivas trabalhadas; Aumento da renda familiar.	Resumo: 250 subprojetos e 02 Projetos Territoriais, beneficiando 5.000 apicultores. Detalhamento: 02 entreposto de Mel; 80 Casas de Mel; 25 subprojetos de investimentos comunitários em equipamentos e indução floral; 145 subprojetos com financiando de 10.000 colmeias.	11.465.000	1.146.500	3.439.500	3.439.500	2.293.000	1.146.500
		Ampliação e melhoria da base produtiva local e territorial da PISCICULTURA DE ÁGUAS INTERIORES (SAPE)		Resumo: 250 subprojetos e 02 Projetos Territoriais, beneficiando 15.000 pessoas. Detalhamento: 02 Estações de Piscicultura nas barragens Santa Cruz do Apodi e Armando Ribeiro; 10 Estação Comunitária de produção de alevinão; 20 Galpões de trabalho (7m x 30m); 90 Investimentos comunitários de Tanque Rede; 150 Investimentos comunitários de Tanque Escavado; 20 Unidades regionais de beneficiamento de pescado.	37.135.000	3.713.500	11.140.500	11.140.500	7.427.000	3.713.500
		Ampliação e melhoria da base produtiva local e territorial da CAPRINOVINOCULTURA (SAPE)		Resumo: 01 Fábrica de Leite de Cabra em pó; 250 subprojetos, beneficiando 5.000 produtores Detalhamento: 30 unidades de processamento de carnes em consórcios municipais; 01 Fábrica de Leite de Cabra em pó; 15 Laboratório de sanidade e reprodução animal itinerante; 1.000 Reprodutores para o melhoramento Rebanho, beneficiando 50 associações; 50 Unidades reservas estratégicas forragem; 02 Unidades beneficiadoras de pele; 200 Unidades Demonstrativas de engorda e produção de leite com resíduos de caju.	22.850.000	2.285.000	6.855.000	6.855.000	4.570.000	2.285.000
		Ampliação e melhoria da base produtiva local e territorial da CAJUCULTURA (SAPE)		Resumo: 300 subprojetos, beneficiando 5.500 produtores Detalhamento: 10 Viveiros de produção de mudas; 2 milhões Mudas de Cajueiro Anão Precoce; 6.000 Unidades Demonstrativas de Produção; 10 Fábricas de ração de caju.	11.050.000	1.105.000	3.315.000	3.315.000	2.210.000	1.105.000
		Ampliação e melhoria da base produtiva local e territorial da COCOICULTURA (SAPE)		Resumo: 250 subprojetos, beneficiando 1.000 produtores Detalhamento: Produção de 800.000 Mudas de Coco; 2.000 Unidades Demonstrativas Produção; 27 Unidades beneficiamento bucha para cobertura morta.	10.140.000	1.014.000	3.042.000	3.042.000	2.028.000	1.014.000
		Ampliação e melhoria da base produtiva local e territorial da AGRICULTURA IRRIGADA (SAPE)		Resumo: 150 subprojetos de irrigação, beneficiando 6.000 produtores. Detalhamento: 3.000 hectares em áreas irrigadas para Produção Integrada; 16 unidades de beneficiamento de Frutas.	21.100.000	2.110.000	6.330.000	6.330.000	4.220.000	2.110.000

Objetivos Específicos	Ações	Atividades	Indicadores de Resultados	Meta Física	Meta Financeira (R\$ 1.00)*	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
		Ampliação e melhoria da base produtiva local e territorial para insumos das ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS (SAPE)		Resumo: 100 subprojetos, beneficiando 2.000 pessoas 2.000 Capacitações profissional/matéria prima; 2.000 Equipamentos financiados.	10.000.000	1.000.000	3.000.000	3.000.000	2.000.000	1.000.000
					<b>123.740.000</b>	<b>12.374.000</b>	<b>37.122.000</b>	<b>37.122.000</b>	<b>24.748.000</b>	<b>12.374.000</b>
	Estímulo às atividades competitivas e inovadoras que possam propiciar a geração de renda e a agregação de valor aos produtos regionais	Investimento em Pequenos Negócios no Setor Primário (PLANTAS MEDICINAIS, MARICULTURA, FLORICULTURA, ETC) (SAPE) Investimentos em atividades não agrícolas do setor secundário (SETHAS) Investimentos em arranjos produtivos locais inovadores (SAPE)	% de agricultores familiares inseridos nas cadeias produtivas trabalhadas; % da participação do agronegócio no PIB.	50 subprojetos, beneficiando 1250 pessoas 80 subprojetos financiados, beneficiando 1800 pessoas 80 subprojetos, beneficiando 800 pessoas	6.000.000 8.000.000 12.000.000	600.000 800.000 1.200.000	1.800.000 2.400.000 3.600.000	1.800.000 2.400.000 3.600.000	1.200.000 1.600.000 2.400.000	600.000 800.000 1.200.000
					<b>26.000.000</b>	<b>2.600.000</b>	<b>7.800.000</b>	<b>7.800.000</b>	<b>5.200.000</b>	<b>2.600.000</b>
	Apoio a investimentos relacionados à certificação do processo produtivo e dos produtos nas atividades de base familiar e de economia solidária	Investimentos em certificação de PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL (SAPE) Investimentos voltados a adequação às exigências de mercados (embalagem, rotulagem, padronização, divulgação) (SETHAS)	Nº de produtos certificados; Nº de atividades certificadas; Nº de subprojetos adequados para comercialização	50 subprojetos, beneficiando 1500 pessoas 80 unidades de processamento de produtos adequados às exigências do mercado, beneficiando 800 pessoas	3.000.000 4.500.000	300.000 900.000	1.050.000 1.600.000	1.200.000 1.400.000	450.000 600.000	- -
					<b>7.500.000</b>	<b>1.200.000</b>	<b>2.650.000</b>	<b>2.600.000</b>	<b>1.050.000</b>	<b>-</b>
	Promoção e apoio à realização de feiras e eventos, nacionais e internacionais, voltadas a inserção de mercados do público alvo do Projeto	Promoção e realização de feiras locais, regionais, nacionais e internacionais voltadas a inserção dos artesões em mercados (SETHAS) Promoção e realização de eventos, feiras e exposições de cunho cultural ligadas a inserção dos beneficiários do Projeto em mercados (SAPE)	Nº de eventos/feiras realizadas; Nº de produtores/artesões beneficiados	24 feiras locais, 8 regionais e 21 feiras nacionais e internacionais apoiados/promovidas, beneficiando 3.000 pessoas 30 eventos, sendo 9 de estaduais	1.000.000 4.000.000	- -	350.000 1.400.000	400.000 1.600.000	150.000 600.000	100.000 400.000
					<b>5.000.000</b>	<b>-</b>	<b>1.750.000</b>	<b>2.000.000</b>	<b>750.000</b>	<b>500.000</b>
				<b>subtotal</b>	<b>162.240.000</b>	<b>16.174.000</b>	<b>49.322.000</b>	<b>49.522.000</b>	<b>31.748.000</b>	<b>15.474.000</b>
Promover e fortalecer ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, com foco no combate à miséria	Apoio a investimentos voltados à sustentabilidade socioambiental, convivência com o semiárido e manejo da caatinga, visando a recuperação de áreas degradadas e a reversão do processo de desertificação	Investimentos em tecnologias socioambientais de convivência com o semiárido (SETHAS) Investimentos em recuperação de áreas degradadas e de áreas de preservação permanentes (APP's), bancos de sementes e viveiros de produção de mudas (SETHAS) Investimentos em triagem e beneficiamento de resíduos sólidos voltados a associações de catadores (SETHAS).	Quantidade de área recuperada; Nº de projetos apoiados	100 subprojetos financiados, beneficiando 500 pessoas 100 subprojetos financiados; e 100 áreas em comunidades rurais recuperadas, beneficiando 2.000 pessoas. 10 subprojetos financiados, beneficiando 200 pessoas	3.000.000 6.000.000 2.400.000	300.000 600.000 240.000	1.050.000 2.100.000 840.000	1.200.000 2.400.000 960.000	450.000 900.000 360.000	- - -
					<b>11.400.000</b>	<b>1.140.000</b>	<b>3.990.000</b>	<b>4.560.000</b>	<b>1.710.000</b>	<b>-</b>
	Apoio a investimentos voltados ao acesso das organizações comunitárias aos programas de aquisição de alimentos, com foco nos mercados e na segurança alimentar e nutricional	Investimentos em implantação de hortas comunitárias e quintais produtivos de base agroecológica (SETHAS) Investimentos empreendimentos de pequena escala voltados a adequação às exigências dos programas de aquisição de alimentos (SETHAS)	Nº de hortas comunitárias implantadas	150 hortas comunitárias e quintais produtivos implantados, beneficiando 800 pessoas 30 unidades de processamento de produtos adequados às exigências do mercado, beneficiando 800 pessoas	2.000.000 1.000.000	300.000 150.000	700.000 350.000	700.000 350.000	300.000 150.000	- -
					<b>3.000.000</b>	<b>450.000</b>	<b>1.050.000</b>	<b>1.050.000</b>	<b>450.000</b>	<b>-</b>

Objetivos Específicos	Ações	Atividades	Indicadores de Resultados	Meta Física	Meta Financeira (R\$ 1.00)*	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
	Apoio a investimentos hídricos necessários à atividade produtiva, consumo humano e dessedentação animal	Investimentos voltados para implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água (SETHAS)	Nº de subprojetos atendidos; N de pessoas com acesso a água	150 subprojetos financiados, beneficiando 2.100 pessoas	11.800.000	1.180.000	3.540.000	3.540.000	2.360.000	1.180.000
		Investimentos em sistemas de tratamento de água comunitários (SETHAS)		150 subprojetos financiados, beneficiando 6.100 pessoas	3.750.000	375.000	1.125.000	1.125.000	750.000	375.000
		Investimentos em infraestrutura hídrica voltadas para produção coletiva (SETHAS)		100 subprojetos financiados, beneficiando 3.000 pessoas	5.000.000	500.000	1.500.000	1.500.000	1.000.000	500.000
					<b>20.550.000</b>	<b>2.055.000</b>	<b>6.165.000</b>	<b>6.165.000</b>	<b>4.110.000</b>	<b>2.055.000</b>
Fomento à inserção das organizações sociais em redes de cooperação solidárias para atuação no desenvolvimento sustentável	Investimentos em empreendimentos ligados a rede de economia solidária (SETHAS)	Investimento voltados ao fortalecimento do artesanato com foco na economia solidária (SETHAS)	Nº de organizações sociais atuantes; Nº de redes sociais trabalhadas	30 subprojetos, beneficiando 300 pessoas	1.200.000	120.000	420.000	480.000	180.000	-
				02 centrais de comercialização implantadas; 30 subprojetos financiados; e 500 artesões beneficiados	2.800.000	280.000	980.000	840.000	420.000	280.000
				10 subprojetos financiados, beneficiando 100 pessoas	800.000	80.000	240.000	240.000	120.000	120.000
					<b>4.800.000</b>	<b>480.000</b>	<b>1.640.000</b>	<b>1.560.000</b>	<b>720.000</b>	<b>400.000</b>
Realização de estudos, planos e diagnósticos visando fomentar e difundir inovações tecnológicas e fortalecer as cadeias produtivas, com foco na sustentabilidade socioambiental	Realização de estudos de viabilidade econômica voltados para atividades não agrícolas (SETHAS)	Realização de estudos e difusão de boas práticas e de tecnologias adequadas de convivência com o semiárido e combate à desertificação (SETHAS)	Nº de estudos/planos/ diagnósticos elaborados e difundidos; nº de subprojetos incubados;	200 estudos elaborados	400.000	200.000	160.000	40.000	-	-
				Estudos e difusão realizados	3.000.000	1.500.000	1.200.000	300.000	-	-
				20 subprojetos incubados, beneficiando 100 pessoas	2.800.000	280.000	980.000	1.120.000	420.000	-
				40 unidades de demonstração tecnológicas, executadas pelo Estado	4.000.000	400.000	1.400.000	1.600.000	600.000	-
				Estudos, planos, diagnósticos elaborados	3.000.000	1.500.000	1.200.000	300.000	-	-
					<b>13.200.000</b>	<b>3.880.000</b>	<b>4.940.000</b>	<b>3.360.000</b>	<b>1.020.000</b>	<b>-</b>
Apoio em ações de capacitação, formação e assistência técnica voltadas ao desenvolvimento sustentável, com foco no público-alvo do Projeto	Formação de Gestores em AGRONEGÓCIO (SAPE)	Treinamentos e Assistência Técnica (SAPE)	Nº de pessoas capacitadas; Nº de eventos realizados; % de projetos com assistência técnica garantida; Nº de	200 pessoas formadas em MBA	10.040.000	1.004.000	3.514.000	4.016.000	1.506.000	-
				9.500 treinamentos relacionadas as cadeias produtivas apoiadas	5.200.000	520.000	1.560.000	1.560.000	780.000	780.000
				960 Oficinas Municipais; 160 Oficinas Municipais de Avaliação; 24 Seminários Regionais; 02 Seminários Temáticos; 04 Encontros Estaduais com Associações; e 4.800 pessoas beneficiadas.	2.140.000	214.000	642.000	642.000	321.000	321.000

Objetivos Específicos	Ações	Atividades	Indicadores de Resultados	Meta Física	Meta Financeira (R\$ 1,00)*	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
		Formação e capacitação voltadas a sustentabilidade socioambiental dos subprojetos, das associações e dos conselhos (SETHAS)	assistentes técnicos credenciados	Treinamentos de dirigentes das associações relacionadas as ações voltadas a sustentabilidade dos subprojetos; Capacitações anuais dos conselhos municipais; e Cursos de qualificação de gestores de organizações de assistência técnica e gerencial.	2.360.000	236.000	708.000	708.000	354.000	354.000
				<b>subtotal</b>	<b>19.740.000</b>	<b>1.974.000</b>	<b>6.424.000</b>	<b>6.926.000</b>	<b>2.961.000</b>	<b>1.455.000</b>
					<b>72.690.000</b>	<b>9.979.000</b>	<b>24.209.000</b>	<b>23.621.000</b>	<b>10.971.000</b>	<b>3.910.000</b>
Promover a inserção de mulheres e jovens no mercado de trabalho, visando combater as desigualdades sociais	Apoio em ações voltadas à inserção de mulheres e jovens empreendedores nas atividades produtivas, com foco no mercado de trabalho e na geração de renda	Qualificação em gestão empreendedora (SETHAS)	Mulheres e jovens qualificados e inseridos no mercado de trabalho	1.000 empreendedores qualificados	1.000.000	100.000	350.000	400.000	150.000	-
		Investimentos em pequenos negócios empreendedores voltados a geração de trabalho e renda (SETHAS)		1.000 pequenos negócios apoiados	3.400.000	340.000	1.190.000	1.360.000	510.000	-
		Investimentos socioculturais voltados para o inserção dos jovens no mercado de trabalho (SETHAS)		20 subprojetos incubados, beneficiando 800 jovens	1.600.000	160.000	560.000	640.000	240.000	-
				<b>subtotal</b>	<b>6.000.000</b>	<b>600.000</b>	<b>2.100.000</b>	<b>2.400.000</b>	<b>900.000</b>	<b>-</b>
					<b>6.000.000</b>	<b>600.000</b>	<b>2.100.000</b>	<b>2.400.000</b>	<b>900.000</b>	<b>-</b>
Promover a ampliação e melhoria da infraestrutura socioeconômica, de forma que permita a logística integrada e eficiente voltada ao desenvolvimento regional sustentável	Apoio a investimentos de infraestrutura voltados ao fortalecimento do turismo regional sustentável	Investimentos em melhorias da infraestrutura urbanística e acessibilidade às praias, lagoas, açudes e atrativos naturais e culturais (SETUR)	Aumento de 10% do fluxo turístico para os municípios do RN e aumento do tempo de permanência do turista no Estado; Aumento do índice de saneamento básico nos municípios do RN e consequente qualidade de vida da população; e Aumento de emprego e renda e consequentemente do índice de qualidade de vida da população local.	i) Ampliar e recuperar 43 km da estrada de Mossoró Tibau (R\$ 35.000.000,00); ii) Implantação, melhoria e pavimentação de 9 km de rodovia dos acessos ao Santuário dos Mártires (R\$ 10.000.000,00); iii) Elaboração e implantação da urbanização da Lagoa de Arituba (R\$ 1.000.000,00); iv) Urbanização de áreas turísticas nos Polos (R\$ 3.000.000,00); v) Implantação e pavimentação de 06 km da RN 313 (Pium)/Lago Azul/Contorno da Lagoa do Bomfim (R\$ 6.000.000,00); vi) Urbanização do Açude Boqueirão, no município de Parelhas: Construção e urbanização de 08 quiosques; Construção de 5.400 m² de calçada ligando a cidade ao açude; Pavimentação de 2.000 m² (R\$ 2.000.000,00); vii) Urbanização e Teleférico de Santa Rita de Cássia: Implantação de 01 teleférico e urbanização da área do entorno de Santa Rita de Cássia, Santa Cruz/RN (R\$ 4.000.000,00); viii) Implantação de 01 teleférico e urbanização da área do entorno de Martins (R\$ 5.000.000,00);	66.000.000	19.800.000	16.500.000	13.200.000	9.900.000	6.600.000
		Investimentos em melhorias no índice de saneamento de municípios turísticos (SETUR)		i) Implantar recuperação, saneamento, drenagem e urbanização do Rio Maceió, Touros (R\$ 6.000.000,00); ii) Implantar projetos técnicos do sistema de esgotamento sanitário e de melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água de São Miguel do Gostoso (R\$ 5.000.000,00); iii) Implantar projetos técnicos do sistema de esgotamento sanitário e de melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água de Galinhos (R\$ 5.000.000,00); iv) Implantar projetos técnicos do sistema de esgotamento sanitário de Cerro Corá (R\$ 5.000.000,00).	21.000.000	6.300.000	5.250.000	4.200.000	3.150.000	2.100.000

Objetivos Específicos	Ações	Atividades	Indicadores de Resultados	Meta Física	Meta Financeira (R\$ 1.000)*	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
		Investimentos na criação e estruturação de apoio ao turista e de novos roteiros turísticos (SETUR)		i) Caminhos da Santa: Construção e aquisição de equipamentos para 3 centros de apoio ao visitante nas cidades de Bom Jesus, Tangará e Serra Caiada (RN). (R\$ 700.000); ii) Polos Serrano e Agreste/Trairi: Sinalização turística para os municípios dos Polos Serrano e Agreste/Trairi; Implantação da sinalização turística nos 18 municípios do Polo Serrano e nos 16 municípios do Polo Agreste/Trairi. (R\$ 1.000.000,00); iii) Construção de um centro de apoio ao turismo de aventura de Serra Caiada. (R\$ 1.000.000,00); e iv) Construção de terminal turístico na Ilha do Flamengo, Arez (RN) (R\$ 1.500.000,00).	4.200.000	1.260.000	1.470.000	1.470.000	-	-
		Investimentos voltados a segurança do turista (SETUR)		i) Elaborar e implantar projetos técnicos para iniciativa de segurança nas estradas para transporte turístico no Estado do RN. (R\$ 300.000); e ii) Elaborar e implantar projetos técnicos para estruturação da Companhia de Apoio ao Turista no litoral de São Miguel do Gostoso e Maxaranguape (R\$ 2.220.000,00).	2.520.000	1.260.000	1.260.000	-	-	-
					<b>93.720.000</b>	<b>28.620.000</b>	<b>24.480.000</b>	<b>18.870.000</b>	<b>13.050.000</b>	<b>8.700.000</b>
	Apoio a investimentos de infraestrutura voltados ao fortalecimento das atividades regionais, com foco nos mercados	Investimentos em infraestrutura voltados ao escoamento da produção (DER)	Incremento na malha rodoviária do Estado; Nº de empreendedores beneficiados; fortalecimento das atividades regionais	Restauração, melhoria e implantação com pavimentação de 160 km de estradas na região Mossoroense e Vale do Açu	128.800.000	25.760.000	38.640.000	38.640.000	19.320.000	6.440.000
		Investimentos em infraestrutura regionais para fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos locais, com foco na agricultura familiar (SAPE)		15 projetos territoriais e estaduais executados pelo Estado, beneficiando 9.000 pessoas	34.000.000	-	11.900.000	10.200.000	8.500.000	3.400.000
		Investimentos em infraestrutura voltados ao fortalecimento das atividades econômicas regionais (SEDEC)		Atividades regionais fortalecidas	32.200.000	6.440.000	9.660.000	9.660.000	4.830.000	1.610.000
					<b>195.000.000</b>	<b>32.200.000</b>	<b>60.200.000</b>	<b>58.500.000</b>	<b>32.650.000</b>	<b>11.450.000</b>
				<b>subtotal</b>	<b>288.720.000</b>	<b>60.820.000</b>	<b>84.680.000</b>	<b>77.370.000</b>	<b>45.700.000</b>	<b>20.150.000</b>
				<b>Total</b>	<b>529.650.000</b>	<b>87.573.000</b>	<b>160.311.000</b>	<b>152.913.000</b>	<b>89.319.000</b>	<b>39.534.000</b>

Nota: \*Valores adotados na Carta Consulta. Na fase de elaboração do Projeto, o volume de recursos para cada uma das ações serão revistas em conjunto com o Banco Mundial e os órgãos envolvidos, estando, ainda, sujeito a variação cambial.

\*\* Cotação: US\$ 1,00 - R\$ 1,61, em 06 de maio de 2011.

Resumo		
Ano	Valor (R\$)	%
Ano 1	87.573.000	16,53
Ano 2	160.311.000	30,27
Ano 3	152.913.000	28,87
Ano 4	89.319.000	16,86
Ano 5	39.534.000	7,46
Total	529.650.000	

Rio Grande do Norte: Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável											
MATRIZ DE OBJETIVOS E AÇÕES											
OBJETIVO GERAL											
Promover o desenvolvimento regional econômico do Rio Grande do Norte, com inclusão social e sustentabilidade ambiental, visando contribuir para a erradicação da pobreza extrema e diminuição da pobreza no Estado											
COMPONENTE A: DESENVOLVIMENTO REGIONAL ECONÔMICO, SOCIAL E HUMANO											
A.2 Atenção à Saúde											
Objetivos Específicos	Ações	Atividades	Indicadores de Resultados	Meta Física	Meta Financeira (R\$ 1,00)*	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
Melhorar a qualidade da atenção à saúde, com ênfase na rede de atenção materno-infantil, rede de atenção oncológica e rede de atenção às urgências e emergências	Fortalecimento da rede de atenção materno-infantil	Qualificação de profissionais, na área de atenção primária na classificação de risco, método canguru e cuidados intensivos neonatal	% de profissionais treinados; % de protocolos implantados; % de Bancos de leitos construídos, ampliados e equipados; % de leitos implantados; Hospital implantado; e % de maternidades reformadas e equipadas.	435 profissionais qualificados	245.620	30.174	170.188	45.258	-	-	
		Implantação e monitoração de protocolos de atendimento as gestantes nas maternidades		Protocolos Implantados	88.440	22.110	44.220	22.110	-	-	
		Construção, ampliação e equipagem para bancos de leite humano de Mossoró e Pau dos Ferros		02 Bancos de leite estruturados	1.334.050	-	600.000	734.050	-	-	
		Equipagem de leitos de UTI Neonatal em hospitais e maternidades do estado e municípios		35 leitos implantados e equipados	1.673.000	-	836.500	836.500	-	-	
		Construção e implantação do hospital da mulher em Mossoró		01 hospital construído e implantados	17.680.000	-	8.000.000	9.680.000	-	-	
		Reforma, ampliação e equipagem de maternidades filantrópicas na assistência à mulher e o recém-nascido do RN 100% SUS		23 maternidades filantrópicas reformadas e equipadas	1.951.624	-	1.951.624	-	-	-	
						<b>22.972.734</b>	<b>52.284</b>	<b>11.602.532</b>	<b>11.317.918</b>	-	-
	Fortalecimento da rede de atenção oncológica	Realização de estudos de viabilidade para implantação de centros de referência de atenção à saúde da mulher, com especificidade em câncer de colo de útero e mama	% de Centros de Referência implantados; % de equipamentos adquiridos; e % de profissionais capacitados.	04 centros implantados	6.400	6.400	-	-	-	-	-
		Aquisição de equipamentos para centros de referência de atenção à mulher em oncologia		Equipamentos adquiridos	5.163.380	5.163.380	-	-	-	-	
		Construção de Laboratório Estadual de Anatomohistopatologia		01 Laboratório construído	1.995.620	-	1.000.000	995.620	-	-	
		Reforma de Laboratório Estadual de Citopatologia		1 Laboratório reformado	760.000	760.000	-	-	-	-	
		Capacitação de profissionais de saúde para qualificação nas ações de controle e diagnóstico de câncer de colo de útero e de mama		50 profissionais de saúde capacitados	98.400	-	49.200	49.200	-	-	
						<b>8.023.800</b>	<b>5.929.780</b>	<b>1.049.200</b>	<b>1.044.820</b>	-	-
	Fortalecimento da rede de atenção às urgências e emergências	Adequação da estrutura física e aquisição de equipamentos para hospitais da rede de urgência e emergência no Estado	% de hospitais reestruturados e equipados; e % de profissionais capacitados em 5 hospitais	10 hospitais estruturados e equipados	29.585.186	-	14.792.593	14.792.593	-	-	
		Capacitação de profissionais de hospitais gerais em cuidados intensivos		30 profissionais capacitados	38.280	38.280	-	-	-	-	
							<b>29.623.466</b>	<b>38.280</b>	<b>14.792.593</b>	<b>14.792.593</b>	-
	<b>Total</b>					<b>60.620.000</b>	<b>6.020.344</b>	<b>27.444.325</b>	<b>27.155.331</b>	-	-

Nota: \*Valores adotados na Carta Consulta. Na fase de elaboração do Projeto, o volume de recursos para cada uma das ações serão revistas em conjunto com o Banco Mundial e os órgãos envolvidos, estando, ainda, sujeito a variação cambial.

Resumo		
Ano	Valor (R\$)	%
Ano 1	6.020.344	9,93
Ano 2	27.444.325	45,27
Ano 3	27.155.331	44,80
Ano 4	-	0,00
Ano 5	-	0,00
<b>Total</b>	<b>60.620.000</b>	

**Rio Grande do Norte: Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável**

**MATRIZ DE OBJETIVOS E AÇÕES**

**OBJETIVO GERAL**

Promover o desenvolvimento regional econômico do Rio Grande do Norte, com inclusão social e sustentabilidade ambiental, visando contribuir para a erradicação da pobreza extrema e diminuição da pobreza no Estado

**COMPONENTE A: DESENVOLVIMENTO REGIONAL ECONÔMICO, SOCIAL E HUMANO**

**A.3 Melhoria da Qualidade da Educação Básica**

Objetivos Específicos	Ações	Atividades	Indicadores de Resultados	Meta Física	Meta Financeira (R\$ 1,00)*	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Melhorar a qualidade do ensino com foco no resultado, aprendizagem e desenvolvimento regional.	Melhoria do processo de ensino-aprendizagem	Construção das diretrizes e matrizes curriculares da rede estadual de ensino	Elevação dos índices do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e Provinha Brasil	- Diretrizes curriculares definidas e implantadas	<b>8.800.000</b>	3.275.000	2.000.000	2.000.000	1.525.000	-
		Desenvolvimento de programa de inovação pedagógica (Projetos Inovadores-Bolsa- e Aulões para o ensino médio)		- 1.000 projetos de pesquisa desenvolvidos; - 4.000 bolsas científicas de pesquisa, concedidas mensalmente a 4.000 professores da rede estadual de ensino durante um período de 16 meses; - 8.400 aulões realizados, beneficiando 30.000 alunos da 3ª série do Ensino Médio, envolvendo 300 escolas durante sete meses a cada ano;	<b>51.000.000</b>	17.750.000	24.250.000	4.500.000	4.500.000	-
		Implantação do observatório da vida do estudante da educação básica (Gestão Escolar: aluno, professor, escola - conteúdo ministrado, desempenho escolar, etc).		- Observatório da Vida do Estudante da educação Básica implantado	<b>5.550.000</b>	2.000.000	3.550.000	-	-	-
						<b>65.350.000</b>	<b>23.025.000</b>	<b>29.800.000</b>	<b>6.500.000</b>	<b>6.025.000</b>
Implantação de padrões mínimos das escolas		Realização de estudos para definição dos padrões mínimos	% de escolas da rede estadual de ensino dentro dos padrões mínimos estabelecidos	- Estudos para definição dos padrões mínimos realizados	<b>150.000</b>	150.000	-	-	-	-
		Elaboração dos projetos executivos		- 105 projetos executivos elaborados	<b>1.000.000</b>	600.000	400.000	-	-	-
		Instalação e adequação das escolas aos padrões mínimos definidos (Construção, reforma e equipagem)		- 05 escolas construídas conforme o padrão mínimo; - 100 escolas reformadas, ampliadas e reparadas; - 718 escolas equipadas e mobiliadas	<b>72.500.000</b>	-	30.000.000	32.500.000	10.000.000	-
							<b>73.650.000</b>	<b>750.000</b>	<b>30.400.000</b>	<b>32.500.000</b>
Instituição de regime de colaboração entre Estado e municípios		Definição de um programa de apoio sistemático aos municípios	% de adesão dos municípios ao regime de colaboração Estado-Município;	Programa de apoio sistemático aos municípios elaborado e aprovado	<b>150.000</b>	100.000	50.000	-	-	-
		Capacitação focada nas necessidades da melhoria do desempenho profissional dos docentes no processo de ensino-aprendizagem da rede pública		04 capacitações realizadas; 1.600 profissionais capacitados	<b>650.000</b>	162.000	163.000	163.000	162.000	-

Objetivos Específicos	Ações	Atividades	Indicadores de Resultados	Meta Física	Meta Financeira (R\$ 1,00)*	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
		Assessoramento técnico aos municípios com base na agenda educacional comum constituída		Assessoria Técnica aos 167 dos municípios efetivados	<b>1.300.000</b>	325.000	325.000	325.000	325.000	-
					<b>2.100.000</b>	<b>587.000</b>	<b>538.000</b>	<b>488.000</b>	<b>487.000</b>	-
	Integração da educação na agenda de desenvolvimento regional	Apoio a investimentos de infraestrutura à educação no campo		07 escolas no campo construídas	<b>5.600.000</b>	-	3.600.000	2.000.000	-	-
		Integração da rede de educação profissional as cadeias produtivas regionais	% escolas integradas ao processo de desenvolvimento regional; Número de alunos atendidos com transporte escolar; Aumento no número de alunos formados/em	Elaboração de Projetos Político-Pedagógicos e definição de cursos técnicos e laboratórios em 100% das escolas que vão ofertar educação profissional e tecnológica, ligadas às cadeias produtivas regionais	<b>1.200.000</b>	300.000	500.000	300.000	100.000	-
		Fomento nas escolas para inserção dos agricultores familiares junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	formação nas cadeias ligadas ao desenvolvimento regional	100% das escolas estaduais sendo fornecidas com mínimo 30% do valor repassado pelo PNAE com produtos oriundos da agricultura familiar	<b>490.000</b>	100.000	200.000	100.000	90.000	-
				<b>7.290.000</b>	<b>400.000</b>	<b>4.300.000</b>	<b>2.400.000</b>	<b>190.000</b>	-	
				<b>Total</b>	<b>148.390.000</b>	<b>24.762.000</b>	<b>65.038.000</b>	<b>41.888.000</b>	<b>16.702.000</b>	-

Nota: \*Valores adotados na Carta Consulta. Na fase de elaboração do Projeto, o volume de recursos para cada uma das ações serão revistas em conjunto com o Banco Mundial e os órgãos envolvidos, estando, ainda, sujeito a variação cambial.

Resumo		
Ano	Valor (R\$)	%
Ano 1	24.762.000	16,69
Ano 2	65.038.000	43,83
Ano 3	41.888.000	28,23
Ano 4	16.702.000	11,26
Ano 5	-	0,00
Total	148.390.000	

**Rio Grande do Norte: Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável**

**MATRIZ DE OBJETIVOS E AÇÕES**

**OBJETIVO GERAL**

**Promover o desenvolvimento regional econômico do Rio Grande do Norte, com inclusão social e sustentabilidade ambiental, visando contribuir para a erradicação da pobreza extrema e diminuição da pobreza no Estado**

**COMPONENTE B. REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO**

Objetivos Específicos	Ações	Atividades	Indicadores de resultados	Meta Física	Meta Financeira (R\$ 1,00)*	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Recuperar a capacidade de execução das políticas, programas e projetos de desenvolvimento do Estado.	Concepção, desenvolvimento e implantação de um modelo integrado de planejamento, gestão orçamentária e financeira	Desenvolvimento, teste e implantação de um processo sistemático e continuado de planejamento e gestão estratégica que envolva as estruturas gerenciais do Estado, desdobrando-se de níveis centrais para níveis setoriais e organizacionais, considerando as prioridades de governo (SEPLAN)	Modelo Integrado de Planejamento, Gestão Orçamentária e Financeira implantado	Planejamento estratégico implantado, nível central e níveis setoriais	<b>2.000.000</b>	2.000.000	-	-	-	-
		Revisão dos processos atuais e remodelagem dos processos e procedimentos geradores de informações gerenciais de apoio à implementação das ações do governo no âmbito do planejamento, gestão orçamentária e financeira do Estado (SEPLAN)		Processos remodelados	<b>1.500.000</b>	1.500.000	-	-	-	-
		Instituição e aperfeiçoamento de processos de monitoramento e avaliação de programas e projetos governamentais (SEPLAN)		Processo de monitoramento e avaliação de programa e projetos instituídos/aperfeiçoados	<b>1.000.000</b>	1.000.000	-	-	-	-
		Instituição e aperfeiçoamento dos modelos e processos de comunicação e gerenciamento das informações, com estruturação das bases de dados provendo integração entre os sistemas gerenciais de planejamento e gestão financeira e orçamentária adotados pelo Estado – S.I. integrado de planejamento, gestão orçamentária e financeira. (SEPLAN)		Sistema de Informações estruturados e integrados	<b>18.000.000</b>	5.000.000	13.000.000	-	-	-
		Complementação da infraestrutura de infovia e inclusão digital do Estado (SEARH)		Infovia complementada e inclusão digital realizada	<b>10.000.000</b>	4.500.000	5.500.000	-	-	-
		Aperfeiçoamento dos sistemas de controle e organização patrimonial do Estado (SEARH)		Sistema de controle patrimonial aperfeiçoado	<b>540.000</b>	300.000	240.000	-	-	-
		Desenvolvimento e implantação de modelo de contratualização e monitoramento de resultados no âmbito de todas as unidades de governo (SEPLAN)		Modelo de contratualização e monitoramento por resultados implantado	<b>5.000.000</b>	3.000.000	2.000.000	-	-	-
		Implantação de estrutura governamental de apoio ao investimento produtivo (SEPLAN)		Estrutura governamental e equipe de apoio aos investimentos produtivos implantados	<b>1.000.000</b>	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000
		Apoio à implementação do Projeto (Apoio na gestão, monitoramento, avaliação, supervisão e divulgação) (UNIDADE GESTORA DO PROJETO-SEPLAN)		Projeto permanentemente supervisionado, monitorado, divulgado e avaliado	<b>28.000.000</b>	7.000.000	6.500.000	5.000.000	4.800.000	4.700.000
		<b>67.040.000</b>					<b>24.500.000</b>	<b>27.440.000</b>	<b>5.200.000</b>	<b>5.000.000</b>
Reestruturação da máquina administrativa do Estado		Realização de análise (com base na experiência de implantação da gestão orientada para resultados), proposição e detalhamento de novo modelo de gestão (SEPLAN)	Máquina Administrativa reestruturada	Modelo de gestão por resultados implantado	<b>1.500.000</b>	1.000.000	500.000	-	-	-
		Diagnóstico, proposição e detalhamento da nova estrutura organizacional da administração estadual, incluindo o arcabouço legal, sistemas gerenciais, equipamentos e estrutura física (SEPLAN)		Diagnóstico, proposição e detalhamento da estrutura organizacional da administração estadual realizado	<b>2.000.000</b>	1.500.000	500.000	-	-	-
		Implantação de nova estrutura organizacional da administração estadual, incluindo o arcabouço legal, sistemas gerenciais, equipamentos e estrutura física (SEARH)		Nova estrutura organizacional implantada	<b>39.000.000</b>	-	10.000.000	19.000.000	10.000.000	-
<b>42.500.000</b>					<b>2.500.000</b>	<b>11.000.000</b>	<b>19.000.000</b>	<b>10.000.000</b>	-	

Objetivos Específicos	Ações	Atividades	Indicadores de resultados	Meta Física	Meta Financeira (R\$ 1,00)*	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Desenvolvimento e implantação de modelo de gestão de recursos humanos		Levantamento e diagnóstico detalhado do quadro de recursos humanos do Estado, incluindo necessidades de desenvolvimento de competências (SEARH)	Nova Política de RH implantada	Diagnóstico de RH realizado de acordo com as competências	1.800.000	1.000.000	800.000	-	-	-
		Formulação de política de gestão de RH, inclusive com formulação e implantação de uma política remuneratória por esforço e resultados (SEARH)		Política de RH por resultados implantada	1.800.000	1.000.000	800.000	-	-	-
		Revisão da estrutura de cargos e carreiras, proposição e implantação do novo quadro de pessoal do governo do Estado (SEARH)		Estrutura de cargos e carreiras revisados e novo quadro de pessoal implantado	1.800.000	1.000.000	800.000	-	-	-
		Proposição detalhada de programa de qualificação de servidores, voltado ao novo modelo de gestão de recursos humanos a ser implantado (SEARH)		Programa de qualificação de servidores elaborado	1.800.000	1.000.000	800.000	-	-	-
		Apoio a implantação do programa de qualificação de servidores, voltado ao novo modelo de gestão de recursos humanos (SEARH)		Programa de qualificação de servidores implantado	12.000.000	-	4.000.000	3.500.000	2.500.000	2.000.000
		Desenvolvimento, teste e implantação de sistema informatizado de apoio à gestão de recursos humanos operado via web (SEARH)		Sistema informatizado de RH implantado e operando via web	2.000.000	1.000.000	1.000.000	-	-	-
<b>TOTAL</b>					<b>130.740.000</b>	<b>32.000.000</b>	<b>46.640.000</b>	<b>27.700.000</b>	<b>17.500.000</b>	<b>6.900.000</b>

Nota: \*Valores adotados na Carta Consulta. Na fase de elaboração do Projeto, o volume de recursos para cada uma das ações serão revistas em conjunto com o Banco Mundial e os órgãos envolvidos, estando, ainda, sujeito a variação cambial.

Resumo		
Ano	Valor (R\$)	%
Ano 1	32.000.000	24,48
Ano 2	46.640.000	35,67
Ano 3	27.700.000	21,19
Ano 4	17.500.000	13,39
Ano 5	6.900.000	5,28
Total	130.740.000	